

REVISTA CIENTÍFICA FACONNECT ISSN 2675-2891



Gestão & Educação

Vol 9, N° 5 Mai/2026

FACONNECT

Gestão & Educação {acesso eletrônico} / Editora Instituto Educar Rede – vol. 9
n.5 {maio. 2026} - São Paulo: Faculdades Conectadas {Facon}, 2026

104p: il, color.

Mensal

Modo de acesso: www.faconnect.com.br/revista.

ISSN 2675-2891 (digital)

1. Educação. 2. Espaço físico da escola. 3. Alfabetização. 4. Brincadeiras
5. Ansiedade – aspectos psicológicos 6. Internet- aspectos psicológicos
7. Transtorno de adição à Internet
8. Inteligência artificial - aplicações educacionais 9. Educação inclusiva
10. Crianças – livros e leitura 11. Música na educação.
12. Desenvolvimento infantil 13. Tecnologia educacional
14. Dificuldade de aprendizagem 15. Arte de contar histórias
16. Jogos educacionais

CDD 370

Catálogo: Maria Inês Meinberg Percin CRB -8/5598

EDITORIAL

GESTÃO EDUCACIONAL COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

A educação contemporânea enfrenta o desafio constante de equilibrar inovação e propósito. Em um cenário marcado por transformações tecnológicas aceleradas, mudanças nas relações de trabalho e novas demandas sociais, torna-se essencial repensar não apenas o que ensinamos, mas como e para quê ensinamos.

Nesta edição, destacamos a importância da gestão educacional como eixo estratégico para a construção de uma educação mais significativa, inclusiva e alinhada às necessidades do século XXI. Mais do que administrar recursos, a gestão educacional assume o papel de liderança transformadora, capaz de promover ambientes de aprendizagem colaborativos, humanizados e orientados por dados.

A integração entre tecnologia e práticas pedagógicas ganha destaque, não como um fim em si mesma, mas como ferramenta para potencializar o aprendizado e ampliar oportunidades. Ao mesmo tempo, reforçamos a necessidade de valorização dos profissionais da educação, que são protagonistas nesse processo de mudança.

Que esta edição inspire gestores, educadores e todos os envolvidos com a educação a refletirem sobre suas práticas e a fortalecerem seu compromisso com uma formação que vá além do conteúdo, preparando cidadãos críticos, éticos e preparados para os desafios do futuro.

Boa Leitura!

Profª Dra. Adriana Alves Farias

Editora Chefe - Revista GESTÃO & EDUCAÇÃO

Conselho Editorial

Prof. Ms. Eber da Cunha Mendes
 Profª. Adriana de Souza
 Profª. Alessandra Gonçalves
 Prof. Dr. Alexandre Bernardo da Silva
 Profª. Andrea Ramos Moreira
 Profª. Debora Banhos
 Profª. Juliana Mota Fardini Gutierrez
 Profª. Juliana Petrasso
 Profª. Marina Oliveira Reis
 Profª. Priscilla de Toledo Almeida
 Prof. Dr. Rodrigo Leite da Silva

Editora-Chefe

Profª. Dra. Adriana Alves Farias

Revisão e Normalização de Textos

Prof. Dr. Rodrigo Leite da Silva

Programação Visual e Diagramação

Eliana Duarte de Souza

Projeto Gráfico

Tayna Sousa

COPYRIGHT

Revista Gestão & Educação, Educar Rede
 Volume 09, Número 05 (Maio 2026- SP)
 ISSN 2675-2891 (Digital)
 Site: <https://www.faconnect.com.br/revista>

Publicação Mensal e multidisciplinar vinculado a Editora Instituto Educar Rede. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião do Conselho Editorial. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Sumário

06 ESPAÇO SEGURO E AMBIENTE ALFABETIZADOR

ALINE PEREIRA DE SOUZA

14 A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: LUDICIDADE E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

ANA PAULA MEDEIROS GOMES LIMA

21 O SILÊNCIO QUE GRITA: A ASCENSÃO DAS CRISES DE ANSIEDADE NAS ESCOLAS

ANDREIA SOARES VIEIRA

30 O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO ENSINO FUNDAMENTAL I

CLÁUDIA BATISTA TRINCA
MÁRIA CÉLIA ATAÍDE ALBERTI
CLÉLIA DE JESUS LOPES FERREIRA

39 PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O PAPEL DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE ACOLHEDOR

FABIANA EVA PROENÇA ALBUQUERQUE
GABRIEL PEREIRA BEZERRA
GLAUCI ALVES DE LIMA

50 O ENCANTAMENTO DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM RELATO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO

JACQUELINE MULLER DOS SANTOS MIRANDA

56 A MUSICALIZAÇÃO COMO ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO

LUCIANA MARQUES MILLOS NASHIRO

66 O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I

PAULA ENIZA SANTOS TELES DE MEDEIROS
RAQUEL GOMES
VALÉRIA CRISTINA DOS SANTOS GOES

76 DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL I: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DE INTERVENÇÃO

ROBERTA EDLENE ANTUNES DE OLIVEIRA
NICOLAS FERNANDO ROCHA CAMARGO
CARLA BENEDITA VERBEL VAZ

88 A ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS NA ERA DIGITAL: ENTRE A TRADIÇÃO E AS NOVAS FORMAS DE MEDIAÇÃO

ROSILENE DA C. SILVA SARAIVA

Sumário

94 O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

TAYNARA LEITE DANTAS

ESPAÇO SEGURO E AMBIENTE ALFABETIZADOR



ALINE PEREIRA DE SOUZA

Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade das Américas (2016); Professora de Educação Básica na EMEF Profa. Maria Aparecida De Souza Campos

RESUMO

O presente artigo analisa a relevância da constituição de um espaço seguro e de um ambiente alfabetizador no contexto da Educação Básica. O objetivo desta pesquisa é investigar como a organização física e emocional da sala de aula contribui para o processo de aquisição da escrita e leitura. A metodologia adotada consistiu em uma revisão bibliográfica qualitativa sobre as práticas pedagógicas contemporâneas. Os principais resultados apontam que um ambiente rico em estímulos visuais e pautado na segurança afetiva favorece a autonomia do aluno e reduz bloqueios de aprendizagem. Conclui-se que o espaço educativo deve ser compreendido como um terceiro educador, essencial para a eficácia do ensino-aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Espaço Escolar; Segurança Afetiva; Ambiente Alfabetizador; Educação Básica.

INTRODUÇÃO

A organização do espaço escolar tem deixado de ser vista apenas como uma questão logística para se tornar um elemento central na pedagogia da infância. A relevância deste tema reside na necessidade de compreender como o ambiente físico atua como facilitador ou barreira no processo de alfabetização, visto que o problema central detectado em muitas instituições é a existência de salas de aula pouco estimulantes ou que falham em oferecer o suporte emocional necessário para que a criança se sinta segura ao arriscar suas hipóteses de escrita. Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que preconiza o desenvolvimento in-

tegral do educando e a garantia de padrões de qualidade, o ambiente físico deve ser compreendido como um facilitador estratégico do processo de ensino-aprendizagem.

Diante deste cenário, delinea-se o problema deste estudo: de que maneira a integração entre a organização física do ambiente alfabetizador e a constituição de um espaço de segurança emocional pode reverter a desmotivação e o medo do erro, fatores que historicamente limitam o protagonismo da criança em sua imersão na cultura escrita?

Sob essa ótica, o presente trabalho tem como objetivo geral identificar as características fundamentais de um ambiente alfabetizador, analisando simultaneamente a importância do acolhimento emocional como alicerce desse processo. A compreensão dos conceitos de Espaço Seguro e Ambiente Alfabetizador exige que a organização escolar seja analisada para além da dimensão decorativa. O ambiente alfabetizador diferencia-se de uma sala de aula comum por ser um espaço que "fala" com o aluno, mergulhando-o na cultura escrita de forma funcional. Nesta configuração, as paredes deixam de ser inertes e passam a exibir calendários, alfabetos diversos e cartazes de rotina, onde a escrita ganha funcionalidade prática.

Sobre a natureza desse espaço, Soares (2003) decorre:

O ambiente alfabetizador não é apenas uma sala de aula decorada com o alfabeto; é o espaço onde a escrita é vivida em suas funções sociais. É necessário que a criança se sinta mergulhada na cultura escrita e, ao mesmo tempo, acolhida em suas tentativas de compreender esse sistema, transformando o espaço físico em um suporte mediador que estimula a curiosidade e o aprendizado sem coações. (SOARES, 2003, p. 94).

Contudo, a eficácia desse aparato físico depende intrinsecamente da constituição de um Espaço Seguro, que abrange as dimensões emocional e relacional. Para que a alfabetização floresça, é imperativo que a criança sinta que as fases da escrita são degraus necessários para a evolução cognitiva, sem medo do erro. O espaço seguro promove o pertencimento ao garantir que o estudante se veja representado, seja por referências étnico-raciais positivas ou materiais adaptados.

Dessa forma, a conexão entre esses dois pilares é vital: enquanto o Ambiente Alfabetizador fornece as ferramentas e os objetos de conhecimento, o Espaço Seguro estabelece a base de confiança necessária para a manipulação dessas ferramentas. Para dar conta dessa análise, este artigo propõe-se a discutir, primeiramente, a conceituação de espaço seguro, avançando para a exploração das ferramentas que compõem o ambiente alfabetizador, visando, por fim, demonstrar como essa integração favorece a visão global do estudo e sustenta o desenvolvimento integral do educando. Ao transformar paredes em ferramentas de consulta e exposição de vivências, a escola cria um "educador silencioso" que valoriza a produção do aluno e incentiva sua participação ativa no processo de letramento.

A fundamentação teórica de um espaço que educa encontra raízes profundas no pensamento de Paulo Freire, para quem a organização do ambiente transcende a disposição física, configurando-se como um ato político e antropológico. O que contemporaneamente define-se como "Espaço Seguro", Freire articulava por meio da união entre a ética e a estética — a chamada "boniteza" da prática educativa. Para o autor, a construção desse espaço exige uma "amorosidade" intrínseca, onde a segurança emocional é garantida pelo entendimento de que o erro não é objeto de punição, mas uma etapa legítima e necessária do processo de busca e construção do conhecimento.

Sob essa perspectiva, o ambiente alfabetizador deve ser, acima de tudo, hospitaleiro, permitindo que o educando exerça sua curiosidade epistemológica sem o cerceamento do medo. Freire assevera que a "leitura do mundo precede a leitura da palavra"; logo, o planejamento do espaço físico deve ser a materialização dessa leitura. Isso implica que cartazes, etiquetas e acervos expostos não podem ser meros elementos decorativos ou genéricos, mas devem possuir significado real para a comunidade escolar, permitindo a codificação e decodificação da realidade vivida pelo aluno.

A eficácia desse ambiente vincula-se, ainda, à dialogicidade no espaço, contrapondo-se ao modelo de "educação bancária", onde a sala de aula serve apenas como um depósito de informações. No ambiente alfabetizador idealizado pela perspectiva freiriana, o aluno é coautor do espaço: as paredes devem falar por meio de suas produções e vivências, e a própria organização do mobiliário deve favorecer o encontro e a horizontalidade. Afinal, como defende o autor, a escola não se restringe ao prédio físico, mas constitui-se como uma rede de relações em que o prazer, a admiração e a criação são sustentadas por um espaço que respeita a dignidade do educando, permitindo que ele se torne o verdadeiro sujeito de sua própria história.

DESENVOLVIMENTO

Discorrendo sobre o problema central deste artigo situa-se na compreensão de que o aprendizado da escrita não é um processo puramente mecânico ou motor, mas sim uma construção biopsicossocial que exige suporte ambiental e afetivo. A integração entre a organização física e o suporte emocional atua diretamente na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZPD), transformando o erro de um objeto de punição em um indicador de percurso. Nesse contexto, a organização física da sala de aula, quando planejada para ser um ambiente alfabetizador, funciona como um "mediador silencioso". Ao substituir paredes vazias por materiais que possuem significado real para a criança como listas de nomes, calendários e produções autorais, o professor retira o peso da memorização abstrata. De acordo com a perspectiva de Piaget sobre o estágio pré-operatório, a criança necessita de referências tangíveis para construir suas hipóteses, e o medo do erro é mitigado justamente pela disponibilidade dessas ferramentas de consulta.

Quando o espaço oferece um "repertório de segurança", o aluno sente-se encorajado a testar a escrita, pois sabe que o ambiente lhe oferece os subsídios para a autocorreção.

O aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam. [...] O aprendizado orientado para um nível de desenvolvimento que já foi atingido é ineficaz do ponto de vista do desenvolvimento global da criança; ele não se dirige para um novo estágio do processo de desenvolvimento, mas, pelo contrário, vai a reboque desse processo. (VYGOTSKY, 1991, p. 99-114).

Ao propor um espaço seguro e alfabetizador Vygotsky contrapõe-se à visão de que o desenvolvimento humano é um processo estritamente endógeno ou biológico ao defender que a criança se integra no universo intelectual do seu grupo social, o teórico esclarece que os processos mentais complexos como o pensamento lógico, a linguagem e a atenção deliberada surgem primeiro no plano das interações sociais (âmbito interpsicológico).

Podemos formular a lei genética geral do desenvolvimento cultural do seguinte modo: toda função no desenvolvimento cultural da criança aparece em cena duas vezes, em dois planos; primeiro, no plano social e, depois, no plano psicológico, ou seja, primeiro entre as pessoas, como uma categoria interpsicológica, e depois, no interior da criança, como uma categoria intrapsicológica. (VYGOTSKY, 1991, p. 75).

Dessa maneira, compreende-se que o desenvolvimento humano é um movimento que caminha do coletivo para o individual. O aprendizado atua na Zona de Desenvolvimento Proximal, transformando o conhecimento que antes era compartilhado e externo em uma estrutura psíquica própria do sujeito sobre a importância dessa mediação externa e o papel do ambiente cultural no desenvolvimento das funções psíquicas, Vygotsky, assevera que o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo por meio do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam.

O Pesquisador argumenta que o aprendizado orientado para um nível de desenvolvimento que já foi atingido é ineficaz do ponto de vista do desenvolvimento global, pois não se dirige para um novo estágio, mas vai a reboque do processo. Dessa forma, o ambiente alfabetizador deve ser desenhado para "puxar" o desenvolvimento, desafiando a criança a partir de suportes visuais e interativos que facilitem a transição do conhecimento potencial para o real. Conforme postula Henri Wallon, esse desenvolvimento humano é integral, sendo a inteligência indissociável da afetividade. Assim, um ambiente físico rico em estímulos será ineficaz se o clima relacional for autoritário. O "Espaço Seguro" é aquele que garante a "boniteza" freiriana, onde a ética do respeito mútuo permite que a criança arrisque suas hipóteses sem o cerceamento do medo.

A constituição desse espaço de segurança emocional reverte a desmotivação ao validar cada etapa da escrita desde as garatujas até a escrita alfabética como uma conquista legítima. Quando o docente estabelece uma relação de acolhimento, o estudante compreende que o erro é uma curiosidade epistemológica em movimento, fator fundamental para garantir o desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores, que florescem em locais onde o estresse é substituído pelo pertencimento. No âmbito da inclusão e da valorização das subjetividades, Diehl (2008) discorre que divergências físicas ou particularidades no desenvolvimento perceptivo são, por vezes, utilizadas como pretexto para a marginalização. Segundo o estudioso, tais características costumam ser excluídas dos ideais de beleza e autonomia convencionados pelo corpo social. Essa perspectiva dialoga diretamente com as competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especificamente no que concerne à Competência Geral 9, que preconiza o exercício da empatia, do diálogo e da resolução de conflitos, promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.

No entanto, o autor reforça que a pessoa com deficiência é capaz de usufruir uma vida plena, desde que sejam feitas as adaptações necessárias. Portanto, o desenvolvimento exige que o docente articule a disposição dos materiais com uma postura ética, garantindo que todos os estudantes encontrem suporte para sua evolução sem serem segregados por estruturas rígidas de normalidade.

A integração entre esses pilares materializa-se na aplicação de sequências didáticas que utilizam o espaço para além das tarefas escolares tradicionais. Alinhado à Base Nacional Comum

Curricular (BNCC), o ambiente deve refletir os usos sociais da língua, permitindo que o aluno identifique funções sociais da leitura e escrita no cotidiano. Segundo Silva (2016), essa organização do contexto educativo é o que torna a aprendizagem significativa. Quando a criança utiliza o espaço seguro para produzir textos que circulam na realidade como bilhetes ou cartazes informativos a função social da escrita sobrepõe-se à pressão acadêmica pelo acerto imediato. A organização das práticas de linguagem por campos de atuação exige que o conhecimento seja contextualizado e que a organização física e o acolhimento emocional fundam-se para criar uma ecologia de aprendizagem onde o protagonismo infantil é a regra. O ambiente deixa, então, de ser um depósito de informações e torna-se um laboratório de experiências humanas, onde a segurança de ser aceito permite que a criança mergulhe na cultura escrita com confiança e autonomia.

A convergência entre os estudos da neurociência e a organização do cenário pedagógico demonstra que a apropriação do sistema de escrita e leitura constitui um processo biológico intrinsecamente ligado à estabilidade emocional do indivíduo. Sob o prisma neurocientífico, a arquitetura cerebral humana é programada para priorizar mecanismos de preservação; dessa forma, em contextos escolares onde imperam o medo ou o autoritarismo, ocorre a ativação da amígdala, componente do sistema límbico gerando uma sobrecarga de estresse. Esse estado inibe o funcionamento do córtex pré-frontal, área fundamental para o exercício das funções executivas e do pensamento lógico, inviabilizando as conexões neurais indispensáveis para a alfabetização efetiva.

O estresse e a ansiedade produzem o cortisol, hormônio que em altas doses é tóxico para as células nervosas, dificultando a sinapse. Quando o sistema emocional (límbico) está sobrecarregado por sentimentos de medo ou insegurança, ele 'sequestra' a energia que deveria ir para o córtex pré-frontal, impedindo que as funções cognitivas de alto nível, como o raciocínio e a memória, funcionem plenamente. (RELVAS, 2012, p. 54).

Como ressalva Relvas 2012, esta perspectiva reforça a tese de que o "Espaço Seguro" não é apenas um conceito humanitário, mas uma condição fisiológica. Para que a criança consiga acessar suas capacidades cognitivas superiores, o ambiente deve primeiro desativar os seus mecanismos de defesa. Assim, a estruturação de um ambiente alfabetizador pautado no acolhimento permite que o cérebro direcione sua energia metabólica para a neuroplasticidade e para o processamento da linguagem, transformando a sala de aula em um ecossistema favorável ao desenvolvimento intelectual.

Nesse sentido, a construção de um "Espaço Seguro" atua como um regulador neurofisiológico. Quando a criança se sente acolhida e representada, há uma liberação de neurotransmissores como a dopamina e a ocitocina, que favorecem a neuroplasticidade e a consolidação da memória de longo prazo. O ambiente alfabetizador, por sua vez, fornece os estímulos sensoriais e cognitivos necessários para que as redes neuronais da linguagem sejam fortalecidas. A presença de um ambiente rico em textos e significados sociais permite que o cérebro realize as conexões sinápticas entre as áreas visuais e auditivas, processo essencial para a compreensão do sistema de escrita alfabética.

Portanto, a neurociência válida a ideia de que o ambiente físico e o clima emocional são indissociáveis no sucesso pedagógico. Um ambiente que "fala" com o aluno, aliado a uma postura docente que valoriza o erro como etapa do processo, cria as condições biológicas para que o cérebro saia do modo de defesa e entre no modo de aprendizagem. A eficácia da alfabetização reside,

portanto, na harmonia entre o aparato externo (o ambiente povoado de cultura escrita) e o conforto interno (a segurança emocional), garantindo que o potencial cognitivo do educando seja plenamente desenvolvido conforme as janelas de oportunidade do desenvolvimento cerebral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação empreendida neste artigo permitiu concluir que a alfabetização plena não se restringe à mera codificação e decodificação de grafemas e fonemas, mas emerge de uma complexa teia de interações mediadas por um ambiente intencionalmente planejado. Retomando o problema central deste estudo, verificou-se que a integração entre a organização física do ambiente alfabetizador e a constituição de um espaço de segurança emocional é a chave para reverter a desmotivação e o medo do erro. Quando a sala de aula se torna um suporte mediador, as barreiras psicológicas que limitam o protagonismo infantil são substituídas pela confiança e pela curiosidade epistemológica.

Os resultados demonstram que o ambiente alfabetizador deve funcionar como um "educador silencioso", capaz de materializar as funções sociais da escrita por meio de cartazes de rotina, calendários e, primordialmente, da exposição de produções autorais dos alunos. Esta configuração espacial, aliada à dimensão do espaço seguro, valida as hipóteses de escrita da criança como degraus necessários à evolução cognitiva, e não como falhas a serem punidas. Sob a lente freiriana, confirmou-se que a "boniteza" da prática educativa reside justamente na união entre a ética do acolhimento e a estética de um espaço que respeita e reflete a identidade do educando.

. Ademais, a fundamentação em Vygotsky reforçou que o aprendizado impulsiona o desenvolvimento quando o ambiente "puxa" a criança para novos estágios de compreensão intelectual. Portanto, a organização do espaço e a amorosidade no trato pedagógico não são elementos acessórios, mas sim condições para o desenvolvimento integral. O espaço escolar seguro transcende a integridade física, configurando-se como um território de proteção psíquica que promove o pertencimento e a equidade

Nesse ambiente, a diversidade seja ela cognitiva ou étnico-racial deixa de ser vista como um obstáculo para ser compreendida como o suporte onde o aprendizado pode florescer. Para que o protagonismo da criança seja real, o espaço deve funcionar como um espelho de representatividade; isso implica que o ambiente alfabetizador deve ser povoado por referências que combatam o racismo estrutural e as exclusões históricas, garantindo que o educando negro, indígena ou com deficiência se veja como sujeito de saber. A equidade, neste contexto, manifesta-se na oferta de recursos diferenciados para necessidades distintas, assegurando que o ponto de partida individual não limite o horizonte de possibilidades coletivas.

Por fim, este estudo sinaliza que o desafio para as instituições de ensino contemporâneas ultrapassa a esfera da infraestrutura física; trata-se de uma mudança de paradigma didático. Recomenda-se que o planejamento docente considere o espaço como um agente ativo na formação da subjetividade e da consciência crítica do aluno. Ao transformar a sala de aula em um laboratório de

vivências funcionais e afetivas, a escola cumpre sua função social de garantir que cada criança se torne, de fato, o sujeito de sua própria história e mestre de sua própria palavra.

REFERÊNCIAS

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

DIEHL, R. Educação física inclusiva. São Paulo: Editora, 2008. SILVA, A. **O discurso pedagógico e a alfabetização**. Rio de Janeiro: Editora, 2016. (Demais referências consultadas devem ser listadas aqui em ordem alfabética)

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso 21 fev. 2026.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

DIEHL, R. **Jogos e atividades físicas na educação inclusiva**. Curitiba: IBPEX, 2008.

SILVA, A. P. **O ambiente alfabetizador e sua influência**. São Paulo: Cortez, 2016.

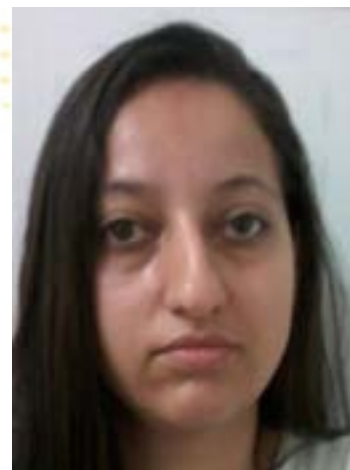
VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

RELVAS, Marta Pires. **Neurociência e educação: potencialidades dos gêneros humanos na sala de aula.** Rio de Janeiro 2012.

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: LUDICIDADE E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL



ANA PAULA MEDEIROS GOMES LIMA

Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Sumaré (2017); Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, na rede municipal de São Paulo.

RESUMO

O presente artigo discute a importância do brincar no processo de aprendizagem da criança na Educação Infantil, destacando a ludicidade como elemento essencial para o desenvolvimento integral infantil. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores clássicos e contemporâneos da educação, como Lev Vygotsky, Jean Piaget, Johan Huizinga, Tizuko Morchida Kishimoto e Zilma de Moraes Ramos de Oliveira, além das contribuições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a relevância das brincadeiras no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor da criança. Como objetivos específicos, buscou-se compreender a contribuição do brincar para o processo de aprendizagem, identificar o papel da ludicidade nas práticas pedagógicas e discutir a importância das interações e brincadeiras previstas na BNCC. Justifica-se a escolha do tema diante da necessidade de refletir sobre a valorização do brincar frente à crescente pressão pela alfabetização precoce. Conclui-se que as atividades lúdicas favorecem aprendizagens significativas, fortalecem a autonomia infantil e contribuem para uma educação mais humanizada e inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Ludicidade; Educação Infantil; Aprendizagem; Brincadeira; Desenvolvimento Infantil.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil representa uma das etapas mais importantes da formação humana, pois é nesse período que a criança desenvolve capacidades fundamentais relacionadas ao aspecto

cognitivo, emocional, motor e social. Nesse contexto, o brincar assume papel essencial no processo de aprendizagem, permitindo que a criança explore o mundo, desenvolva sua criatividade e construa conhecimentos por meio das interações e experiências vivenciadas.

Nos últimos anos, a valorização das práticas lúdicas passou a dividir espaço com a crescente preocupação relacionada à alfabetização precoce, o que tem provocado reflexões acerca da importância de respeitar as especificidades da infância. Dessa maneira, torna-se necessário compreender que o brincar não representa apenas entretenimento, mas um importante instrumento pedagógico capaz de promover aprendizagens significativas.

Segundo Kishimoto (1996), o brincar favorece o desenvolvimento integral da criança, estimulando habilidades cognitivas, afetivas e sociais. Assim, as práticas pedagógicas na Educação Infantil devem considerar a ludicidade como parte fundamental do processo educativo.

O presente estudo possui como objetivo geral analisar a importância do brincar no processo de aprendizagem da criança na Educação Infantil.

Como objetivos específicos, pretende-se:

- compreender a relação entre ludicidade e aprendizagem infantil;
- identificar as contribuições das brincadeiras para o desenvolvimento da criança;
- discutir a importância do brincar nas práticas pedagógicas e na BNCC.

A justificativa deste trabalho fundamenta-se na necessidade de ampliar as discussões sobre a valorização do brincar no ambiente escolar, especialmente diante da pressão pela antecipação da alfabetização. Além disso, o estudo busca contribuir para reflexões sobre práticas pedagógicas mais humanizadas e adequadas às necessidades infantis.

A metodologia utilizada consiste em pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos e documentos oficiais relacionados ao tema.

O BRINCAR COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O brincar está presente na vida humana desde os tempos mais antigos, sendo reconhecido como importante manifestação cultural e social. Para Johan Huizinga, o jogo constitui um elemento essencial da cultura, ultrapassando a ideia de simples diversão. (HUIZINGA, 2001).

Segundo Johan Huizinga, o jogo antecede a própria formação da cultura humana, sendo uma atividade presente antes mesmo do desenvolvimento das estruturas culturais organizadas (HUIZINGA, 2001).

A partir dessa perspectiva, compreende-se que o brincar acompanha o desenvolvimento da humanidade e possui papel significativo na construção das relações sociais.

Na infância, as brincadeiras favorecem experiências fundamentais para o desenvolvimento

integral da criança. Segundo Jean Piaget e Inhelder (2003), o brincar contribui diretamente para o desenvolvimento cognitivo, possibilitando que a criança construa conhecimentos a partir da interação com o meio.

Piaget e Inhelder (2003) destacam que os jogos simbólicos permitem à criança representar situações do cotidiano, estimulando o pensamento, a imaginação e a criatividade. Dessa maneira, o brincar favorece a construção de estruturas mentais importantes para o desenvolvimento da aprendizagem.

A brincadeira desempenha um papel fundamental no desenvolvimento infantil, pois é por meio dela que a criança passa a guiar suas ações por uma lógica cognitiva e interna, e não apenas pelos estímulos visuais imediatos (VYGOTSKY, 2007).

“No brinquedo, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além do seu comportamento diário; no brinquedo, é como se ela fosse maior do que é na realidade.” (VYGOTSKY, 2007, p. 117).

A citação demonstra que as vivências lúdicas permitem que a criança desenvolva habilidades além daquelas já consolidadas, ampliando suas possibilidades de aprendizagem.

A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A ludicidade constitui um dos principais elementos das práticas pedagógicas na Educação Infantil. O ambiente escolar deve proporcionar experiências que valorizem o brincar como instrumento de aprendizagem e desenvolvimento.

De acordo com Kishimoto (2011), o jogo, o brinquedo e a brincadeira são recursos pedagógicos indispensáveis para a construção do conhecimento infantil.

Conforme aponta Kishimoto (2011), a inserção do jogo no ambiente educativo é fundamental, pois o ato de brincar opera de forma livre, permitindo que a criança desenvolva sua criatividade e o raciocínio. A autora ressalta ainda que as brincadeiras favorecem a socialização, a autonomia e a criatividade, tornando-se fundamentais para o desenvolvimento emocional e cognitivo.

Segundo Oliveira (2005), a Educação Infantil deve considerar a criança como sujeito ativo no processo educativo, valorizando suas experiências, emoções e formas de expressão.

Nesse sentido, as práticas pedagógicas precisam respeitar as especificidades da infância, oferecendo espaços adequados para brincadeiras, interações e descobertas.

A obra *As Cem Linguagens da Criança* destaca a concepção de infância defendida pela abordagem de Reggio Emilia, segundo a qual a criança é protagonista de seu próprio processo de aprendizagem. As organizadoras Carolyn Edwards, Lella Gandini e George Forman (1999) ressaltam que o desenvolvimento infantil ocorre por meio de múltiplas formas de expressão, como a imaginação, a criatividade, a linguagem corporal, a música, o desenho, a oralidade e as brincadeiras. A obra também enfatiza que a aprendizagem acontece nas interações sociais e nas experiências vividas pela criança, valorizando sua autonomia, curiosidade e capacidade de interpretar o mundo

de diferentes maneiras.

Segundo Edwards, Gandini e Forman (1999), o brincar constitui uma experiência fundamental para o desenvolvimento infantil, pois permite que a criança expresse emoções, sentimentos, desejos e percepções sobre o mundo ao seu redor. Por meio das brincadeiras, a criança desenvolve sua autonomia, amplia a criatividade, fortalece as relações sociais e constrói conhecimentos de maneira significativa e participativa. Os autores também destacam que o ato de brincar favorece a aprendizagem ao estimular a imaginação, a resolução de problemas, a comunicação e as diferentes formas de linguagem, tornando a criança protagonista de seu próprio processo de desenvolvimento e aprendizagem.

O BRINCAR E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular reconhece a importância das interações e brincadeiras como eixos estruturantes das práticas pedagógicas na Educação Infantil.

De acordo com Brasil (2018), a BNCC, aborda que o brincar representa um direito de aprendizagem e desenvolvimento da criança, sendo indispensável para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento integral infantil.

O documento estabelece que:

“Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros, (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais [...]” (BRASIL, 2018, p. 38).

A citação presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), evidencia que o brincar é um direito fundamental da criança e deve estar presente no cotidiano da Educação Infantil de maneira diversificada, em diferentes espaços, tempos e contextos sociais. Ao brincar com outras crianças e também com adultos, a criança amplia suas experiências culturais, fortalece vínculos afetivos e desenvolve diferentes formas de comunicação e interação social.

Nesse sentido, o brincar favorece experiências significativas de aprendizagem, pois estimula o desenvolvimento das competências cognitivas, emocionais, sociais e motoras. Durante as brincadeiras, a criança exercita a imaginação, a criatividade, a autonomia e a capacidade de resolver problemas, além de aprender a compartilhar, cooperar e respeitar regras e diferenças. A ludicidade também contribui para a construção da identidade e para a compreensão do mundo ao seu redor, tornando a aprendizagem mais participativa, prazerosa e significativa. (BRASIL, 2018).

Além disso, a BNCC propõe uma educação pautada no respeito à infância, valorizando práticas pedagógicas que promovam interações, criatividade e autonomia.

Segundo Brites (2019), as atividades lúdicas desempenham um papel essencial no neurodesenvolvimento infantil, pois estimulam diferentes funções cognitivas e emocionais fundamentais para a aprendizagem. Por meio das brincadeiras, jogos e experiências recreativas, a criança exer-

cita habilidades como memória, atenção, concentração, linguagem, raciocínio lógico e resolução de problemas, favorecendo o desenvolvimento das conexões neurais e ampliando sua capacidade de compreender e interagir com o ambiente. A autora destaca ainda que o brincar contribui para o desenvolvimento integral da criança, uma vez que envolve aspectos cognitivos, motores, sociais e afetivos. Durante as atividades lúdicas, a criança aprende a lidar com desafios, expressar emoções, desenvolver a criatividade e construir estratégias para solucionar situações do cotidiano. Além disso, as experiências lúdicas tornam o processo de aprendizagem mais significativo e prazeroso, estimulando a curiosidade, a autonomia e a participação ativa da criança em seu desenvolvimento.

Dessa forma, percebe-se que o brincar possui papel indispensável na formação da criança, contribuindo para uma aprendizagem mais significativa e humanizada.

O PAPEL DO PROFESSOR NAS ATIVIDADES LÚDICAS

Segundo Kishimoto (2011), o professor exerce uma função fundamental na organização e mediação das práticas pedagógicas relacionadas ao brincar, sendo responsável por criar oportunidades que estimulem o desenvolvimento integral da criança. Nesse contexto, cabe ao educador planejar atividades lúdicas adequadas à faixa etária e às necessidades infantis, considerando aspectos cognitivos, sociais, emocionais, motores e culturais presentes no processo de aprendizagem. Além de propor brincadeiras e jogos, o professor atua como mediador das interações, incentivando a participação, a criatividade, a imaginação e a cooperação entre as crianças. Ao organizar espaços, selecionar materiais e acompanhar as experiências lúdicas, o educador contribui para que o brincar se torne uma prática educativa significativa, favorecendo a construção do conhecimento de maneira prazerosa e participativa.

Segundo Oliveira (2005), o professor desempenha o papel de mediador no processo de aprendizagem infantil, sendo responsável por promover interações que favoreçam o desenvolvimento integral da criança. Nesse sentido, o educador deve incentivar a participação ativa das crianças nas atividades pedagógicas, criando um ambiente acolhedor, estimulante e propício à construção do conhecimento por meio das experiências, do diálogo e das brincadeiras.

A autora destaca ainda que o professor precisa reconhecer e respeitar as individualidades de cada criança, considerando suas características, ritmos de aprendizagem, interesses, emoções e formas de expressão. Ao valorizar as diferenças e incentivar a autonomia, o educador contribui para o fortalecimento da autoestima, da socialização e da confiança das crianças em suas próprias capacidades. (OLIVEIRA, 2005)

Além disso, a mediação do professor é fundamental para ampliar as possibilidades de aprendizagem, pois, ao acompanhar as interações e experiências infantis, ele pode propor desafios, orientar descobertas e estimular a curiosidade e a criatividade. Dessa forma, o processo educativo torna-se mais significativo, participativo e centrado nas necessidades e potencialidades da criança.

Além disso, o educador precisa compreender que o brincar não representa perda de tempo, mas sim importante estratégia pedagógica capaz de estimular diferentes habilidades.

Nesse contexto, a mediação docente torna-se fundamental para garantir que as brincadeiras contribuam efetivamente para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou compreender a importância do brincar no processo de aprendizagem da criança na Educação Infantil. As brincadeiras representam experiências fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, emocional, motor e social, favorecendo aprendizagens significativas e contribuindo para a formação integral da criança.

Os autores analisados demonstram que a ludicidade deve ocupar espaço central nas práticas pedagógicas, uma vez que o brincar estimula a criatividade, a imaginação, a autonomia e as interações sociais.

Segundo Brasil (2018), a BNCC destaca a importância da criatividade, da imaginação, da autonomia e das interações sociais nas experiências vividas pelas crianças. Além disso, reafirma essa perspectiva ao reconhecer o brincar como um direito fundamental de aprendizagem e desenvolvimento infantil, valorizando práticas pedagógicas que respeitem e considerem as especificidades da infância.

Diante disso, conclui-se que a valorização das atividades lúdicas na Educação Infantil constitui elemento indispensável para uma educação mais humanizada, inclusiva e significativa. Portanto, cabe aos educadores promover experiências que garantam às crianças o direito de brincar, aprender e desenvolver-se integralmente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018.

BRITES, Luciana. **Brincar é fundamental**. São Paulo: Gente, 2019.

CHÂTEAU, Jean. **O jogo e a criança**. São Paulo: Summus, 1987.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (Org.). **As cem linguagens da criança**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

OLIVEIRA, Vera Barros de. **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

VYGOTSKY, Lev S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

O SILÊNCIO QUE GRITA: A ASCENSÃO DAS CRISES DE ANSIEDADE NAS ESCOLAS



ANDREIA SOARES VIEIRA

Professora de Educação Infantil na Rede Municipal do Estado de São Paulo; Graduação em Pedagogia pela Universidade Paulista (UNIP), Graduação em Educação Física pela Faculdade de Educação & Tecnologia Iracema (FAETI), Pós-graduação em Neuropsicopedagogia pela Faculdade de Educação Paulistana (FAEP), Pós-graduação em Práticas Educativas: Criatividade, Ludicidade e Jogos pela Faculdade de Ciência e Tecnologia Paulistana (FACITEP).

RESUMO

Este artigo analisa a ascensão das crises de ansiedade no contexto escolar brasileiro sob a ótica da "Sociedade do Cansaço" e do "Panóptico Digital". Investiga-se como a herança fabril da Revolução Industrial nas escolas, somada à pressão sistêmica por desempenho e à vigilância constante das redes sociais, e déficits de socialização pós-pandemia tem gerado um quadro de esgotamento mental em crianças e adolescentes. O texto aborda a neurobiologia do estresse, o impacto do bullying e a ausência do "tempo de tédio" como precursores da desesperança e do risco de suicídio. Conclui-se pela urgência de políticas públicas intersetoriais que transformem a escola em um território de segurança emocional e acolhimento.

PALAVRAS-CHAVE: Ansiedade Escolar; Bullying; Panóptico Digital; Saúde Mental; Prevenção ao Suicídio.

INTRODUÇÃO

PANORAMA DA ANSIEDADE NO BRASIL

Recentes levantamentos desenharam um quadro alarmante sobre a saúde mental dos jovens brasileiros.

O Brasil é considerado o país mais ansioso do mundo segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Cerca de 26,8% dos brasileiros possuem diagnóstico de ansiedade.

Pela primeira vez em 10 anos, o número de casos de ansiedade entre crianças e adolescentes superou o de adultos no sistema público de saúde.

Segundo dados do IBGE (2026), 73% dos adolescentes brasileiros se sentem tristes de forma constante e 62% afirmam não ver sentido na vida.

Nos últimos 10 anos, os atendimentos por transtornos de ansiedade em crianças de 10 a 14 anos cresceram 2.500%, enquanto entre adolescentes de 15 a 19 anos o salto foi de 3.300%.

Cerca de 64% dos alunos relatam sentir-se constantemente sobrecarregados e desgastados pela rotina escolar.

Uma pesquisa com quase 8 mil adolescentes indicou que 35% sentiram ansiedade especificamente no retorno às aulas presenciais após o isolamento. A prevalência de transtornos mentais entre jovens brasileiros dobrou após o período de isolamento social. Cerca de 26,8% dos brasileiros possuem diagnóstico de ansiedade.

Entre 2011 e 2022, a taxa de suicídio entre jovens de 10 a 24 anos cresceu, em média, 6% ao ano no Brasil.

Mais de 1,5 milhão de estudantes deixaram de ir à escola por medo da violência no trajeto ou dentro da sala de aula.

Meninas relatam o dobro de tristeza e desesperança em comparação aos meninos, sendo também as maiores vítimas de violência sexual e intimidação psicológica.

As notificações de autolesões (automutilação) na mesma faixa etária aumentaram drasticamente, com um salto de 29% ao ano.

O suicídio já é a 3ª principal causa de morte de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos.

O Brasil detém hoje um título alarmante: segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), somos a nação mais ansiosa do mundo, com aproximadamente 9,3% da população diagnosticada. No entanto, o fenômeno mais inquietante não reside apenas na estatística global, mas no deslocamento dessa patologia para faixas etárias cada vez mais precoces, transformando o ambiente escolar no epicentro de uma crise de saúde pública sem precedentes.

Nascida sob a égide da Revolução Industrial, a instituição escolar foi desenhada como uma linha de montagem: alunos dispostos em séries, tempos cronometrados por sinais sonoros e uma obsessão pela produtividade padronizada. No século XXI, esse modelo arcaico colide com o que o filósofo contemporâneo Byung-Chul Han denomina "Sociedade do Cansaço". Segundo Han, transitamos de uma sociedade disciplinar para uma sociedade do desempenho.

Nesse cenário, a escola deixou de ser o solo fértil para o desenvolvimento e tornou-se um território de ameaça psicológica. A ansiedade escolar, potencializada pela hiper comparação das redes sociais e pela erosão dos mecanismos de resiliência pós-pandemia, manifesta-se agora

como crises de pânico paralisantes, fobia social e, tragicamente, como um sentimento de desesperança que alimenta os índices crescentes de automutilação e suicídio.

A problemática reside no fato de que a escola moderna herdou a lógica da "sociedade do desempenho", onde o valor do indivíduo é mensurado por notas e aprovações. Quando somamos essa pressão estrutural à fragilidade emocional e à hiper conexão digital, temos um cenário onde o pátio da escola torna-se, para muitos, um ambiente de ameaça, e não de acolhimento.

Dessa forma, investigar a ascensão das crises de ansiedade nas escolas exige um olhar que ultrapasse o diagnóstico clínico individual. É necessário questionar como a herança fabril da educação e a ditadura da performance estão moldando uma geração que, embora tecnologicamente hiper conectada, encontra-se emocionalmente isolada. Este artigo propõe analisar as raízes desse colapso e a urgência de políticas públicas que subvertam a lógica da métrica em favor da proteção da vida.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O EPICENTRO DA ANSIEDADE E O REFLEXO NAS ESCOLAS

Historicamente definido como o espaço da construção do saber e da socialização, o ambiente escolar contemporâneo atravessa uma crise silenciosa de identidade e de saúde pública. O que deveria ser um espaço de desenvolvimento tornou-se, para uma parcela crescente de jovens, um território de ameaça psicológica. Nos últimos anos, observou-se um salto estatístico nos relatos de crises de pânico e episódios de ansiedade generalizada entre estudantes, especialmente no ensino fundamental II e médio.

O aumento nos relatos de crises de pânico e episódios de ansiedade paralisante não é um fenômeno isolado, mas o reflexo de uma sociedade do desempenho que invade as salas de aula. A ansiedade deixou de ser um desconforto passageiro para se manifestar como crises de pânico paralisantes, fobia social e um profundo sentimento de desesperança.

Dessa forma, compreender a ascensão das crises de ansiedade nas escolas exige um olhar que ultrapasse o diagnóstico individual do aluno. É necessário investigar como a pressão sistêmica e o silenciamento das emoções estão moldando uma geração que, embora hiper conectada tecnologicamente, encontra-se profundamente isolada em sua dor.

O IMPACTO DIGITAL

Nas estatísticas brasileiras, jovens que passam mais tempo em redes sociais apresentam níveis significativamente mais altos de ansiedade e depressão.

O termo "Panóptico" foi originalmente um projeto de prisão de Jeremy Bentham (e depois popularizado por Michel Foucault), onde uma única torre central vigiava todos os prisioneiros, que, por não saberem quando estavam sendo olhados, passavam a se policiar o tempo todo. No panóptico clássico, a vigilância era imposta. No Panóptico Digital de Byung-Chul Han, os alunos são vigilantes e prisioneiros ao mesmo tempo. Diferente das prisões clássicas, o Panóptico Digital nas escolas funciona através da exposição voluntária nas redes sociais, o aluno vive sob a dependência do like, onde sua imagem é julgada 24 horas por dia.

O bullying, antes restrito ao pátio, agora é perpetuado digitalmente, eliminando o refúgio do lar e mantendo o sistema nervoso em estado de alerta máximo, o que desencadeia crises de pânico e fobia social. A hiper conexão eliminou as fronteiras entre a escola e a vida privada.

O FOMO (Fear of Missing Out) e a comparação social constante nas redes sociais criam um estado de vigilância digital. O aluno nunca "desliga", e o medo da exclusão social ou do julgamento público online atua como um gatilho persistente para transtornos de ansiedade social. O jovem não é obrigado a se expor, mas sente que, se não postar, ele "não existe".

A visibilidade é a nova moeda de valor social. Cada postagem é um julgamento em tempo real. A falta de curtidas ou comentários é interpretada pelo cérebro adolescente como rejeição social, ativando as mesmas áreas cerebrais da dor física.

No Panóptico Digital, as grades não são de ferro, mas de pixels e algoritmos. O prisioneiro não teme o guarda, ele teme o silêncio (a falta de engajamento) e o julgamento da multidão invisível.

ANSIEDADE E SEUS MULTIFATORES

A escola moderna opera sob a lógica da produtividade máxima. A ansiedade escolar é multifatorial.

Primeiramente, há a pressão sistêmica visando sempre bons resultados o que acaba por acarretar os alunos constante sobrecarga no sistema nervoso, transformando o aprendizado em angústia. Sob estresse agudo, biologicamente, um aluno em crise de ansiedade é incapaz de processar informações lógicas, o que explica os "brancos" em provas e a paralisia intelectual, pois o estresse bloqueia a memória e o raciocínio lógico.

A neurociência explica que a ausência do "tempo de tédio" — o ócio produtivo que permite ao cérebro processar emoções, impede o desenvolvimento da resiliência, deixando o jovem vulnerável a qualquer frustração acadêmica. Byung-Chul Han defende que a criatividade e a saúde mental precisam do vazio.

O aluno troca de foco rapidamente, isso gera uma tolerância baixíssima à frustração e ao silêncio. Quando esse aluno se depara com um momento de vazio, uma fila na cantina, o tempo entre uma aula e outra, ou um exercício difícil, ele sente uma angústia física. Ele precisa preencher o vazio com o celular para não ter que encarar seus próprios pensamentos.

Hoje, no primeiro segundo de tédio, o jovem pega o celular. Isso atrofia a capacidade de contemplação. O ambiente escolar é uma sucessão de tarefas sem pausas para o "ser". O aluno está sempre "fazendo", nunca "sendo". É no tédio que nasce a criatividade e a resiliência.

O tédio não é o problema; o problema é a nossa incapacidade de estarmos sozinhos com nossos próprios pensamentos.

BULLYING, CYBERBULLYING E VIOLÊNCIA ESCOLAR

O bullying é um dos maiores gatilhos para crises agudas de ansiedade e fobia social nas escolas brasileiras, o gatilho que transforma o transtorno de ansiedade em planejamento suicida. Na "Sociedade do Desempenho", falhar é visto como um erro existencial. Quando o jovem enfrenta a humilhação pública e não encontra validação nos adultos, a "visão de túnel" se instala. Ele aniquila a percepção de segurança do aluno. Quando o jovem enfrenta bullying ele desenvolve um sentimento de desesperança profunda.

Antes, se um aluno cometia um erro ou passava por uma situação embaraçosa na escola, o evento era resolvido ali. Atualmente tudo vai parar nas redes sociais. O aluno sente que o mundo inteiro o está julgando 24 horas por dia, a ansiedade não dá trégua ao chegar em casa. O celular estende o pátio da escola para dentro do quarto, mantendo o sistema nervoso em alerta máximo. O agressor não precisa estar presente, a humilhação ocorre no espaço digital. Como não se vê o rosto da vítima no digital, a empatia diminui, tornando os ataques mais cruéis e frequentes, alimentando o ciclo de fobia social e desesperança.

O bullying é um dos principais catalisadores de crises de ansiedade aguda. Ele quebra o pilar fundamental do aprendizado: a segurança. O bullying moderno é incessante (cyberbullying), perseguindo a vítima 24h por dia. O trauma repetido altera a estrutura cerebral, tornando o ambiente escolar um local de tortura psicológica, o que frequentemente evolui do transtorno de ansiedade para o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT).

O suicídio surge não como um desejo de morte, mas como um mecanismo desesperado para interromper uma dor que o imediatismo digital não ensinou a suportar. Aproximadamente 30% dos jovens brasileiros relatam já ter sofrido bullying.

A SOCIEDADE DO CANSAÇO E O “INFARTO DA ALMA”

A evolução de um transtorno de ansiedade não tratado para comportamentos de risco é uma realidade estatística crescente no país. Quando o aluno internaliza que o seu valor é igual à sua performance, qualquer erro é sentido como o “fim do mundo”.

A "Sociedade do Cansaço" leva ao "Infarto da Alma". O suicídio, nesse contexto, surge como a única forma de parar uma máquina de cobranças que o jovem não consegue mais desligar.

A falta de tédio gera uma mente que não sabe lidar com a pausa. Se tudo é imediato, a dor também precisa ser resolvida imediatamente. Quando a ansiedade dói e o jovem não tem repertório emocional para "esperar a tempestade passar", o suicídio aparece como uma solução imediata e definitiva para um problema que exigiria tempo e contemplação para ser curado.

A conexão entre a ansiedade escolar e o suicídio reside no que a psicologia chama de Tríade de Beck da Desesperança: uma visão negativa de si mesmo, do mundo e do futuro. O jovem se vê como um "projeto" que deve dar certo. Quando as crises de ansiedade o impedem de estudar ou socializar, ele sente que o "projeto" faliu.

O suicídio não é um desejo de morrer, mas um desejo desesperado de parar de sofrer e de interromper a cobrança interna que não tem botão de "desliga". A falta do tempo de tédio e a cultura do imediatismo digital atrofiam a capacidade do jovem de perceber que a dor é temporária.

Quando o aluno sente que a pressão escolar é insuportável, o bullying é implacável e a família não valida seu sofrimento, ele pode enxergar o suicídio como a única forma de interromper a dor. A desesperança nasce da crença de que não há lugar para onde fugir.

Entre 2011 e 2022, a taxa de suicídio entre jovens de 10 a 24 anos cresceu, em média, 6% ao ano no Brasil.

As notificações de autolesões (automutilação) na mesma faixa etária aumentaram drasticamente, com um salto de 29% ao ano.

O suicídio já é a 3ª principal causa de morte de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos.

O PAPEL DA ESCOLA E DA FAMÍLIA NA PREVENÇÃO

O isolamento da pandemia e a substituição do contato físico pelo digital geraram um "analfabetismo emocional". Muitos jovens não sabem ler sinais sociais básicos ou resolver conflitos simples face a face. Essa falta de repertório torna qualquer interação social presencial um evento de alto estresse, levando à fobia social e ao isolamento dentro da própria sala de aula.

Às vezes, a ansiedade é confundida com indisciplina ou falta de interesse. O aluno que se evade na aula ou se recusa a apresentar um trabalho, pode estar utilizando mecanismos de defesa para evitar um sofrimento psíquico insuportável. A incapacidade de verbalizar o que sente faz com que o corpo "fale" através da crise.

É fundamental diferenciar a timidez da fobia social. Enquanto o tímido hesita, o fóbico social entra em pânico diante da possibilidade de ser observado ou humilhado. Os gatilhos nem sempre são uma prova, ou um trabalho escolar, o som alto do sinal, o medo de ser chamado para ler em voz alta, ou o simples fato de entrar no refeitório sozinho. Outros sinais para ficar em alerta são: mudança no padrão de sono, irritabilidade explosiva, pedidos frequentes para ir à enfermaria com dores psicossomáticas (cabeça, estômago) e o uso de roupas largas ou de manga comprida (mesmo no calor), que pode esconder automutilações. Quando um aluno apresenta fobia social, a escola deve

ser um ambiente de tolerância zero ao bullying, pois ele é o principal gatilho que transforma um transtorno de ansiedade em um planejamento suicida.

A escola e a família precisam atuar como uma rede de segurança, pois o aluno com fobia social sente que o mundo é um lugar hostil. Quando o bullying surge o risco de vida torna-se real. A crise de ansiedade na escola muitas vezes é o colapso dessa fachada que o jovem não consegue mais sustentar. O celular não é apenas um "brinquedo", é uma vitrine de julgamento.

Para reverter a desesperança, é preciso oferecer o direito ao erro e o valor da presença sem performance. O suicídio entre jovens é o grito final contra uma sociedade que exige que sejamos máquinas.

A escola, portanto, está na linha de frente da prevenção ao suicídio; identificar uma crise de ansiedade hoje pode salvar uma vida amanhã. Para que a escola deixe de ser um "gatilho" e se torne um ambiente de cura, a integração de profissionais de saúde, família e assistência social não pode ser apenas um atendimento de emergência, mas sim parte da rotina orgânica da instituição.

As escolas brasileiras ainda carecem de infraestrutura para lidar com a saúde mental. A maioria dos professores não possui treinamento para identificar sinais precoces de transtornos mentais e, frequentemente, sente-se sobrecarregada com a demanda emocional dos alunos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trouxe um avanço ao prever competências socioemocionais, mas a teoria ainda encontra barreiras na prática. É necessário que a escola deixe de ser apenas um local de transmissão de conteúdo e passe a ser um porto seguro, onde o erro é parte do processo e a vulnerabilidade não é sinônimo de fraqueza.

Medidas governamentais de políticas públicas urgem mediante a gravidade da situação e o aumento nos casos conforme vimos nas estatísticas. Em meio a tanto, algumas providências foram tomadas.

Lei 14.819/2024 (Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares): Sancionada em janeiro de 2024, esta lei institui ações específicas para a promoção da saúde mental e uma cultura de paz nas escolas. Ela busca integrar a comunidade escolar (alunos, pais e funcionários) em estratégias de cuidado psicológico e prevenção de violência.

Programa Saúde na Escola (PSE): É a principal estratégia intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação. Para o ciclo 2025/2026, a "saúde mental" e "a promoção da cultura de paz" são temas prioritários obrigatórios. O programa envolve:

Identificação precoce de problemas de saúde mental e encaminhamento para a rede SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE).

Grupos de Trabalho Intersetoriais (GTIM) em nível municipal para planejar ações locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola ideal deve ser um ecossistema de acolhimento, onde a inteligência emocional é tão valorizada quanto a cognitiva. Identificar precocemente os sinais de alerta e combater o bullying de forma implacável não são apenas medidas pedagógicas, são estratégias de preservação da vida. A solução exige uma abordagem triádica: o Estado deve garantir psicólogos nas unidades escolares; a escola deve reformular sua cultura de avaliação punitiva; e as famílias devem moderar as expectativas de performance sobre seus filhos.

A crise de ansiedade escolar é o grito final contra um sistema que prioriza a métrica sobre o indivíduo. Não é possível dissociar o cognitivo do emocional; um aluno ansioso não aprende, ele apenas sobrevive.

Concluir a análise sobre a ascensão das crises de ansiedade nas escolas exige reconhecer que não estamos diante de uma falha individual dos nossos jovens, mas de um colapso sistêmico. O aluno contemporâneo está preso entre a estrutura rígida e fabril de uma escola que ainda respira o século XIX e de outro, a "Sociedade do Cansaço" de Byung-Chul Han, que exige uma performance inalcançável e uma visibilidade total sob o "Panóptico Digital".

A geração que perdeu o "tempo de tédio" — o espaço vital onde a resiliência e a autoconsciência são gestadas. Quando a pressão por resultados anula o direito ao erro, e a vigilância das redes sociais substitui o acolhimento presencial, o suicídio e a automutilação surgem, tragicamente, como as únicas válvulas de escape.

No entanto, há um caminho de retorno. A superação dessa crise exige que a escola subverta sua herança produtivista. É urgente a implementação de políticas públicas que integrem psicólogos e assistentes sociais no convívio escolar. A escola ideal deve ser o lugar onde o estresse dá lugar à regulação emocional, onde o bullying é combatido com severidade, e onde o valor do aluno é intrínseco à sua existência.

Nenhum boletim sobrevive a uma vida perdida. Se quisermos alunos que aprendam, precisamos primeiro garantir que eles queiram estar vivos. Vamos desligar o panóptico do julgamento e ligar a lanterna do acolhimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei nº 14.819/2024. Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares**.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: **nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

IBGE. **PeNSE-Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2024**.

OMS. Relatório Mundial de Saúde Mental: **Transformar a saúde mental para todos**. 2022.

ZIMERMAN, David E. **Fundamentos Psicanalíticos: Teoria, técnica e clínica**. Porto Alegre: Art-med, 1999.

O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO ENSINO FUNDAMENTAL I



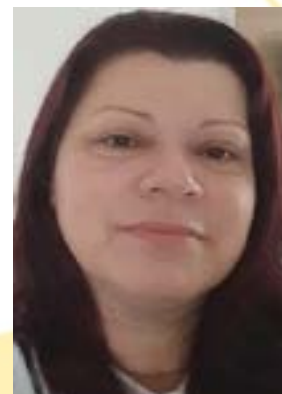
**CLÁUDIA
BATISTA TRINCA**

Formada em Pedagogia e em Artes Visuais, com Pós-Graduação em Educação à Distância, Educação Especial e Inclusiva, Alfabetização e Letramento, Psicopedagogia, Pedagogia Sistêmica, Ludopedagogia e Gestão e Mediação de Conflitos



**MARIA CÉLIA
ATAÍDE ALBERTI**

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Processo de Ensino e Aprendizagem, Direito Educacional, Alfabetização e Letramento, Educação Especial e Inclusiva, Pedagogia Sistêmica, Ludopedagogia, Gestão e Mediação de Conflitos e Educação em Tempo Integral.



**CLÉLIA DE
JESUS LOPES
FERREIRA**

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Base Nacional Comum Curricular - BNCC

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o uso da Inteligência Artificial (IA) como ferramenta pedagógica no Ensino Fundamental I, considerando suas potencialidades, desafios e implicações para o processo de ensino e aprendizagem. Em um contexto educacional marcado por transformações tecnológicas e demandas por personalização do ensino, a IA emerge como um recurso capaz de ampliar as possibilidades pedagógicas, favorecendo a aprendizagem adaptativa e o acompanhamento individualizado dos alunos. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com base em revisão bibliográfica de autores e documentos contemporâneos da área educacional. Os resultados indicam que a integração da IA pode contribuir significativamente para o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais, bem como para a promoção da equidade educacional. No entanto, sua implementação exige formação docente, reflexão crítica e atenção às questões éticas. Conclui-se que a Inteligência Artificial não substitui o professor, mas ressignifica sua atuação, ampliando seu papel como mediador do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência Artificial; Ensino Fundamental I; Aprendizagem; Inovação Pedagógica; Tecnologia Educacional.

INTRODUÇÃO

A educação contemporânea encontra-se em um cenário de profundas transformações, impulsionadas, sobretudo, pelo avanço das tecnologias digitais e pela crescente inserção da Inteligência Artificial (IA) nos diferentes setores da sociedade. No campo educacional, essas mudanças têm provocado a necessidade de repensar práticas pedagógicas, currículos e formas de ensinar e aprender, especialmente na Educação Básica.

No Ensino Fundamental I, etapa fundamental para o desenvolvimento das competências cognitivas, sociais e emocionais dos alunos, a incorporação de tecnologias digitais apresenta-se como uma possibilidade de inovação pedagógica. Nesse campo, a Inteligência Artificial destaca-se como uma ferramenta promissora, capaz de personalizar o ensino, adaptar conteúdos às necessidades dos estudantes e oferecer feedbacks mais imediatos e precisos.

Estudos recentes indicam que a utilização da Inteligência Artificial na educação tem favorecido a criação de ambientes de aprendizagem mais dinâmicos e centrados no aluno, possibilitando a construção de percursos formativos individualizados. A tecnologia tem contribuído para a ampliação do acesso ao conhecimento e para o desenvolvimento de habilidades essenciais, como pensamento crítico, resolução de problemas e autonomia.

Entretanto, a inserção da Inteligência Artificial no contexto escolar também suscita desafios importantes. Questões relacionadas à formação docente, à infraestrutura tecnológica, à ética no uso de dados e ao papel do professor no processo educativo tornam-se centrais nesse debate. Há, ainda, o risco de uma utilização superficial ou tecnicista dessas ferramentas, desvinculada de uma proposta pedagógica consistente.

É necessário compreender de que forma a Inteligência Artificial pode ser integrada ao Ensino Fundamental I de maneira crítica, reflexiva e pedagógica. Assim, o presente artigo tem como objetivo discutir o uso da IA como ferramenta educacional, analisando suas contribuições para a aprendizagem e os desafios envolvidos em sua implementação.

Ao propor essa reflexão, busca-se contribuir para o debate sobre inovação educacional, destacando a importância de uma prática pedagógica que articule tecnologia e intencionalidade, sem perder de vista o papel central do professor e o desenvolvimento integral do aluno.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO

Para Valente (2014), a inserção da Inteligência Artificial (IA) no campo educacional deve ser compreendida a partir de uma perspectiva ampla, que considere não apenas os avanços tecnológicos, mas também suas implicações pedagógicas, epistemológicas e sociais. A IA não se limita a um conjunto de ferramentas digitais, mas configura-se como um fenômeno que reconfigura as formas de produção, acesso e mediação do conhecimento.

A Inteligência Artificial pode ser definida como um conjunto de sistemas computacionais capazes de simular processos cognitivos humanos, como aprendizagem, tomada de decisão e resolução de problemas (HOLMES; BIALIK; FADEL, 2019). Essas tecnologias têm sido utilizadas para desenvolver ambientes de aprendizagem adaptativos, sistemas de tutoria inteligente e plataformas que analisam o desempenho dos estudantes em tempo real.

Sob o ponto de vista teórico, a incorporação da IA na educação dialoga com abordagens construtivistas e socioconstrutivistas, que compreendem o aluno como sujeito ativo no processo de aprendizagem. A possibilidade de personalização do ensino, proporcionada por sistemas inteligentes, aproxima-se da ideia de que cada estudante possui ritmos, interesses e formas distintas de aprender. A IA pode contribuir para a construção de percursos formativos mais flexíveis e centrados no aluno.

De acordo com Moran (2018), é importante destacar que a tecnologia, por si só, não garante inovação pedagógica. A eficácia da Inteligência Artificial no contexto educacional depende da forma como ela é integrada às práticas docentes. Sem uma mediação pedagógica adequada, há o risco de reprodução de modelos tradicionais de ensino, apenas com o uso de novas ferramentas. Assim, a tecnologia deve ser compreendida como meio, e não como fim no processo educativo.

Um conceito de relevância, é o de aprendizagem adaptativa, que se refere à capacidade dos sistemas de IA de ajustar conteúdos, atividades e níveis de dificuldade com base no desempenho do aluno (Luckin, 2018). Essa abordagem permite um acompanhamento mais individualizado, contribuindo para a identificação de dificuldades e para a proposição de intervenções mais precisas. No Ensino Fundamental I, essa possibilidade torna-se especialmente significativa, considerando a diversidade de níveis de aprendizagem presentes nas salas de aula.

A utilização da IA estar diretamente relacionada ao desenvolvimento de competências digitais, consideradas essenciais na sociedade contemporânea. A escola, assume o papel de preparar os alunos não apenas para o uso das tecnologias, mas para uma compreensão crítica de seu funcionamento e de seus impactos. Isso implica trabalhar habilidades como pensamento computacional, análise de informações e uso ético das ferramentas digitais.

Do ponto de vista crítico, é necessário problematizar os limites e desafios da Inteligência Artificial na educação. Questões relacionadas à privacidade de dados, à dependência tecnológica e às desigualdades de acesso precisam ser consideradas. A adoção de tecnologias sem a devida reflexão pode ampliar disparidades já existentes, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

O papel do professor diante dessas transformações, é de grande importância, longe de ser substituído pela tecnologia, o docente assume uma função ainda mais complexa, atuando como mediador, orientador e curador de informações. A presença da IA exige do professor novas competências, incluindo o domínio de ferramentas digitais e a capacidade de integrá-las de forma crítica ao processo de ensino e aprendizagem.

A Inteligência Artificial deve ser compreendida como uma possibilidade de inovação pedagógica, desde que utilizada de maneira consciente, ética e alinhada aos objetivos educacionais. Sua

incorporação ao Ensino Fundamental I exige não apenas infraestrutura tecnológica, mas, sobretudo, formação docente e reflexão sobre as práticas pedagógicas.

Os fundamentos teóricos da IA na educação evidenciam que seu potencial não reside apenas na tecnologia em si, mas na forma como ela é utilizada para promover aprendizagens mais significativas, inclusivas e contextualizadas. A integração entre tecnologia e pedagogia, nesse sentido, constitui o principal desafio e, ao mesmo tempo, a principal oportunidade para a educação contemporânea.

POTENCIALIDADES PEDAGÓGICAS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I

A incorporação da Inteligência Artificial (IA) no contexto educacional, especialmente no Ensino Fundamental I, apresenta um conjunto significativo de potencialidades pedagógicas que podem contribuir para a transformação das práticas de ensino e aprendizagem. Em um cenário marcado pela diversidade de ritmos, estilos e necessidades dos alunos, a IA desponta como uma ferramenta capaz de promover maior personalização, engajamento e efetividade no processo educativo.

Uma das principais contribuições da IA refere-se à possibilidade de personalização da aprendizagem. Por meio de sistemas inteligentes, é possível adaptar conteúdos, atividades e estratégias didáticas de acordo com o desempenho e as necessidades individuais dos estudantes. Tal abordagem rompe com a lógica tradicional de ensino homogêneo, permitindo que cada aluno avance em seu próprio ritmo, o que é particularmente relevante no Ensino Fundamental I, etapa em que as diferenças de desenvolvimento são mais evidentes.

Na visão de Luckin (2018), a aprendizagem adaptativa, configura-se como uma das aplicações mais promissoras da IA. Plataformas educacionais baseadas em algoritmos são capazes de identificar dificuldades específicas dos alunos, sugerir intervenções pedagógicas e oferecer feedbacks imediatos. Um acompanhamento contínuo favorece a construção de uma aprendizagem mais significativa, uma vez que o aluno recebe orientações direcionadas às suas necessidades, fortalecendo sua autonomia e confiança.

Para Moran (2018), a Inteligência Artificial contribui para o aumento do engajamento dos estudantes. Recursos interativos, como jogos digitais, assistentes virtuais e ambientes gamificados, tornam o processo de aprendizagem mais dinâmico e atrativo. No Ensino Fundamental I, em que o interesse e a motivação são fatores determinantes para o aprendizado, essas estratégias podem favorecer a participação ativa dos alunos, estimulando a curiosidade e o envolvimento com os conteúdos escolares.

O desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais é de grande importância, a utilização de ferramentas baseadas em IA pode estimular o raciocínio lógico, a resolução de problemas e o pensamento crítico, ao propor desafios e situações que exigem análise e tomada de decisão. Paralelamente, ao interagir em ambientes digitais colaborativos, os alunos também desenvolvem competências como comunicação, cooperação e responsabilidade no uso das tecnologias.

(Brasil, 2018)

Para Valente (2014), a IA também se destaca como um recurso importante para a promoção da inclusão educacional. Ao possibilitar a adaptação de conteúdos e a diversificação das estratégias de ensino, essas tecnologias podem atender alunos com diferentes necessidades educacionais, incluindo aqueles com dificuldades de aprendizagem ou defasagens escolares. Ferramentas que utilizam recursos visuais, auditivos e interativos ampliam as formas de acesso ao conhecimento, favorecendo a participação de todos os estudantes.

De acordo com Kenski (2012), no âmbito da prática docente, a Inteligência Artificial oferece suporte significativo ao professor, especialmente no que se refere ao acompanhamento do desempenho dos alunos. Sistemas de análise de dados educacionais permitem identificar padrões de aprendizagem, monitorar avanços e dificuldades e subsidiar a tomada de decisões pedagógicas. Assim, o professor pode planejar intervenções mais precisas e eficazes, otimizando o processo de ensino.

É preciso ressaltar que essas potencialidades não se concretizam de maneira automática. A eficácia da IA no Ensino Fundamental I depende de sua integração a uma proposta pedagógica consistente, que valorize a mediação docente e a intencionalidade educativa. O uso de tecnologias deve estar alinhado aos objetivos de aprendizagem e às necessidades dos alunos, evitando uma abordagem meramente instrumental ou tecnicista.

Atualmente, existe uma necessidade de desenvolvimento da cultura digital no ambiente escolar. A incorporação da IA exige não apenas o acesso a recursos tecnológicos, mas também a construção de competências relacionadas ao uso crítico e responsável dessas ferramentas. A escola desempenha um papel fundamental na formação de alunos capazes de compreender e interagir de forma consciente com as tecnologias digitais.

A utilização da Inteligência Artificial no Ensino Fundamental I representa uma oportunidade de inovação pedagógica, ao possibilitar a construção de práticas mais flexíveis, inclusivas e centradas no aluno. Ao ampliar as formas de ensinar e aprender, a IA contribui para a construção de um ambiente educacional mais dinâmico e alinhado às demandas da sociedade contemporânea.

As potencialidades pedagógicas da Inteligência Artificial evidenciam seu papel como um recurso relevante para a qualificação do processo educativo. No entanto, sua efetividade está diretamente relacionada à forma como é incorporada às práticas pedagógicas, reforçando a importância da atuação crítica e reflexiva do professor nesse contexto.

DESAFIOS, IMPLICAÇÕES ÉTICAS E O PAPEL DO PROFESSOR NO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO

A inserção da Inteligência Artificial (IA) no contexto educacional, embora repleta de potencialidades, também suscita uma série de desafios e implicações que demandam análise crítica. A adoção dessas tecnologias no Ensino Fundamental I não pode ocorrer de forma acrítica ou

descontextualizada, sendo necessário considerar aspectos pedagógicos, éticos e estruturais que impactam diretamente a qualidade da educação.

Para Selwyn (2019), um dos principais desafios refere-se à desigualdade de acesso às tecnologias digitais. Em contextos educacionais marcados por disparidades socioeconômicas, a implementação da IA pode, paradoxalmente, ampliar as desigualdades já existentes. A ausência de infraestrutura adequada, como acesso à internet de qualidade e dispositivos tecnológicos, limita a utilização dessas ferramentas, dificultando a democratização de seus benefícios. A discussão sobre o uso da IA na educação está intrinsecamente relacionada ao debate sobre equidade e justiça social.

Para Kenski (2012), um outro ponto crítico diz respeito à formação docente, a incorporação da Inteligência Artificial nas práticas pedagógicas exige que os professores desenvolvam novas competências, tanto no domínio técnico quanto na compreensão pedagógica dessas ferramentas. Porém, muitos docentes ainda não se sentem preparados para utilizar tecnologias digitais de forma integrada ao ensino, o que evidencia a necessidade de investimentos em formação inicial e continuada. Sem esse suporte, há o risco de utilização superficial da IA, sem impacto significativo na aprendizagem.

As implicações éticas também ocupam lugar central nesse debate. O uso de sistemas baseados em Inteligência Artificial envolve a coleta, o armazenamento e a análise de dados dos alunos, o que levanta questões relacionadas à privacidade, à segurança da informação e ao consentimento. É fundamental que as instituições de ensino adotem práticas responsáveis e transparentes no tratamento desses dados, garantindo a proteção dos estudantes e o uso ético das tecnologias.

Para Selwyn (2019), muitas dessas tecnologias são desenvolvidas a partir de bases de dados que podem refletir vieses sociais, culturais e econômicos, o que pode resultar em decisões automatizadas que reforçam desigualdades. No contexto educacional, isso pode se manifestar na forma como os sistemas classificam o desempenho dos alunos ou sugerem intervenções pedagógicas, exigindo uma postura crítica por parte dos educadores.

De acordo com Freire (1996), a valorização excessiva das tecnologias pode levar à redução da interação humana, elemento essencial para o desenvolvimento integral dos alunos. A aprendizagem não se restringe à aquisição de conteúdos, mas envolve relações, afetos e experiências que não podem ser plenamente substituídas por sistemas automatizados. Nesse sentido, é fundamental preservar o caráter humano da educação, reconhecendo os limites da tecnologia.

Na visão de Moran (2018), diante dessas questões, o papel do professor torna-se ainda mais central. Longe de ser substituído pela Inteligência Artificial, o docente assume novas funções no processo educativo, atuando como mediador, orientador e curador de informações. Cabe ao professor selecionar, interpretar e contextualizar os recursos tecnológicos, garantindo que seu uso esteja alinhado aos objetivos pedagógicos e às necessidades dos alunos.

A mediação docente também é fundamental para o desenvolvimento do pensamento crítico em relação às tecnologias. Em um contexto em que a IA se torna cada vez mais presente, é necessário formar alunos capazes de compreender, questionar e utilizar essas ferramentas de forma

consciente e responsável. O professor, nesse sentido, desempenha um papel essencial na formação de cidadãos críticos e autônomos.

Além disso, a atuação docente envolve a integração entre tecnologia e pedagogia, evitando tanto a rejeição quanto a adoção acrítica da IA. Trata-se de encontrar um equilíbrio que permita aproveitar as potencialidades das tecnologias sem perder de vista os princípios educativos. Essa integração exige reflexão constante sobre a prática pedagógica e abertura para a inovação.

A implementação da Inteligência Artificial na educação deve ser compreendida como um processo gradual e contextualizado, que depende de políticas públicas, investimentos em infraestrutura e valorização dos profissionais da educação. A construção de uma cultura digital nas escolas é um desafio coletivo, que envolve gestores, professores, alunos e a comunidade escolar.

Os desafios e implicações éticas relacionados ao uso da Inteligência Artificial evidenciam que sua incorporação ao Ensino Fundamental I requer uma abordagem crítica, responsável e humanizada. O professor, nesse cenário, assume um papel estratégico na mediação dessas tecnologias, garantindo que sua utilização contribua para uma educação mais significativa, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento integral dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidenciou que a Inteligência Artificial (IA) representa uma das mais significativas inovações no campo educacional contemporâneo, especialmente no contexto do Ensino Fundamental I. Ao possibilitar a personalização da aprendizagem, o acompanhamento individualizado e a diversificação das estratégias pedagógicas, a IA se configura como uma ferramenta com elevado potencial para qualificar o processo de ensino e aprendizagem.

Entretanto, conforme discutido, a incorporação dessas tecnologias no ambiente escolar não pode ser compreendida como solução imediata para os desafios educacionais. Ao contrário, trata-se de um processo complexo, que exige planejamento, intencionalidade pedagógica e reflexão crítica. A tecnologia, por si só, não transforma a educação; sua efetividade depende da forma como é integrada às práticas docentes e aos objetivos formativos.

Nesse sentido, destacou-se que a utilização da Inteligência Artificial deve estar articulada a uma concepção de ensino que valorize o protagonismo do aluno, a aprendizagem significativa e o desenvolvimento integral. As potencialidades da IA tornam-se mais evidentes quando associadas a práticas pedagógicas que promovem a participação ativa dos estudantes, a construção do conhecimento e o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais.

Por outro lado, os desafios identificados — especialmente aqueles relacionados à desigualdade de acesso, à formação docente e às implicações éticas — evidenciam a necessidade de uma abordagem cautelosa e responsável. A questão da privacidade de dados, os possíveis vieses algorítmicos e o risco de desumanização do processo educativo reforçam a importância de uma utilização crítica e consciente dessas tecnologias.

Longe de ser substituído, o docente torna-se ainda mais relevante, atuando como mediador, orientador e agente crítico no uso das tecnologias digitais. Sua função não se restringe à aplicação de ferramentas, mas envolve a seleção, contextualização e problematização dos recursos tecnológicos, garantindo que estes estejam a serviço da aprendizagem.

A implementação efetiva da Inteligência Artificial na educação depende de políticas públicas que assegurem infraestrutura adequada, formação continuada de professores e acesso equitativo às tecnologias. Sem essas condições, há o risco de aprofundamento das desigualdades educacionais, contrariando os princípios de uma educação inclusiva e democrática.

Conclui-se que a Inteligência Artificial possui um papel relevante na construção de novas possibilidades pedagógicas, desde que sua utilização seja orientada por princípios éticos, pedagógicos e sociais. Sua integração ao Ensino Fundamental I deve ocorrer de maneira crítica e contextualizada, preservando o caráter humano da educação e valorizando a mediação docente.

Por fim, destaca-se a importância de ampliar as investigações sobre o tema, considerando suas múltiplas dimensões e impactos. O avanço das tecnologias exige uma educação em constante transformação, capaz de dialogar com as demandas contemporâneas sem perder de vista sua função formadora e humanizadora.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOLMES, Wayne; BIALIK, Maya; FADEL, Charles. **Inteligência artificial na educação: promessas e implicações para o ensino e a aprendizagem**. Boston: Center for Curriculum Redesign, 2019.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

LUCKIN, Rose. **Aprendizado de máquina e inteligência humana: o futuro da educação para o século XXI**. London: UCL Institute of Education Press, 2018.

MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Campinas: Papirus, 2018.

SELWYN, Neil. **Os robôs devem substituir os professores? Inteligência artificial e o futuro da educação**. Cambridge: Polity Press, 2019.

VALENTE, José Armando. **Tecnologias digitais, ensino e aprendizagem: novas perspectivas para a educação**. Campinas: NIED/UNICAMP, 2014.

PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O PAPEL DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DE UM AMBIENTE ACOLHEDOR



FABIANA EVA PROENÇA ALBUQUERQUE
Formada em Pedagogia, com pós-graduação: em psicopedagogia, neuro educação, letramento, dislexia, educação infantil, psicomotricidade, AEE, método ABA, educação especial e libras. Conflitos



GABRIEL PEREIRA BEZERRA
Formado em Educação Física, com Pós-graduação em Educação Física escolar - ABA Análise Comportamental Aplicada ao Autismo



GLAUCI ALVES DE LIMA
Formada e em Pedagogia e Letras, com Pós-graduação em Educação Infantil, Jogos, Ritmos e Brincadeiras na Educação Infantil, Psicopedagogia Institucional, Ensino Lúdico, Educação Infantil: Abordagem Reggio Emilia, Gestão Escolar e Transtorno Opositor Desafiador (TOD)

RESUMO

A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão escolar, sendo o espaço onde se iniciam as interações sociais e o desenvolvimento integral das crianças. As práticas inclusivas neste contexto, assumem grande relevância, exigindo do professor uma atuação sensível, intencional e fundamentada teoricamente. Este artigo tem como objetivo analisar as práticas inclusivas na Educação Infantil, com ênfase no papel do professor na construção de um ambiente acolhedor que favoreça o desenvolvimento de todas as crianças. Os resultados evidenciam que a inclusão não se limita ao acesso à escola, mas envolve a garantia de participação, aprendizagem e desenvolvimento. Destaca-se que o professor exerce papel central nesse processo, sendo responsável por promover práticas pedagógicas que respeitem a diversidade, valorizem as diferenças e assegurem o direito à educação de qualidade. Conclui-se que a construção de um ambiente acolhedor e inclusivo depende de uma atuação docente comprometida com a equidade, a escuta e a valorização de cada criança.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Inclusão escolar; Práticas pedagógicas; Ambiente acolhedor; Desenvolvimento infantil.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil constitui-se como um espaço fundamental para o desenvolvimento integral da criança, sendo a primeira etapa da Educação Básica responsável por promover experiências que envolvem aspectos cognitivos, sociais, emocionais e culturais. A inclusão escolar ganha destaque neste contexto, uma vez que a escola deve garantir não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem de todas as crianças, respeitando suas singularidades.

As práticas inclusivas na Educação Infantil demandam uma mudança de paradigma, que ultrapasse concepções tradicionais de ensino e reconheça a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. A inclusão não se restringe à presença de crianças com deficiência ou necessidades educacionais específicas, mas envolve a construção de um ambiente que acolha todas as diferenças, sejam elas de ordem social, cultural, emocional ou cognitiva.

O do professor é central nesse cenário, pois é ele quem organiza o ambiente, planeja as experiências e média as interações, sendo responsável por promover práticas pedagógicas que favoreçam a participação de todos. Conforme aponta Mantoan (2003), a inclusão implica a transformação da escola, de modo que ela se torne capaz de atender às necessidades de todos os alunos, sem exceção.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo geral analisar as práticas inclusivas na Educação Infantil, destacando o papel do professor na construção de um ambiente acolhedor. Como objetivos específicos, busca-se: compreender os fundamentos teóricos da educação inclusiva; analisar a importância do ambiente escolar no processo de inclusão; discutir o papel do professor na mediação das práticas inclusivas; e refletir sobre os desafios e possibilidades da inclusão na Educação Infantil.

A escolha do tema justifica-se pela crescente demanda por práticas educacionais que garantam a inclusão de todos os alunos, especialmente na Educação Infantil, etapa em que se estabelecem as bases para o desenvolvimento humano. Apesar dos avanços nas políticas educacionais, ainda são observadas dificuldades na implementação de práticas inclusivas, o que evidencia a necessidade de aprofundamento teórico e reflexão sobre a prática pedagógica.

A construção de um ambiente acolhedor é fundamental para o desenvolvimento das crianças, uma vez que o sentimento de pertencimento e segurança influencia diretamente a aprendizagem. Um ambiente inclusivo deve ser capaz de valorizar as diferenças, promover a interação e garantir que todas as crianças se sintam respeitadas e reconhecidas.

Este estudo pretende contribuir para a compreensão das práticas inclusivas na Educação Infantil, destacando a importância da atuação docente na construção de um ambiente acolhedor, que favoreça o desenvolvimento integral e a aprendizagem de todas as crianças.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS

A educação inclusiva, especialmente no contexto da Educação Infantil, representa um avanço significativo no campo educacional, ao propor a construção de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a diversidade como elemento constitutivo do processo de ensino-aprendizagem. Essa perspectiva rompe com modelos tradicionais, historicamente marcados pela exclusão e pela segregação, e passa a compreender a diferença como uma condição inerente ao ser humano.

A concepção de inclusão vai além da simples inserção de crianças com deficiência no ambiente escolar, envolvendo a garantia de acesso, participação, aprendizagem e desenvolvimento para todos. A inclusão, nesse sentido, pressupõe a reorganização das práticas pedagógicas, do currículo e das relações estabelecidas no ambiente escolar, de modo a atender às necessidades de cada criança.

No campo teórico, a educação inclusiva encontra respaldo em diferentes abordagens que destacam a importância da interação social, da mediação pedagógica e da valorização das diferenças. A teoria histórico-cultural, por exemplo, contribui significativamente para a compreensão da aprendizagem como um processo social, no qual o desenvolvimento ocorre por meio das interações com o outro. De acordo com Vygotsky (1998), o aprendizado precede o desenvolvimento, sendo a mediação um elemento essencial para a construção do conhecimento. Tal perspectiva reforça a ideia de que todas as crianças são capazes de aprender, desde que lhes sejam oferecidas condições adequadas.

A dimensão afetiva, destacada por Wallon (2007), também é fundamental para a compreensão da inclusão na Educação Infantil. Para o autor, o desenvolvimento humano é indissociável das emoções, sendo o vínculo afetivo um elemento central no processo de aprendizagem. Um ambiente acolhedor, que valorize as relações e respeite as singularidades, torna-se essencial para a efetivação da inclusão.

No âmbito das políticas educacionais, a inclusão é reconhecida como um direito, assegurado por documentos legais que orientam a prática pedagógica. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017) enfatiza a importância de garantir experiências que promovam o desenvolvimento integral das crianças, respeitando suas diferenças e assegurando sua participação nas atividades propostas. Da mesma forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil reforçam que as práticas pedagógicas devem ser inclusivas, baseadas nas interações e nas brincadeiras.

Autores como Mantoan (2003) destacam que a inclusão implica uma transformação profunda na escola, exigindo a superação de práticas excludentes e a construção de uma nova cultura escolar. Para a autora, não é o aluno que deve se adaptar à escola, mas a escola que deve se reorganizar para atender a todos. Essa perspectiva rompe com a lógica da homogeneização, valorizando a diversidade como um recurso pedagógico.

Mittler (2003) também contribui ao afirmar que a inclusão envolve mudanças em todos os níveis do sistema educacional, incluindo políticas, práticas e culturas escolares. Segundo o autor,

a construção de uma escola inclusiva depende do compromisso coletivo, envolvendo professores, gestores, famílias e a comunidade.

A compreensão da diferença não como um problema, mas como uma possibilidade de enriquecimento do processo educativo, é um aspecto importante. A convivência com a diversidade favorece o desenvolvimento de atitudes como respeito, empatia e cooperação, contribuindo para a formação de sujeitos mais conscientes e participativos.

Na Educação Infantil, essa perspectiva é ainda mais relevante, uma vez que é nesse período que as crianças iniciam suas experiências de socialização fora do ambiente familiar. Um ambiente inclusivo, que valorize as diferenças desde a infância, contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

É importante destacar que a inclusão não se limita às crianças com deficiência, abrangendo também aquelas que apresentam dificuldades de aprendizagem, diferenças culturais, sociais ou emocionais. A educação inclusiva deve ser compreendida como um princípio que orienta todas as práticas pedagógicas, e não como uma ação específica direcionada a um grupo de alunos.

A construção de práticas inclusivas exige do professor uma postura reflexiva e comprometida, que reconheça a importância de adaptar estratégias, diversificar metodologias e promover a participação de todos os alunos. O conhecimento teórico é fundamental para orientar a prática pedagógica, possibilitando a construção de intervenções mais eficazes.

Os fundamentos teóricos da educação inclusiva na Educação Infantil evidenciam a necessidade de uma mudança de paradigma, que reconheça a diversidade como elemento central do processo educativo. A construção de um ambiente acolhedor e inclusivo depende da articulação entre teoria e prática, sendo o professor um agente fundamental na promoção de uma educação que respeite e valorize todas as crianças.

O AMBIENTE ACOLHEDOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A construção de um ambiente acolhedor na Educação Infantil constitui-se como elemento fundamental para a efetivação de práticas inclusivas, uma vez que o espaço educativo deve garantir às crianças condições de segurança, pertencimento e valorização de suas singularidades. Um ambiente acolhedor vai além da organização física da sala de aula, envolvendo relações, interações e práticas pedagógicas que promovam o respeito às diferenças e o desenvolvimento integral.

O acolhimento está diretamente relacionado à forma como a criança é recebida e inserida no ambiente escolar. A adaptação à escola, especialmente na Educação Infantil, é um momento sensível, que exige do professor atenção às necessidades emocionais das crianças. Um ambiente que acolhe respeita o tempo de cada criança, valoriza suas experiências e estabelece vínculos afetivos que favorecem a aprendizagem.

A dimensão afetiva desempenha papel central na construção de um ambiente acolhedor. Conforme destaca Wallon (2007), as emoções são fundamentais no desenvolvimento humano,

influenciando diretamente o processo de aprendizagem. Crianças que se sentem seguras, respeitadas e valorizadas tendem a se envolver mais nas atividades propostas, explorando o ambiente e interagindo com os colegas. Assim, o acolhimento não é apenas uma condição emocional, mas um elemento pedagógico essencial.

Além das relações afetivas, a organização do espaço físico também contribui significativamente para a construção de um ambiente inclusivo. Espaços bem planejados, acessíveis e organizados favorecem a autonomia das crianças, permitindo que explorem os materiais, realizem escolhas e participem ativamente das atividades. A disposição dos móveis, a diversidade de recursos e a criação de diferentes cantos de aprendizagem são estratégias que potencializam o desenvolvimento e a interação.

Outro A construção de uma rotina que favoreça o acolhimento é extremamente importante. Rotinas flexíveis, que respeitem o ritmo das crianças e incluam momentos de interação, brincadeira e descanso, contribuem para a organização do tempo e para a segurança emocional. A previsibilidade das ações também auxilia as crianças a se sentirem mais confiantes, especialmente aquelas que apresentam dificuldades de adaptação.

As interações sociais constituem um dos pilares de um ambiente acolhedor. A convivência entre as crianças possibilita o desenvolvimento de habilidades sociais, como cooperação, empatia e respeito às diferenças. Portanto, o professor deve promover situações que incentivem a participação de todos, mediando conflitos e estimulando o diálogo. Conforme Vygotsky (1998), é por meio das interações que a criança constrói conhecimentos, o que reforça a importância de um ambiente que favoreça a convivência.

A valorização da diversidade é outro elemento essencial na construção de um ambiente acolhedor. A presença de crianças com diferentes características, histórias e necessidades deve ser compreendida como uma oportunidade de aprendizagem para todos. É fundamental que o professor promova práticas que valorizem as diferenças, evitando qualquer forma de discriminação ou exclusão.

A linguagem utilizada no ambiente escolar também contribui para o acolhimento. Uma comunicação respeitosa, que valorize a escuta e incentive a expressão das crianças, fortalece os vínculos e promove o desenvolvimento da autonomia. O professor deve estar atento às formas de comunicação, garantindo que todas as crianças tenham oportunidade de se expressar e serem ouvidas.

A participação das famílias é essencial, a construção de um ambiente acolhedor envolve o diálogo com os responsáveis, estabelecendo uma relação de parceria entre escola e família. Tal aproximação contribui para a compreensão das necessidades das crianças e fortalece o processo educativo.

O ambiente acolhedor deve considerar as especificidades de cada criança, incluindo aquelas que apresentam necessidades educacionais especiais. A adaptação de materiais, a flexibilização de atividades e a atenção individualizada são estratégias que contribuem para a inclusão e o desenvolvimento de todos.

A construção de um ambiente acolhedor não é uma ação isolada, mas um processo contínuo, que exige reflexão e intencionalidade por parte do professor. É necessário avaliar constantemente as práticas adotadas, buscando identificar se estão promovendo a participação e o bem-estar das crianças.

O ambiente acolhedor na Educação Infantil constitui-se como um elemento fundamental para a inclusão, sendo responsável por criar condições favoráveis ao desenvolvimento e à aprendizagem. Ao promover relações baseadas no respeito, na escuta e na valorização das diferenças, a escola contribui para a formação de sujeitos mais seguros, autônomos e capazes de conviver em uma sociedade diversa.

O PAPEL DO PROFESSOR NAS PRÁTICAS INCLUSIVAS

O professor ocupa um papel central na efetivação das práticas inclusivas na Educação Infantil, sendo o principal mediador do processo de ensino-aprendizagem e responsável pela construção de um ambiente que acolha, respeite e valorize a diversidade. Sua atuação vai além da transmissão de conhecimentos, exigindo sensibilidade, intencionalidade pedagógica e compromisso com a equidade.

A inclusão escolar, depende diretamente das concepções que orientam a prática docente. Quando o professor compreende a diversidade como um elemento positivo e enriquecedor, tende a desenvolver práticas mais abertas, flexíveis e inclusivas. Por outro lado, concepções baseadas na homogeneização podem dificultar a participação de alunos que apresentam diferentes necessidades, reforçando processos de exclusão.

A mediação pedagógica constitui um dos principais instrumentos de atuação do professor. De acordo com Vygotsky (1998), a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais, sendo o professor responsável por criar condições que favoreçam o desenvolvimento das crianças. O docente deve propor situações de aprendizagem que considerem os diferentes níveis de desenvolvimento, oferecendo suporte adequado para que todos possam avançar.

A intencionalidade pedagógica é outro aspecto fundamental. As práticas inclusivas não acontecem de forma espontânea, mas exigem planejamento, organização e reflexão. O professor deve elaborar propostas que contemplem a diversidade presente na sala de aula, utilizando estratégias diferenciadas que possibilitem a participação de todos os alunos. Isso inclui a adaptação de atividades, o uso de diferentes recursos didáticos e a flexibilização das metodologias de ensino.

A observação das crianças é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de práticas inclusivas. Ao observar, o professor identifica as necessidades, interesses e potencialidades dos alunos, podendo planejar intervenções mais adequadas. Essa prática também permite acompanhar o desenvolvimento das crianças, contribuindo para a avaliação contínua e formativa.

A promoção de interações entre as crianças é relevante, o professor deve incentivar a convivência, o respeito às diferenças e a cooperação, criando oportunidades para que todos participem

das atividades. A interação entre pares é fundamental para o desenvolvimento social e cognitivo, sendo um dos pilares da educação inclusiva.

A construção de um ambiente acolhedor também depende da postura do professor. A forma como ele se relaciona com as crianças, a maneira como conduz as atividades e a atenção às necessidades individuais influenciam diretamente o clima da sala de aula. Um professor que demonstra empatia, respeito e escuta ativa contribui para que as crianças se sintam seguras e valorizadas.

A dimensão afetiva, nesse contexto, assume grande importância. Conforme destaca Wallon (2007), a afetividade está diretamente relacionada ao desenvolvimento e à aprendizagem. Crianças que se sentem acolhidas tendem a participar mais ativamente das atividades, explorando o ambiente e interagindo com os colegas. Assim, o professor deve construir vínculos positivos, fortalecendo a confiança e o pertencimento.

A adaptação de práticas pedagógicas é uma das principais estratégias para garantir a inclusão. Isso não significa simplificar o conteúdo, mas diversificar as formas de abordagem, considerando as diferentes maneiras de aprender. O uso de recursos visuais, materiais concretos, atividades lúdicas e tecnologias pode favorecer o acesso ao conhecimento, especialmente para crianças com dificuldades de aprendizagem ou necessidades específicas.

A parceria com a família também é um elemento fundamental na atuação do professor. O diálogo constante com os responsáveis permite compreender melhor o contexto da criança, compartilhar estratégias e fortalecer o processo educativo. A inclusão não é responsabilidade exclusiva da escola, mas um processo que envolve diferentes atores.

O trabalho colaborativo com outros profissionais, como equipe pedagógica e especialistas, contribui para a construção de práticas mais eficazes. A troca de experiências e o apoio mútuo fortalecem a atuação docente e ampliam as possibilidades de intervenção.

A formação continuada do professor é de vital importância, a inclusão exige conhecimentos específicos e atualização constante, sendo fundamental que o docente busque formação que contribua para o aprimoramento de sua prática. A reflexão sobre a própria atuação também é essencial para identificar avanços e desafios.

É importante destacar que o professor não atua isoladamente, sendo necessário o apoio da instituição escolar para a efetivação das práticas inclusivas. No entanto, sua postura e suas ações cotidianas têm impacto direto na construção de um ambiente inclusivo.

O papel do professor nas práticas inclusivas na Educação Infantil é fundamental para a promoção de uma educação de qualidade. Ao atuar de forma intencional, reflexiva e comprometida com a diversidade, o docente contribui para a construção de um ambiente acolhedor, no qual todas as crianças tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DAS PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A efetivação de práticas inclusivas na Educação Infantil, embora amplamente defendida no campo teórico e garantida por legislações educacionais, ainda enfrenta diversos desafios no cotidiano das instituições escolares. Esses desafios estão relacionados a aspectos estruturais, pedagógicos e formativos, que influenciam diretamente a construção de um ambiente acolhedor e inclusivo.

Um dos principais desafios refere-se à persistência de concepções tradicionais de ensino, que ainda priorizam a homogeneização dos alunos e a padronização das práticas pedagógicas. Essas concepções dificultam o reconhecimento da diversidade como elemento positivo, levando à exclusão de crianças que não se enquadram nos padrões estabelecidos. Nesse contexto, a inclusão pode ser compreendida de forma limitada, restrita ao acesso físico à escola, sem garantir a participação efetiva e a aprendizagem.

A formação docente também se apresenta como um desafio significativo. Muitos professores ainda não se sentem preparados para lidar com a diversidade presente na sala de aula, especialmente quando se trata de crianças com necessidades educacionais específicas. A ausência de formação continuada e de espaços de reflexão sobre a prática pedagógica contribui para a insegurança docente e para a manutenção de práticas pouco inclusivas.

A falta de recursos pedagógicos, a inadequação dos espaços físicos e o número elevado de alunos por turma dificultam a implementação de práticas que atendam às necessidades de todos. Em muitos casos, o professor precisa lidar com essas limitações, o que pode comprometer a qualidade das intervenções pedagógicas.

A sobrecarga de trabalho docente também se configura como um obstáculo importante. A necessidade de planejar atividades diferenciadas, acompanhar o desenvolvimento de cada criança e realizar intervenções individualizadas exige tempo e dedicação, o que nem sempre é possível diante das múltiplas demandas do cotidiano escolar.

A falta de apoio institucional pode dificultar a efetivação da inclusão. A ausência de uma cultura escolar inclusiva, aliada à falta de articulação entre os profissionais da educação, limita as possibilidades de construção de práticas pedagógicas mais eficazes. A inclusão deve ser compreendida como um compromisso coletivo, envolvendo toda a equipe escolar.

Em alguns casos, pode haver dificuldade de comunicação ou resistência em relação às práticas inclusivas, o que exige do professor sensibilidade e diálogo para construir uma parceria baseada no respeito e na colaboração.

Apesar dos desafios, existem inúmeras possibilidades para a construção de práticas inclusivas na Educação Infantil. Uma das principais estratégias é o investimento na formação continuada dos professores, possibilitando o aprofundamento teórico e o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes. A formação deve promover a reflexão sobre a prática e incentivar a construção de novas formas de atuação.

A valorização da diversidade como elemento pedagógico é outra possibilidade fundamental. Ao reconhecer as diferenças como oportunidades de aprendizagem, o professor contribui para a construção de um ambiente mais inclusivo, no qual todas as crianças se sintam valorizadas e respeitadas.

A reorganização do espaço e do tempo pedagógico também se apresenta como uma estratégia importante. Ambientes acessíveis, organizados e ricos em estímulos favorecem a participação das crianças, enquanto rotinas flexíveis permitem atender às diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem.

A utilização de metodologias diversificadas, incluindo atividades lúdicas, uso de materiais concretos e propostas interativas, amplia as possibilidades de participação e aprendizagem. Essas estratégias tornam o ensino mais acessível e significativo, especialmente para crianças que apresentam dificuldades.

O fortalecimento da parceria com as famílias também contribui para a inclusão, possibilitando uma atuação conjunta no acompanhamento do desenvolvimento das crianças. O diálogo e a troca de informações são fundamentais para a construção de estratégias mais eficazes.

O trabalho colaborativo entre professores, equipe pedagógica e outros profissionais amplia as possibilidades de intervenção, favorecendo a construção de práticas mais integradas e eficazes.

A construção de práticas inclusivas exige uma mudança de postura por parte dos profissionais da educação, no sentido de reconhecer que todos os alunos são capazes de aprender. Essa perspectiva implica abandonar práticas excludentes e adotar uma abordagem que valorize o potencial de cada criança.

Embora existam desafios significativos, as possibilidades de construção de uma Educação Infantil inclusiva são amplas e viáveis. Cabe à escola e aos professores assumirem o compromisso com a inclusão, promovendo práticas pedagógicas que garantam o direito à aprendizagem de todas as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas inclusivas na Educação Infantil constituem um elemento fundamental para a construção de uma educação mais justa, equitativa e comprometida com o desenvolvimento integral das crianças. Ao longo deste estudo, foi possível compreender que a inclusão vai além do acesso à escola, envolvendo a garantia de participação, aprendizagem e pertencimento para todos.

A análise realizada evidenciou que a construção de um ambiente acolhedor é essencial para a efetivação da inclusão, uma vez que as relações estabelecidas no contexto escolar influenciam diretamente o desenvolvimento das crianças. Um ambiente que valoriza as diferenças, promove a escuta e respeita as singularidades contribui para a formação de sujeitos mais seguros e participativos.

Foi destacado ainda, o papel central do professor nesse processo, sendo responsável por mediar as interações, planejar práticas pedagógicas inclusivas e criar condições que favoreçam a aprendizagem de todos. A atuação docente, quando fundamentada e intencional, tem impacto direto na construção de um ambiente educativo mais acolhedor e inclusivo.

Entretanto, também foram identificados desafios que ainda dificultam a efetivação das práticas inclusivas, como a permanência de concepções tradicionais, a falta de formação específica e as limitações estruturais das instituições escolares. Esses aspectos indicam a necessidade de investimentos em formação continuada e na construção de uma cultura escolar voltada para a inclusão.

As possibilidades apresentadas demonstram que é possível promover práticas pedagógicas mais inclusivas, por meio da valorização da diversidade, da adaptação das estratégias de ensino e do fortalecimento das relações entre escola e família.

Conclui-se que a inclusão na Educação Infantil deve ser compreendida como um compromisso coletivo, que envolve não apenas o professor, mas toda a comunidade escolar. A construção de um ambiente acolhedor e inclusivo é um processo contínuo, que exige reflexão, intencionalidade e compromisso com o direito de todas as crianças à educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 2010.

O ENCANTAMENTO DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM RELATO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO



JACQUELINE MULLER DOS SANTOS MIRANDA

Graduação em Licenciatura em Pedagogia e em Artes Visuais pela Faculdade Universidade Paulista (UNIP) e Centro Universitário Cidade Verde (UniCV) (2016/2026); Especialista em Metodologia em Artes pela Faculdade Bookplay (2025); Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I - na EMEI 7 de Setembro.

RESUMO

Este artigo apresenta um relato de prática pedagógica sobre um projeto de leitura desenvolvido com crianças de 4 a 5 anos na Educação projeto, fundamentado nas concepções de Emília Ferreiro, Ana Teberosky e Magda Soares, buscou promover o contato significativo com o universo letrado, estimulando a curiosidade, a imaginação e o desenvolvimento da linguagem oral e escrita. Detalha-se a metodologia empregada, os livros e recursos utilizados, as atividades lúdicas e interativas, a participação ativa das crianças e o envolvimento das famílias. Os resultados evidenciam avanços na compreensão do sistema de escrita, no repertório lexical e no prazer pela leitura, apesar dos desafios inerentes à implementação de propostas inovadoras em contextos educacionais. Conclui-se que a leitura na Educação Infantil, quando abordada de forma contextualizada e prazerosa, é um pilar fundamental para a formação de leitores competentes e críticos.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura; Educação Infantil; Relato de Prática; Alfabetização; Letramento.

INTRODUÇÃO

A leitura, em sua essência, transcende a mera decodificação de símbolos; ela se configura como uma porta de entrada para mundos imaginários, para o conhecimento e para a compreensão da complexidade humana. Na Educação Infantil, a importância de se fomentar o contato com o universo letrado assume contornos ainda mais significativos, pois é nesse período que se estabelecem as bases para o desenvolvimento integral da criança. Este artigo propõe-se a compartilhar um relato de prática pedagógica, fruto de um projeto de leitura implementado com crianças de 4 a 5 anos em uma unidade da Rede Municipal de São Paulo. O objetivo central foi o de imergir os

pequenos no mundo da leitura de forma lúdica e prazerosa, reconhecendo-os como sujeitos ativos na construção de seu conhecimento.

O que se fez foi um projeto contínuo, permeado por atividades diversificadas que buscavam explorar a leitura em suas múltiplas dimensões. Como se fez envolveu a seleção cuidadosa de obras literárias infantis, a criação de espaços acolhedores para a leitura, a promoção de rodas de conversa, a contação de histórias e a integração das famílias no processo. Por que o fez? A motivação residiu na crença de que o acesso à leitura desde a primeira infância é um direito e uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, além de ser um alicerce para a futura alfabetização e letramento. A experiência buscou, assim, ir ao encontro das necessidades e potencialidades das crianças, oferecendo-lhes oportunidades ricas de interação com a linguagem escrita e oral.

O PROJETO DE LEITURA E SUAS TRAMAS

O projeto de leitura foi concebido a partir da compreensão de que a criança, desde muito cedo, elabora hipóteses sobre a escrita e a leitura, conforme postulam Ferreiro e Teberosky (1986). Acreditava-se que, ao oferecer um ambiente rico em estímulos e interações, seria possível potencializar essa construção de conhecimento. A proposta também se alinhava com as ideias de Magda Soares, que defende a indissociabilidade entre alfabetização e letramento, ou seja, a necessidade de que a criança compreenda a função social da escrita desde os primeiros contatos com ela (SOARES, 2004).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: ALICERCES PARA A PRÁTICA

A prática pedagógica relatada neste artigo encontra seus alicerces em importantes referenciais teóricos que permeiam a Educação Infantil e o processo de aquisição da leitura e da escrita. A compreensão da criança como sujeito ativo na construção do conhecimento, defendida por Ferreiro e Teberosky (1986), foi central para a concepção do projeto. Para essas autoras, a criança não é um receptor passivo de informações, mas um ser que elabora hipóteses sobre o sistema de escrita, passando por diferentes níveis de conceitualização até compreender a natureza alfabética da escrita. O contato com a escrita do próprio nome, por exemplo, é um marco significativo nesse processo (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986).

Magda Soares (2004), por sua vez, amplia essa discussão ao introduzir o conceito de alfa-letrar, que integra a alfabetização (aquisição do sistema de escrita) e o letramento (uso social da leitura e da escrita). Para Soares, não basta apenas decodificar as letras; é preciso que a criança compreenda a função social da escrita, que ela seja capaz de interagir com o mundo letrado de forma significativa. A leitura, nesse sentido, não se restringe à escola, mas se estende a todas as esferas da vida, sendo um processo contínuo e contextualizado (SOARES, 2004).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo para a Educação Bási-

ca brasileira, reforça a importância da leitura e da escrita na Educação Infantil. A BNCC (BRASIL, 2018) estabelece campos de experiências que contemplam o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, incentivando a escuta, a fala, o pensamento e a imaginação. O documento enfatiza que a criança deve ter contato com diversos gêneros textuais, participar de situações de leitura e escrita, e desenvolver o gosto pelos livros desde cedo. A leitura é vista como uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento da linguagem e para a compreensão do mundo ao redor (BRASIL, 2018).

Fanny Abramovich (1997), em sua obra *Literatura infantil: gostosuras e bobices*, destaca o papel fundamental da literatura infantil na formação do leitor. Para a autora, a leitura de histórias para crianças é um ato de amor e de partilha, que estimula a imaginação, a criatividade e o desenvolvimento emocional. Abramovich (1997) defende que o livro deve ser um objeto de prazer, um convite à fantasia, e que a escola tem um papel crucial em apresentar esse universo aos pequenos. Regina Zilberman (2003), em *A literatura infantil na escola*, complementa essa visão ao discutir a importância da literatura infantil no ambiente escolar, não apenas como um instrumento pedagógico, mas como um elemento essencial para a formação cultural e crítica do indivíduo. Zilberman (2003) ressalta que a literatura na escola deve ir além do didatismo, proporcionando experiências estéticas e reflexivas.

LIVROS QUE ENCANTAM E DESPERTAM A CURIOSIDADE

A seleção dos livros foi um dos pilares do projeto, pautada na busca por obras que apresentassem narrativas envolventes, ilustrações ricas e que abordassem temas relevantes para o universo infantil, promovendo o encantamento e a curiosidade, conforme preconizado por Abramovich (1997). Entre os títulos que mais cativaram as crianças, destacam-se:

O Grufalo, de Julia Donaldson e Axel Scheffler: A história do monstro Grufalo e do esperto ratinho gerou muitas risadas e discussões sobre medo e coragem, estimulando a imaginação e a capacidade de inferência das crianças.

A Lagarta Comilona, de Eric Carle: Além de explorar o ciclo de vida da borboleta, o livro permitiu trabalhar conceitos de quantidade, sequência e alimentação saudável, de forma lúdica e interativa. *Chapeuzinho Amarelo**, de Chico Buarque: A poesia e a forma como a personagem lida com o medo foram pontos de partida para conversas profundas sobre sentimentos e emoções, contribuindo para o desenvolvimento socioemocional.

Bruxa, Bruxa, Venha à Minha Festa, de Arden Druce: Um livro interativo que estimulou a participação oral, a antecipação de eventos e a construção coletiva de sentido, reforçando a importância da interação com o texto.

Cada livro era apresentado com um ritual especial, que incluía a exploração da capa, a leitura do título e a antecipação da história. A leitura era feita de forma expressiva, com diferentes vozes e entonações, para envolver as crianças na narrativa e despertar o prazer pela escuta, um aspecto fundamental para a formação do leitor (ZILBERMAN, 2003).

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS: DO CONTAR AO CRIAR E O PAPEL DA BNCC

As atividades desenvolvidas foram pensadas para ir além da escuta passiva, incentivando a interação, a produção e a expressão das crianças, em consonância com os campos de experiências propostos pela BNCC (BRASIL, 2018). Algumas das principais foram:

Rodas de Leitura e Conversa: Após a leitura de cada livro, as crianças eram convidadas a expressar suas impressões, sentimentos e a recontar a história com suas próprias palavras. Essas rodas eram momentos ricos para o desenvolvimento da oralidade, da capacidade de argumentação e da escuta ativa, habilidades essenciais para a interação social e a construção do conhecimento.

Dramatizações: As histórias lidas eram frequentemente dramatizadas pelas crianças, utilizando fantasias e objetos simples. Essa atividade promovia a criatividade, a expressão corporal, a compreensão dos papéis dos personagens e a capacidade de se colocar no lugar do outro, contribuindo para o desenvolvimento da empatia.

Produção de Desenhos e Colagens: Após a imersão nas histórias, as crianças eram incentivadas a expressar o que sentiram e imaginaram através de desenhos e colagens. Essas produções eram expostas na sala, criando um mural literário que valorizava a autoria e a diversidade de interpretações.

Criação de Livros Coletivos: A partir de temas ou personagens que surgiam nas leituras, as crianças, com a mediação da professora, criavam suas próprias histórias, que eram transformadas em livros coletivos. Cada criança contribuía com um desenho e uma frase, valorizando a autoria, o trabalho em grupo e a compreensão da função social da escrita (SOARES, 2004).

Cantinho da Leitura: Um espaço aconchegante foi criado na sala, com almofadas, tapetes e uma variedade de livros à disposição. As crianças podiam acessar esse cantinho livremente, escolhendo os livros de sua preferência para folhear e ler, promovendo a autonomia e o prazer pela leitura (ABRAMOVICH, 1997).

A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS: PROTAGONISTAS DA PRÓPRIA HISTÓRIA

Desde o início, as crianças foram convidadas a serem protagonistas do projeto. Suas escolhas de livros, suas interpretações das histórias e suas produções artísticas e textuais foram sempre valorizadas. Observou-se um crescente interesse pela leitura, manifestado na busca espontânea pelos livros, na curiosidade em relação às letras e palavras, e na capacidade de recontar histórias com riqueza de detalhes. A interação entre elas durante as rodas de leitura e as dramatizações revelou um amadurecimento na escuta e no respeito às diferentes opiniões. A cada nova história, a imaginação era aguçada, e a capacidade de fazer inferências e conexões entre o que era lido e suas próprias experiências de vida se tornava mais evidente, demonstrando a construção ativa do conhecimento sobre a língua escrita (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986).

O ENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS: PONTES ENTRE A ESCOLA E O LAR

A participação das famílias foi um aspecto crucial para o sucesso do projeto. Foram realizadas reuniões para apresentar a proposta, sensibilizar os pais sobre a importância da leitura na primeira infância e sugerir formas de incentivar o hábito leitor em casa. Semanalmente, as crianças levavam para casa um livro da biblioteca da sala, acompanhado de um caderno de registro, onde as famílias podiam anotar suas impressões sobre a leitura compartilhada. Essa iniciativa fortaleceu o vínculo entre a escola e o lar, transformando a leitura em uma prática familiar e reforçando a ideia de que a educação é uma responsabilidade compartilhada. O retorno das famílias foi extremamente positivo, com relatos de momentos de união e descobertas proporcionados pela leitura conjunta, evidenciando a importância da parceria família-escola para o letramento (SOARES, 2004).

RESULTADOS E DESAFIOS: TECENDO O CAMINHO

Os resultados do projeto foram bastante animadores. Observou-se um aumento significativo no interesse das crianças pelos livros e pela leitura, uma ampliação do vocabulário e da capacidade de expressão oral, e um maior desenvolvimento da consciência fonológica. As crianças demonstravam mais autonomia na escolha de livros e na interação com o material escrito. A compreensão de que a escrita possui um significado e uma função social tornou-se mais concreta, preparando-as para os próximos estágios da alfabetização, em consonância com as expectativas da BNCC (BRASIL, 2018).

No entanto, o percurso não foi isento de desafios. A heterogeneidade do grupo, com diferentes níveis de contato prévio com a leitura, exigiu um planejamento flexível e a constante adaptação das atividades. A garantia da participação efetiva de todas as famílias também se mostrou um desafio, demandando estratégias contínuas de comunicação e engajamento. A escassez de recursos materiais, como livros em quantidade suficiente e diversidade de títulos, implicou a necessidade de criatividade e na busca por parcerias para enriquecer o acervo da sala. Apesar dessas dificuldades, a persistência e o entusiasmo da equipe pedagógica e das famílias foram determinantes para a superação dos obstáculos, reforçando a ideia de que a prática pedagógica é um processo de constante reflexão e aprimoramento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de leitura na Educação Infantil, aqui relatado, reafirma a importância de se conceber a leitura como uma prática social e cultural, que se inicia muito antes da entrada formal no mundo da escrita. A experiência demonstrou que, ao oferecer um ambiente rico em oportunidades e estímulos, as crianças de 4 a 5 anos são capazes de desenvolver um profundo apreço pelos livros e pela leitura, construindo significados e ampliando suas visões de mundo. A abordagem lúdica, a seleção cuidadosa de obras e o envolvimento das famílias foram elementos-chave para o êxito da

proposta.

Os avanços observados no desenvolvimento da linguagem oral, na compreensão do sistema de escrita e no prazer pela leitura indicam que investir em projetos dessa natureza é fundamental para a formação de indivíduos mais críticos, criativos e participativos. A leitura, nesse contexto, não é apenas uma habilidade a ser adquirida, mas uma experiência transformadora que nutre a imaginação e expande os horizontes. Que este relato possa inspirar outras práticas e reforçar a convicção de que a semente da leitura, quando plantada na primeira infância, floresce em um jardim de possibilidades infinitas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2004.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 2003.

A MUSICALIZAÇÃO COMO ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO



LUCIANA MARQUES MILLOS NASHIRO

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Fundação Santo André (2010); Especialista em Neuropsicologia pela Faculdade Conectada – FACONNECT (2025); Professora de Educação Infantil no CEU CEI São Rafael..

RESUMO

A musicalização, entendida como o processo de vivência musical desde os primeiros anos de vida, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo infantil. Diversos estudos apontam que a música estimula áreas do cérebro ligadas à linguagem, memória, raciocínio lógico, criatividade e concentração. O contato com sons, ritmos e melodias contribui para o desenvolvimento da percepção auditiva, coordenação motora e habilidades socioemocionais. Na educação infantil, a musicalização favorece a aprendizagem de forma lúdica, promovendo a interação social e o respeito ao outro. Ao explorar instrumentos, cantar e movimentar-se, a criança exercita sua autonomia e imaginação. A música também atua na formação da identidade cultural e no desenvolvimento da linguagem oral e escrita. Além disso, favorece a organização do pensamento e a resolução de problemas. Assim, incluir a musicalização no currículo escolar amplia as possibilidades de aprendizagem e enriquece o processo educacional. Conclui-se que a música é uma ferramenta poderosa e integradora, capaz de potencializar o desenvolvimento cognitivo de forma significativa e prazerosa.

PALAVRAS-CHAVE: Musicalização; Desenvolvimento Cognitivo; Aprendizagem; Infância; Música Na Educação.

INTRODUÇÃO

A música sempre ocupou um espaço significativo na história da humanidade, sendo uma das formas mais antigas de expressão cultural e emocional. Desde os tempos mais remotos, o ser humano utilizou sons, ritmos e melodias para comunicar sentimentos, contar histórias, transmitir

conhecimentos e fortalecer laços sociais. Dentro desse contexto, surge a musicalização como uma prática pedagógica fundamental, principalmente na infância, por seu potencial de promover o desenvolvimento global da criança, com destaque para o aspecto cognitivo. A musicalização não se restringe apenas ao ensino técnico da música, mas sim à vivência musical como ferramenta de estímulo à aprendizagem, criatividade, percepção e raciocínio.

O desenvolvimento cognitivo é um processo complexo que envolve a aquisição de habilidades mentais como memória, atenção, linguagem, percepção, raciocínio lógico e resolução de problemas. Segundo as teorias do desenvolvimento infantil, como as de Jean Piaget e Lev Vygotsky, a criança aprende a partir da interação com o meio e com outras pessoas, sendo o estímulo essencial para o progresso de suas funções cognitivas. Nesse sentido, a música, por sua natureza multissensorial e interativa, torna-se um recurso extremamente eficaz no processo educativo, especialmente nas fases iniciais do desenvolvimento humano.

Estudos nas áreas da neurociência e psicologia educacional têm demonstrado que a exposição à música desde os primeiros anos de vida está diretamente relacionada a melhorias nas habilidades cognitivas. A musicalização favorece a neuroplasticidade, ou seja, a capacidade do cérebro de se reorganizar e formar novas conexões neurais a partir de estímulos externos. Ao participar de atividades musicais, como cantar, dançar ou tocar instrumentos, a criança ativa múltiplas regiões cerebrais simultaneamente, desenvolvendo competências relacionadas à memória, linguagem, atenção e até mesmo à matemática.

Além disso, a musicalização contribui para a formação da identidade cultural e pessoal da criança, auxiliando-a na construção de valores, sentimentos e emoções. O ambiente musical promove a socialização, o respeito às diferenças e a cooperação, o que também impacta positivamente no desenvolvimento socioemocional, uma dimensão importante e complementar ao aspecto cognitivo. Quando bem aplicada no ambiente escolar, a musicalização estimula o pensamento crítico, a curiosidade e a criatividade, tornando o processo de aprendizagem mais significativo e prazeroso.

Outro ponto relevante é a inclusão da música no contexto educacional como direito previsto pela Lei nº 11.769/2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), determinando a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica. Tal medida reconhece a importância da música como linguagem fundamental na formação integral do sujeito, reforçando seu papel como mediadora da aprendizagem e do desenvolvimento infantil.

A musicalização, portanto, vai além da estética sonora ou do entretenimento; ela se apresenta como um instrumento pedagógico poderoso, capaz de transformar a maneira como a criança percebe, interage e compreende o mundo. Por meio da escuta atenta, do canto, da experimentação de sons e da improvisação musical, a criança exercita o pensamento simbólico, a organização temporal e espacial, além de fortalecer a coordenação motora fina e global. Cada atividade musical representa uma oportunidade para desenvolver habilidades cognitivas de maneira lúdica e prazerosa.

É importante destacar também o papel do educador no processo de musicalização. Mais do que dominar técnicas musicais, o professor precisa compreender a música como linguagem

expressiva e como ferramenta de aprendizagem interdisciplinar. A formação docente voltada para a educação musical ainda é um desafio, mas mostra-se essencial para que as atividades propostas em sala de aula sejam realmente significativas e integradas ao desenvolvimento das crianças.

No cenário atual da educação, em que tanto se busca metodologias inovadoras, criativas e eficazes, a musicalização se destaca por sua capacidade de unir emoção, cognição e ação em um único processo. Ela respeita o ritmo individual de aprendizagem, promove a inclusão e valoriza as diferentes formas de expressão. A criança que vivencia a música de forma contínua e orientada desenvolve não apenas habilidades musicais, mas também competências essenciais para o sucesso escolar e para a vida em sociedade.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar o papel da musicalização no estímulo ao desenvolvimento cognitivo infantil, destacando seus benefícios, fundamentos teóricos e práticas pedagógicas associadas. Para isso, serão abordados os conceitos de desenvolvimento cognitivo à luz de autores como Piaget, Vygotsky e Gardner, além de apresentar evidências científicas e relatos de experiências educacionais que comprovam a eficácia da musicalização como estratégia de ensino e aprendizagem.

Espera-se, com esta pesquisa, contribuir para a valorização da música no contexto educacional, incentivando sua aplicação consciente e planejada nas práticas pedagógicas. Ao compreender a relação entre musicalização e cognição, educadores, pais e profissionais da infância poderão promover um ambiente mais rico em estímulos, capaz de potencializar o desenvolvimento das crianças de forma integral e harmoniosa.

DESENVOLVIMENTO

A musicalização é um processo pedagógico que tem como objetivo principal introduzir a criança no universo musical por meio de vivências sonoras e experiências lúdicas. Não se trata apenas do ensino formal da música, como leitura de partituras ou domínio técnico de instrumentos, mas sim da exploração dos elementos musicais de forma prazerosa e interativa, despertando a sensibilidade, a criatividade e a percepção auditiva. Quando inserida no contexto educacional, a musicalização torna-se uma poderosa ferramenta de estímulo ao desenvolvimento cognitivo, influenciando diretamente diversas capacidades mentais e favorecendo a aprendizagem de forma ampla.

A cognição está relacionada a processos mentais como percepção, atenção, memória, raciocínio, linguagem e tomada de decisão. Desde cedo, o cérebro humano responde de maneira intensa a estímulos sonoros. Os bebês já demonstram sensibilidade à música ainda no útero, reagindo a mudanças de ritmo, timbre e intensidade. Essa predisposição natural à musicalidade abre espaço para que atividades musicais sejam utilizadas como recurso pedagógico desde os primeiros meses de vida.

De acordo com a neurociência, a música estimula áreas cerebrais ligadas ao córtex pré-frontal, responsável por funções executivas como planejamento, controle de impulsos, solução

de problemas e regulação emocional. Também ativa o hipocampo, região associada à memória, e o cerebelo, que coordena os movimentos. Dessa forma, a musicalização não apenas enriquece o repertório sensorial da criança, mas também desenvolve competências cognitivas fundamentais para o processo de aprendizagem.

No ambiente escolar, a música pode ser explorada de forma interdisciplinar, contribuindo para diversas áreas do conhecimento. No campo da linguagem, por exemplo, o canto de músicas infantis auxilia na aquisição de vocabulário, na estruturação de frases e na percepção dos sons da fala, facilitando a alfabetização. Em matemática, a musicalização favorece a compreensão de padrões, sequência lógica, contagem e noção de tempo. A música também colabora com a coordenação motora, através de atividades rítmicas que exigem movimentos corporais precisos, contribuindo para a psicomotricidade.

Além disso, a musicalização está intrinsecamente ligada à educação emocional. Através da música, a criança pode expressar sentimentos, lidar com frustrações, aprender a esperar sua vez e desenvolver empatia ao cantar em grupo ou tocar em conjunto com os colegas. Esses aspectos são essenciais para o desenvolvimento social e emocional, que, por sua vez, influenciam diretamente o desempenho cognitivo.

Diversos teóricos da educação infantil e da psicologia do desenvolvimento ressaltam a importância das experiências sensoriais, incluindo a música, como catalisadoras do desenvolvimento cognitivo. Jean Piaget, por exemplo, destaca que a criança constrói seu conhecimento por meio da interação com o meio. Nessa perspectiva, a música, como experiência concreta e sensorial, oferece oportunidades ricas de assimilação e acomodação de novos conhecimentos.

Lev Vygotsky, por sua vez, enfatiza a mediação social na aprendizagem e a importância das interações para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Na musicalização, essa interação está presente em atividades como o canto coletivo, o diálogo musical e o acompanhamento rítmico em grupo, que requerem cooperação, escuta ativa e sincronização com o outro.

Howard Gardner, criador da Teoria das Inteligências Múltiplas, inclui a inteligência musical como uma das capacidades humanas fundamentais. Segundo ele, pessoas com essa inteligência possuem facilidade em perceber padrões sonoros, ritmos e melodias, e a sua estimulação pode influenciar positivamente outras formas de inteligência, como a lógico-matemática e a linguística. Isso reforça a ideia de que a música não é uma habilidade isolada, mas que dialoga com diversas esferas cognitivas.

Vários estudos empíricos comprovam os benefícios da musicalização na infância. Crianças que participam de atividades musicais regularmente apresentam melhor desempenho em tarefas de memória auditiva e visual, maior capacidade de concentração e atenção, além de maior facilidade para aprender novos conteúdos escolares. A prática musical estimula o pensamento abstrato, essencial para a resolução de problemas e para o raciocínio lógico.

Outro aspecto importante é o desenvolvimento da lateralidade e da coordenação motora. Ao tocar instrumentos ou realizar movimentos rítmicos, a criança integra os dois hemisférios cerebrais, desenvolvendo habilidades motoras finas e grossas, que são importantes também para a escrita e

outras atividades escolares.

Além disso, a música promove a autonomia e a autoestima da criança. Participar de atividades musicais, apresentar-se para os colegas ou compor pequenas canções fortalece a confiança e a capacidade de expressão. Ao vivenciar o sucesso em atividades artísticas, a criança se sente valorizada e motivada a explorar novos conhecimentos.

Para que a musicalização seja eficaz no estímulo ao desenvolvimento cognitivo, é necessário que seja aplicada de forma planejada, consciente e integrada ao currículo escolar. O educador deve utilizar estratégias que respeitem o estágio de desenvolvimento da criança, propondo atividades que envolvam escuta musical, canto, movimento, percussão corporal, experimentação instrumental e jogos musicais.

É importante que o ambiente educativo favoreça a liberdade de expressão, a criatividade e a participação ativa dos alunos. A rotina pode incluir momentos diários de musicalização, com músicas temáticas, atividades de relaxamento com sons suaves, brincadeiras cantadas e apresentações musicais. A integração com outras áreas do conhecimento pode enriquecer ainda mais as atividades, como usar músicas para trabalhar conteúdos de ciências, história ou matemática.

Além disso, a formação dos professores é um ponto crucial. Muitos educadores não se sentem preparados para trabalhar com música por não terem formação específica na área. No entanto, é possível realizar um trabalho de musicalização eficaz mesmo sem ser músico profissional, desde que o educador tenha sensibilidade, criatividade e conhecimento básico sobre os elementos musicais e seu potencial pedagógico.

Apesar dos inúmeros benefícios, a musicalização ainda enfrenta alguns desafios no cenário educacional brasileiro. A falta de investimento em educação musical, a ausência de formação específica para professores e a escassez de materiais adequados são alguns dos obstáculos que dificultam a implementação efetiva dessa prática nas escolas.

Contudo, há um movimento crescente de valorização da música na educação infantil, especialmente após a promulgação da Lei nº 11.769/2008. Escolas, universidades e instituições culturais têm desenvolvido projetos de formação, oficinas e parcerias para ampliar o acesso à musicalização de qualidade. O uso da tecnologia também tem sido um aliado importante, com o surgimento de aplicativos, vídeos educativos e plataformas de ensino musical interativo que auxiliam tanto educadores quanto alunos.

A tendência para o futuro é que a musicalização se torne cada vez mais presente no cotidiano escolar, sendo reconhecida não apenas como disciplina artística, mas como uma metodologia interdisciplinar e integradora, capaz de contribuir significativamente para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

Com base no exposto, fica evidente que a musicalização é uma prática educativa de grande relevância para o desenvolvimento cognitivo na infância. Sua aplicação promove benefícios amplos e duradouros, que vão além do universo musical. Por meio de atividades lúdicas, expressivas e interativas, a criança desenvolve habilidades essenciais para sua formação integral, tornando-se

mais atenta, criativa, comunicativa e preparada para os desafios da aprendizagem escolar.

Incorporar a música de forma intencional e qualificada nas práticas pedagógicas é um caminho promissor para transformar a educação infantil em um espaço mais significativo, inclusivo e eficaz. Ao estimular mente, corpo e emoção de maneira integrada, a musicalização revela-se como uma ferramenta completa para potencializar o desenvolvimento das novas gerações.

A musicalização, além de sua função artística, contribui significativamente para o processo de aprendizagem ao estimular múltiplas áreas do cérebro simultaneamente. Durante as experiências musicais, especialmente na primeira infância, a criança entra em contato com estímulos que envolvem ritmo, melodia, harmonia e dinâmica. Esses elementos musicais atuam em conjunto para favorecer conexões neurais mais complexas, promovendo a sincronia entre o hemisfério direito, ligado à criatividade e à emoção, e o hemisfério esquerdo, associado ao raciocínio lógico e à linguagem. Assim, a música se apresenta como um recurso natural para desenvolver habilidades cognitivas de forma prazerosa e motivadora.

Dentro da rotina escolar, é possível perceber que as crianças expostas à musicalização apresentam maior facilidade para realizar atividades que exigem atenção, memória sequencial e discriminação auditiva. Essas capacidades são fundamentais para o desenvolvimento da leitura e da escrita, uma vez que exigem percepção dos sons da fala, identificação de padrões fonológicos e compreensão de ritmo e entonação da linguagem. A musicalização fortalece ainda a capacidade de concentração e persistência diante de tarefas mais complexas, elementos essenciais para o sucesso acadêmico. Por esse motivo, sua inserção nas práticas pedagógicas deve ser pensada como estratégia que ultrapassa o campo da arte, alcançando objetivos mais amplos no processo de aprendizagem.

A prática constante de atividades musicais auxilia na estruturação do pensamento sequencial e na organização temporal das ações. Por exemplo, ao participar de uma canção com movimentos coreografados, a criança precisa antecipar, organizar e executar gestos em sincronia com a música. Esse tipo de atividade exige atenção concentrada, memória motora e auditiva, além da capacidade de antecipar padrões rítmicos, o que contribui diretamente para o desenvolvimento de habilidades cognitivas como a previsão, o planejamento e a solução de problemas. Essas competências são transferidas para outras áreas da vida escolar e cotidiana, facilitando o aprendizado de disciplinas como matemática, ciências e linguagem.

Outro fator que reforça a importância da musicalização no desenvolvimento cognitivo é sua capacidade de envolver a criança de maneira integral. Ao contrário de outras práticas educativas mais formais, a música cativa por sua afetividade, pelo prazer estético e pelo caráter lúdico. A motivação intrínseca despertada pela atividade musical faz com que a criança participe com entusiasmo, ampliando sua disposição para aprender. Essa motivação é um dos fatores determinantes para a construção do conhecimento, pois quanto maior o envolvimento emocional com o conteúdo, maior a retenção da informação e a consolidação da aprendizagem.

Além do aspecto cognitivo, a musicalização também estimula a imaginação e a criatividade, aspectos muitas vezes subestimados no currículo escolar, mas essenciais para o desenvolvimento

de soluções inovadoras e pensamento crítico. Ao criar letras, inventar melodias ou improvisar ritmos, a criança exercita sua capacidade criativa, aprendendo a explorar diferentes possibilidades para resolver situações. Esse tipo de atividade também permite a expressão de ideias e sentimentos que, muitas vezes, não encontram espaço na linguagem verbal, ajudando a criança a desenvolver a comunicação em diversos níveis.

A participação em atividades musicais em grupo estimula habilidades sociais e emocionais que impactam diretamente o desempenho cognitivo. Por meio da cooperação, do respeito ao tempo do outro, da escuta ativa e do compartilhamento de experiências, a criança aprende a se relacionar, a trabalhar em equipe e a lidar com frustrações de maneira construtiva. Esses elementos favorecem um ambiente de aprendizagem mais acolhedor, onde o erro é visto como parte do processo e onde cada criança se sente valorizada em sua individualidade. Esse tipo de ambiente estimula a autonomia e fortalece a autoestima, fatores importantes para a confiança necessária ao desenvolvimento cognitivo.

É importante ressaltar que o cérebro infantil está em constante formação, especialmente nos primeiros anos de vida. Nessa fase, as experiências vividas têm forte impacto na estruturação das funções cognitivas, e é exatamente por isso que a musicalização deve ser inserida o quanto antes na vida da criança. Quanto mais rica e variada for a estimulação sonora e musical, maior será o desenvolvimento das conexões cerebrais. A música, por ser uma linguagem universal e acessível, torna-se um caminho natural para oferecer essas experiências enriquecedoras de forma significativa.

Mesmo crianças com dificuldades cognitivas ou deficiências apresentam avanços quando expostas a práticas musicais adaptadas. A musicalização tem se mostrado uma aliada valiosa no trabalho com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), deficiência intelectual, entre outras condições. Nesses casos, a música pode funcionar como um canal de comunicação alternativo, permitindo que a criança se expresse e interaja com o meio de forma mais segura e eficiente. Além disso, a repetição rítmica e a previsibilidade das estruturas musicais trazem segurança, conforto e organização para crianças com dificuldades de adaptação ao ambiente escolar.

A musicalização, quando bem conduzida, não exige habilidades musicais complexas por parte dos professores. Muitas vezes, atividades simples como cantar canções conhecidas, bater palmas em ritmo, contar histórias sonorizadas ou permitir a experimentação de instrumentos já são suficientes para despertar o interesse e provocar efeitos positivos no desenvolvimento cognitivo da criança. O mais importante é que essas práticas sejam realizadas com intencionalidade pedagógica, respeitando a fase de desenvolvimento de cada aluno e proporcionando vivências musicais diversificadas.

Apesar dos avanços em políticas públicas que reconhecem a música como componente obrigatório da educação básica, ainda é necessário investir na formação dos professores para que se sintam seguros em aplicar atividades de musicalização em sala de aula. Muitos educadores têm receio de trabalhar com música por não possuírem formação específica, o que limita as possibilidades de exploração desse recurso tão valioso. Nesse sentido, cursos de capacitação, oficinas e apoio institucional são fundamentais para ampliar o acesso à musicalização em todas as escolas,

independentemente de sua estrutura ou localização geográfica.

A parceria com profissionais da área de música também pode enriquecer o trabalho pedagógico, possibilitando a troca de saberes entre docentes de diferentes áreas e promovendo projetos interdisciplinares. Atividades como rodas de cantigas, confecção de instrumentos com materiais recicláveis, apresentações musicais e jogos rítmicos são formas práticas e eficientes de integrar a música ao cotidiano escolar e, ao mesmo tempo, estimular as funções cognitivas das crianças.

Em um cenário ideal, a musicalização deve estar presente em todas as etapas da educação infantil e do ensino fundamental, adaptando-se às necessidades e interesses dos alunos. É necessário compreender que a música não é um conteúdo isolado, mas sim uma linguagem que atravessa todos os campos do conhecimento e do desenvolvimento humano. Seu valor pedagógico vai muito além do entretenimento: é uma ferramenta de transformação, de estímulo ao pensamento crítico, à sensibilidade e à criatividade.

Portanto, reconhecer o papel da musicalização no desenvolvimento cognitivo é um passo fundamental para construir uma educação mais completa, que valorize o ser humano em sua totalidade. A escola deve ser um espaço onde a criança possa vivenciar a música não apenas como uma atividade extracurricular, mas como parte integrante do processo de construção do conhecimento. A musicalização, quando incorporada de forma consciente, tem o poder de tornar a aprendizagem mais significativa, afetiva e duradoura.

A relação entre música e cognição, sustentada por bases científicas e por experiências pedagógicas concretas, deve ser cada vez mais estudada e valorizada. O desafio agora é transformar essa compreensão em ação, garantindo que todas as crianças tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial intelectual e emocional através da música. Investir na musicalização é investir no futuro da educação, promovendo uma infância mais rica, feliz e preparada para os desafios do mundo contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível compreender a importância da musicalização como recurso pedagógico essencial para o desenvolvimento cognitivo infantil. A música, além de ser uma forma de expressão artística e cultural, revela-se como um instrumento eficaz na estimulação das funções mentais superiores, contribuindo significativamente para o processo de aprendizagem de crianças na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. A musicalização, quando trabalhada de forma intencional, sistemática e integrada às demais áreas do conhecimento, promove o desenvolvimento da atenção, memória, linguagem, raciocínio lógico, criatividade e concentração — competências indispensáveis para a construção do saber.

As vivências musicais, desde os primeiros anos de vida, favorecem o fortalecimento das conexões neurais, desenvolvem a escuta ativa, a percepção rítmica e a coordenação motora, impactando diretamente no desempenho acadêmico e no comportamento das crianças. Ao participar de atividades como o canto, a percussão corporal, a experimentação de instrumentos e os jogos

musicais, os alunos se envolvem de forma prazerosa e significativa no processo de aprendizagem, vivenciando experiências que estimulam tanto a cognição quanto o aspecto socioemocional.

A relação entre música e cognição encontra respaldo em diversas teorias do desenvolvimento, como as de Piaget, Vygotsky e Gardner, que defendem a importância da interação com o meio, das múltiplas inteligências e da mediação simbólica para o pleno desenvolvimento da criança. A música, por ser uma linguagem rica em símbolos e por proporcionar vivências coletivas, se encaixa perfeitamente nesses pressupostos teóricos, reafirmando seu potencial educativo.

É importante destacar que a musicalização não exige que a criança se torne um músico profissional, tampouco que o professor tenha formação específica em música. O essencial é que as atividades musicais sejam conduzidas com intencionalidade pedagógica, respeitando a fase de desenvolvimento dos alunos, suas necessidades e interesses, e que estejam alinhadas aos objetivos de aprendizagem previstos no currículo escolar. Mesmo com recursos simples, é possível proporcionar experiências musicais significativas que estimulem as habilidades cognitivas de forma natural, lúdica e afetiva.

Apesar de todos os benefícios apontados, ainda existem desafios a serem enfrentados. A ausência de formação adequada dos professores, a falta de materiais didáticos e instrumentos, além da escassez de tempo destinado às atividades musicais nas escolas, comprometem a efetividade da musicalização no ambiente educacional. É necessário, portanto, que políticas públicas de formação continuada sejam fortalecidas, que haja investimentos na infraestrutura das escolas e que a música seja de fato valorizada como componente essencial da educação básica, conforme estabelece a legislação brasileira.

Outro ponto relevante é o reconhecimento da musicalização como estratégia de inclusão. Crianças com necessidades educacionais especiais, como aquelas com TEA, TDAH ou deficiências intelectuais, podem se beneficiar imensamente da música como canal de expressão, organização e socialização. A música pode ser adaptada e utilizada de forma acessível, promovendo a equidade no processo de ensino-aprendizagem e contribuindo para uma educação verdadeiramente inclusiva.

Diante de todas essas considerações, conclui-se que a musicalização é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento cognitivo e global das crianças. Seu uso no ambiente escolar deve ser incentivado e ampliado, pois os benefícios vão além do campo artístico, atingindo dimensões essenciais da formação humana. A música ensina, transforma, emociona e conecta. Por meio dela, a criança aprende a escutar, a pensar, a sentir e a se comunicar, desenvolvendo-se como sujeito crítico, criativo e sensível ao mundo que a cerca.

Por fim, reforça-se a necessidade de repensar o papel da música na educação brasileira, não como um elemento complementar ou secundário, mas como parte central de uma proposta pedagógica voltada ao desenvolvimento integral do educando. Que as escolas possam abrir espaço para a musicalização com intencionalidade, que os educadores se sintam capacitados e valorizados para desenvolver esse trabalho e que as crianças tenham a oportunidade de crescer em um ambiente sonoro, afetivo e estimulante.

A musicalização, quando bem aplicada, não apenas desperta talentos e habilidades musicais, mas contribui significativamente para o crescimento intelectual, emocional e social dos alunos. A partir da música, é possível promover uma educação mais rica, sensível e transformadora — uma educação que prepara a criança não apenas para os desafios acadêmicos, mas para a vida em sua plenitude.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wellington Pereira de. **Música na educação infantil: propostas para a formação do professor**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BRITO, Teca Alencar de. **Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

FERREIRA, Andrea. **Musicalização e desenvolvimento cognitivo: contribuições da música na infância**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

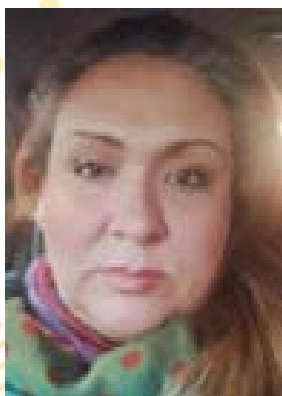
GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas**. 24. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1994.

PENNA, Maura. **Educação musical: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I



PAULA ENIZA SANTOS TELES DE MEDEIROS

Formada em Pedagogia, com Pós-graduação em Neuropsicopedagogia Clínica; Gestão e Mediação de Conflitos; Neurociência da Educação; AEE Atendimento Educacional Especializado e Psicopedagogia Clínica e Institucional.



RAQUEL GOMES

Formada em Pedagogia, com Pós-Graduação em: Ludopedagogia; Psicopedagogia Institucional; Neuropsicopedagogia; Alfabetização e Letramento; Gestão escolar e Oralidade e Escrita.



VALÉRIA CRISTINA DOS SANTOS GOES

Formada e em Pedagogia, com Pós-Graduação em: Educação Especial e Inclusiva; Alfabetização e Letramento e Pedagogia Sistêmica.

RESUMO

O avanço das tecnologias digitais tem provocado transformações significativas na sociedade contemporânea, impactando diretamente o campo educacional e exigindo a ressignificação das práticas pedagógicas. No Ensino Fundamental I, o uso das tecnologias digitais apresenta-se como uma possibilidade de inovação, contribuindo para o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais e digitais dos alunos. Este artigo tem como objetivo analisar o uso das tecnologias digitais no Ensino Fundamental I, destacando suas contribuições para o processo de ensino-aprendizagem, bem como os desafios enfrentados pelos professores em sua implementação. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, fundamentada em autores como Moran, Kenski, Lévy, Selwyn e Papert, além das orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os resultados evidenciam que as tecnologias digitais, quando utilizadas de forma pedagógica e intencional, podem favorecer a aprendizagem ativa, o protagonismo dos alunos e a construção do conhecimento. No entanto, sua efetivação depende de fatores como formação docente, infraestrutura e planejamento pedagógico. Conclui-se que a integração das tecnologias digitais na educação deve ocorrer de forma crítica e reflexiva, contribuindo para uma educação mais significativa e alinhada às demandas contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias digitais; Ensino Fundamental I; Prática pedagógica; Inovação educacional; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

As transformações tecnológicas vivenciadas nas últimas décadas têm impactado profundamente as formas de comunicação, interação e produção de conhecimento na sociedade contemporânea. A escola, enquanto instituição social, é desafiada a repensar suas práticas pedagógicas, incorporando as tecnologias digitais como ferramentas que dialogam com a realidade dos estudantes.

No Ensino Fundamental I, o uso das tecnologias digitais assume papel cada vez mais relevante, uma vez que as crianças já estão inseridas em uma cultura digital desde cedo. De acordo com Tapscott (2010), as novas gerações crescem em um ambiente altamente tecnológico, o que influencia diretamente suas formas de aprender, interagir e compreender o mundo. Dessa forma, a escola precisa adaptar-se a esse contexto, promovendo práticas pedagógicas que integrem as tecnologias de forma significativa.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca a importância do desenvolvimento de competências digitais ao longo da Educação Básica, enfatizando que os alunos devem ser capazes de compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica e ética. O uso das tecnologias digitais no Ensino Fundamental I não deve ser visto apenas como um recurso complementar, mas como um elemento integrante do processo de ensino-aprendizagem.

O presente artigo tem como objetivo geral analisar o uso das tecnologias digitais no Ensino Fundamental I, destacando seus impactos no processo de aprendizagem. Como objetivos específicos, busca-se: compreender os fundamentos teóricos que sustentam o uso das tecnologias na educação; analisar as contribuições das tecnologias digitais para o ensino; discutir o papel do professor na mediação dessas tecnologias; e refletir sobre os desafios e possibilidades de sua utilização no contexto escolar.

A escolha do tema justifica-se pela crescente presença das tecnologias digitais no cotidiano dos alunos e pela necessidade de compreender como essas ferramentas podem ser utilizadas de forma pedagógica no ambiente escolar. Apesar de seu potencial, ainda existem desafios relacionados à formação docente, à infraestrutura e à integração das tecnologias ao currículo.

A discussão sobre o uso das tecnologias digitais na educação contribui para a construção de práticas pedagógicas mais inovadoras, que favoreçam a participação ativa dos alunos e o desenvolvimento de habilidades essenciais para o século XXI, como pensamento crítico, criatividade e autonomia.

Assim, este estudo pretende contribuir para a reflexão sobre o papel das tecnologias digitais no Ensino Fundamental I, destacando sua importância para a construção de uma educação mais dinâmica, significativa e alinhada às demandas da sociedade contemporânea.

TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

A incorporação das tecnologias digitais no contexto educacional tem provocado mudanças significativas nas formas de ensinar e aprender, exigindo uma reconfiguração das práticas pedagógicas e das concepções de ensino. Nesse cenário, compreender os fundamentos teóricos que sustentam o uso das tecnologias na educação é essencial para uma integração crítica, reflexiva e pedagógica desses recursos no Ensino Fundamental I.

As tecnologias digitais não devem ser compreendidas apenas como ferramentas técnicas, mas como elementos que transformam as formas de interação, comunicação e construção do conhecimento. De acordo com Pierre Lévy (1999), vivemos em uma sociedade marcada pela cibercultura, na qual o conhecimento é construído coletivamente por meio de redes digitais. Nesse contexto, a aprendizagem deixa de ser um processo individual e passa a ser colaborativa, dinâmica e interativa.

Nessa mesma perspectiva, Moran (2015) destaca que as tecnologias digitais ampliam as possibilidades de ensino, permitindo a criação de ambientes de aprendizagem mais flexíveis, personalizados e interativos. Para o autor, o uso pedagógico das tecnologias deve estar associado a metodologias ativas, nas quais o aluno assume um papel protagonista no processo de aprendizagem, deixando de ser apenas receptor de informações.

Kenski (2012) reforça essa ideia ao afirmar que as tecnologias digitais influenciam não apenas os recursos utilizados na educação, mas também as formas de pensar, aprender e ensinar. Segundo a autora, a presença das tecnologias na escola exige uma mudança na postura do professor, que passa a atuar como mediador do conhecimento, orientando os alunos na construção de saberes.

Papert (2008), propõe o uso das tecnologias como ferramentas para a construção do conhecimento, especialmente por meio da aprendizagem baseada na experimentação e na resolução de problemas. Sua abordagem construcionista destaca que os alunos aprendem melhor quando estão envolvidos ativamente na criação de projetos, utilizando as tecnologias como suporte para suas ideias.

Selwyn (2016), por sua vez, apresenta uma visão crítica sobre o uso das tecnologias na educação, alertando para a necessidade de compreender seus limites e implicações. O autor enfatiza que a simples presença das tecnologias não garante a melhoria da aprendizagem, sendo fundamental que seu uso esteja associado a práticas pedagógicas bem planejadas e intencionais.

No contexto brasileiro, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a importância das tecnologias digitais ao incluí-las como uma das competências gerais da Educação Básica. O documento destaca que os alunos devem ser capazes de utilizar as tecnologias de forma crítica, ética e responsável, compreendendo seu papel na sociedade.

É importante considerar que as tecnologias digitais possibilitam a diversificação das estra-

tégias de ensino, permitindo o uso de vídeos, jogos educativos, plataformas digitais e recursos interativos que tornam a aprendizagem mais dinâmica e significativa. Esses recursos favorecem o engajamento dos alunos, especialmente no Ensino Fundamental I, fase em que o interesse e a motivação são fundamentais para o processo de aprendizagem.

As tecnologias digitais permitem que o professor adapte as atividades de acordo com o ritmo e as necessidades dos alunos, contribuindo para uma aprendizagem mais inclusiva. Essa possibilidade é especialmente importante em turmas heterogêneas, nas quais os alunos apresentam diferentes níveis de desenvolvimento.

No entanto, é fundamental destacar que o uso das tecnologias deve estar alinhado aos objetivos pedagógicos, evitando seu uso de forma superficial ou apenas como recurso de entretenimento. A integração das tecnologias ao currículo exige planejamento, reflexão e intencionalidade por parte do professor.

Os fundamentos teóricos das tecnologias digitais na educação evidenciam que sua utilização vai além da inserção de equipamentos no ambiente escolar, exigindo uma mudança de concepção sobre o ensino e a aprendizagem. Ao compreender as tecnologias como ferramentas pedagógicas, a escola pode promover uma educação mais significativa, interativa e alinhada às demandas da sociedade contemporânea.

CONTRIBUIÇÕES DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA A APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL I

O uso das tecnologias digitais no Ensino Fundamental I tem se mostrado uma importante estratégia para ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem, especialmente em um contexto social cada vez mais marcado pela presença das mídias digitais. Quando integradas de forma planejada e intencional ao processo educativo, essas tecnologias contribuem para tornar a aprendizagem mais dinâmica, interativa e significativa.

Uma das principais contribuições das tecnologias digitais refere-se ao aumento do engajamento dos alunos nas atividades escolares. As crianças que frequentam o Ensino Fundamental I já estão inseridas em uma cultura digital, convivendo diariamente com dispositivos tecnológicos como celulares, tablets e computadores. Assim, a utilização desses recursos no ambiente escolar pode aproximar o ensino da realidade dos estudantes, despertando maior interesse e participação.

Moran (2015) destaca que as tecnologias digitais ampliam as possibilidades de interação e colaboração entre os alunos, favorecendo a construção coletiva do conhecimento. Por meio de atividades mediadas por recursos digitais, os estudantes podem pesquisar, produzir conteúdo, compartilhar ideias e desenvolver habilidades importantes para a aprendizagem.

As tecnologias digitais permitem que as crianças explorem diferentes fontes de informação, realizem descobertas e participem ativamente do processo de aprendizagem. A participação ativa contribui para a construção de conhecimentos de forma mais significativa, estimulando o pensa-

mento crítico e a curiosidade.

Kenski (2012) aponta que o uso das tecnologias digitais favorece a diversificação das estratégias pedagógicas, possibilitando ao professor utilizar diferentes recursos para abordar os conteúdos escolares. Vídeos educativos, jogos digitais, plataformas interativas e aplicativos pedagógicos são exemplos de ferramentas que podem enriquecer o processo de ensino, tornando as aulas mais atrativas e dinâmicas.

As tecnologias digitais possibilitam a ampliação dos espaços de aprendizagem. A escola deixa de ser o único lugar onde o conhecimento é produzido, passando a dialogar com ambientes virtuais e diferentes fontes de informação. Essa ampliação contribui para que os alunos desenvolvam habilidades relacionadas à busca, análise e seleção de informações, competências essenciais na sociedade atual.

Com o uso de tecnologias digitais, o professor pode propor atividades diferenciadas, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada aluno. Essa possibilidade é especialmente relevante no Ensino Fundamental I, onde as turmas costumam ser heterogêneas e os alunos apresentam diferentes níveis de desenvolvimento.

De acordo com Papert (2008), as tecnologias digitais podem ser utilizadas como ferramentas para a construção do conhecimento, permitindo que os alunos aprendam por meio da experimentação e da resolução de problemas. Tal abordagem valoriza a participação ativa dos estudantes e incentiva a criatividade e a investigação.

As tecnologias digitais também contribuem para o desenvolvimento de competências importantes para o século XXI, como colaboração, comunicação, pensamento crítico e resolução de problemas. Tais habilidades são fundamentais para a formação de cidadãos capazes de atuar de forma consciente e responsável na sociedade.

As tecnologias digitais podem ser utilizadas para adaptar atividades, oferecer diferentes formas de apresentação dos conteúdos e apoiar alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Recursos como vídeos, imagens, jogos e atividades interativas podem facilitar a compreensão e ampliar as oportunidades de aprendizagem.

Selwyn (2016) ressalta que, embora as tecnologias apresentem grande potencial educacional, é fundamental que seu uso esteja associado a objetivos pedagógicos claros. O autor enfatiza que a tecnologia, por si só, não garante melhorias na aprendizagem, sendo necessário que o professor planeje sua utilização de forma crítica e consciente.

É importante considerar que o uso das tecnologias digitais deve promover a participação ativa dos alunos, evitando práticas que apenas reproduzam modelos tradicionais de ensino. O professor precisa utilizar esses recursos de forma criativa, estimulando a reflexão, a investigação e a produção de conhecimento.

As tecnologias digitais apresentam diversas contribuições para a aprendizagem no Ensino Fundamental I, desde o aumento do engajamento dos alunos até a promoção de práticas pedagógicas mais inovadoras e inclusivas. No entanto, sua efetividade depende da forma como são

utilizadas no contexto educacional, exigindo planejamento, formação docente e intencionalidade pedagógica.

O PAPEL DO PROFESSOR NA INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I

A inserção das tecnologias digitais no contexto educacional não se efetiva apenas pela presença de recursos tecnológicos nas escolas, mas depende, sobretudo, da atuação do professor como mediador do processo de ensino-aprendizagem. O docente, nesse sentido, assume um papel central na integração dessas tecnologias, sendo responsável por atribuir sentido pedagógico ao seu uso e por promover experiências de aprendizagem significativas.

A atuação do professor frente às tecnologias digitais exige uma mudança de postura, que vai além do modelo tradicional de ensino baseado na transmissão de conteúdos. O docente passa a atuar como facilitador e orientador, criando situações de aprendizagem que incentivem a participação ativa dos alunos. Conforme destaca Moran (2015), o professor deve integrar as tecnologias de forma criativa e crítica, promovendo metodologias que valorizem a autonomia e o protagonismo dos estudantes.

A mediação pedagógica torna-se um elemento essencial. O professor deve selecionar e utilizar as tecnologias de acordo com os objetivos de aprendizagem, considerando as necessidades e características dos alunos. Isso implica planejar atividades que utilizem os recursos digitais como ferramentas para a construção do conhecimento, e não apenas como instrumentos de reprodução de conteúdo.

Kenski (2012) ressalta que o uso pedagógico das tecnologias exige do professor o desenvolvimento de novas competências, incluindo o domínio técnico dos recursos e a capacidade de integrá-los ao currículo. No entanto, mais importante do que o conhecimento técnico é a compreensão de como utilizar as tecnologias de forma significativa, promovendo aprendizagens relevantes.

A utilização das tecnologias digitais deve estar alinhada aos objetivos educacionais, evitando seu uso de forma superficial ou descontextualizada. O professor deve refletir sobre como os recursos tecnológicos podem contribuir para o desenvolvimento das habilidades dos alunos, planejando atividades que estimulem a investigação, a colaboração e a criatividade.

A promoção da aprendizagem ativa é uma das principais contribuições do uso das tecnologias digitais, e o professor desempenha papel fundamental nesse processo. Ao propor atividades que envolvam pesquisa, produção de conteúdo e resolução de problemas, o docente estimula o engajamento dos alunos e favorece a construção do conhecimento de forma participativa.

Papert (2008) destaca que o uso das tecnologias deve possibilitar que os alunos aprendam fazendo, explorando e criando. Assim, o professor deve incentivar a experimentação e a construção de projetos, utilizando as tecnologias como suporte para o desenvolvimento de ideias.

A organização do ambiente de aprendizagem também é uma responsabilidade do professor.

É necessário criar um espaço que favoreça o uso das tecnologias, promovendo a interação entre os alunos e o acesso aos recursos disponíveis. Além disso, o docente deve orientar os estudantes quanto ao uso adequado das tecnologias, promovendo práticas responsáveis e éticas.

O professor deve garantir que todos os alunos tenham acesso às tecnologias e possam utilizá-las de forma significativa. Isso implica considerar as diferenças entre os estudantes e propor estratégias que favoreçam a participação de todos, evitando a exclusão digital.

Selwyn (2016) alerta para a necessidade de uma abordagem crítica em relação às tecnologias, destacando que o professor deve refletir sobre os impactos de seu uso na educação. A mediação docente envolve não apenas o uso das tecnologias, mas também a discussão sobre seus limites, potencialidades e implicações sociais.

A formação continuada do professor é um elemento fundamental para a integração das tecnologias digitais. Diante das constantes transformações tecnológicas, é necessário que o docente esteja em constante atualização, buscando novas estratégias e recursos que possam enriquecer sua prática pedagógica.

O trabalho colaborativo entre professores pode contribuir para a troca de experiências e para o desenvolvimento de práticas mais eficazes. A construção coletiva do conhecimento fortalece a atuação docente e amplia as possibilidades de uso das tecnologias na educação.

O professor pode utilizar as tecnologias digitais como ferramentas para acompanhar o desenvolvimento dos alunos, por meio de atividades interativas, produções digitais e plataformas educacionais. Essa abordagem favorece uma avaliação mais dinâmica e contínua.

O papel do professor na integração das tecnologias digitais no Ensino Fundamental I é essencial para a efetivação de práticas pedagógicas inovadoras e significativas. Ao atuar de forma intencional, crítica e reflexiva, o docente contribui para a construção de uma educação alinhada às demandas da sociedade contemporânea, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos.

LIMITES E POTENCIALIDADES DO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I

A integração das tecnologias digitais no Ensino Fundamental I apresenta inúmeras possibilidades para a inovação pedagógica, porém também evidencia desafios que precisam ser superados para que sua utilização seja efetiva e significativa no processo de ensino-aprendizagem.

Muitas escolas ainda enfrentam limitações relacionadas ao acesso à internet de qualidade, à disponibilidade de equipamentos e à manutenção dos recursos tecnológicos. Essas dificuldades comprometem o uso contínuo e planejado das tecnologias, restringindo sua integração ao cotidiano escolar.

Embora as tecnologias estejam cada vez mais presentes na sociedade, muitos docentes ainda não se sentem preparados para utilizá-las de forma pedagógica. A ausência de formação

continuada e de apoio institucional dificulta a construção de práticas inovadoras, levando, muitas vezes, ao uso limitado ou inadequado desses recursos.

A adoção de tecnologias digitais exige uma transformação na prática docente, o que pode gerar insegurança ou resistência por parte de alguns professores. A transição de um modelo tradicional de ensino para práticas mais interativas e colaborativas demanda tempo, reflexão e disposição para experimentar novas metodologias.

Em alguns casos, os recursos digitais são utilizados apenas como complemento ou como forma de entretenimento, sem uma intencionalidade pedagógica clara. Essa prática não contribui para a aprendizagem significativa, evidenciando a necessidade de planejamento e reflexão por parte do professor.

A desigualdade no acesso às tecnologias também deve ser considerada. Nem todos os alunos possuem acesso a dispositivos digitais ou à internet em suas residências, o que pode gerar exclusão e dificultar a continuidade das atividades fora do ambiente escolar. Esse cenário reforça a importância da escola como espaço de democratização do acesso às tecnologias.

O uso excessivo ou inadequado das tecnologias pode impactar o processo de aprendizagem, especialmente quando não há mediação adequada. É fundamental que o professor oriente os alunos quanto ao uso responsável e crítico das ferramentas digitais, evitando a dispersão e promovendo o foco nas atividades educativas.

Apesar desses desafios, as possibilidades oferecidas pelas tecnologias digitais são amplas e promissoras. Uma das principais contribuições é a possibilidade de tornar o ensino mais dinâmico e interativo, favorecendo o engajamento dos alunos e a construção de conhecimentos de forma mais significativa.

A utilização de recursos como jogos educativos, vídeos, plataformas digitais e aplicativos pedagógicos amplia as formas de abordagem dos conteúdos, permitindo que os alunos aprendam de maneira mais ativa e participativa. Tais estratégias favorecem o desenvolvimento de habilidades como criatividade, autonomia e pensamento crítico.

As tecnologias digitais possibilitam a adaptação das atividades de acordo com o ritmo e as necessidades dos alunos, contribuindo para uma aprendizagem mais inclusiva. A flexibilidade é especialmente importante em turmas heterogêneas, características do Ensino Fundamental I.

A ampliação dos espaços de aprendizagem também se destaca como uma possibilidade significativa. Com o uso das tecnologias, o processo educativo ultrapassa os limites da sala de aula, permitindo o acesso a diferentes fontes de informação e a interação com diversos contextos.

A promoção da aprendizagem colaborativa é outro ponto relevante. As tecnologias digitais facilitam a comunicação e o trabalho em grupo, possibilitando a troca de ideias e a construção coletiva do conhecimento. A interação contribui para o desenvolvimento de competências sociais e cognitivas.

As tecnologias digitais podem ser utilizadas ainda como ferramentas de avaliação, permitin-

do ao professor acompanhar o desenvolvimento dos alunos de forma contínua e dinâmica. A utilização de plataformas digitais e atividades interativas possibilita uma avaliação mais diversificada e formativa.

O fortalecimento da formação docente também se apresenta como uma possibilidade importante. A busca por capacitação e atualização permite que os professores ampliem seu repertório pedagógico, utilizando as tecnologias de forma mais consciente e eficaz.

A integração das tecnologias digitais na educação deve estar fundamentada em uma perspectiva crítica e reflexiva, que considere não apenas suas potencialidades, mas também seus limites. O uso das tecnologias deve contribuir para a formação de alunos capazes de utilizar esses recursos de forma responsável e consciente.

Embora existam desafios significativos, as possibilidades de uso das tecnologias digitais no Ensino Fundamental I são amplas e capazes de transformar o processo de ensino-aprendizagem, desde que sua utilização seja planejada, mediada e alinhada aos objetivos educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso das tecnologias digitais no Ensino Fundamental I representa uma importante oportunidade para a transformação das práticas pedagógicas, contribuindo para a construção de uma educação mais dinâmica, interativa e significativa. Ao longo deste estudo, foi possível compreender que essas tecnologias, quando utilizadas de forma intencional, podem favorecer o desenvolvimento de habilidades essenciais para a aprendizagem e para a formação dos alunos.

A análise realizada evidenciou que as tecnologias digitais ampliam as possibilidades de ensino, promovendo maior engajamento, participação e autonomia dos estudantes. Além disso, contribuem para a diversificação das estratégias pedagógicas, tornando o processo de aprendizagem mais acessível e inclusivo.

Foi destacada também a importância do papel do professor na integração das tecnologias digitais, sendo responsável por mediar o uso desses recursos e garantir que sua utilização esteja alinhada aos objetivos educacionais. A atuação docente, nesse contexto, é fundamental para transformar as tecnologias em ferramentas pedagógicas efetivas.

Foram identificados desafios que ainda dificultam a plena integração das tecnologias no ambiente escolar, como a falta de infraestrutura, a necessidade de formação docente e as desigualdades no acesso aos recursos digitais. Esses aspectos indicam a necessidade de investimentos e de mudanças na organização do trabalho pedagógico.

As possibilidades apresentadas demonstram que é possível utilizar as tecnologias digitais de forma significativa, promovendo uma aprendizagem mais ativa, colaborativa e contextualizada. A valorização dessas práticas contribui para a formação de alunos mais críticos, criativos e preparados para os desafios da sociedade contemporânea.

Conclui-se que a integração das tecnologias digitais no Ensino Fundamental I deve ser compreendida como um processo contínuo, que exige planejamento, reflexão e compromisso com a qualidade da educação, visando garantir o desenvolvimento integral dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papyrus, 2012.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MORAN, José Manuel. **Educação híbrida: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SELWYN, Neil. **Educação e tecnologia: questões críticas**. Porto Alegre: Penso, 2016.

TAPSCOTT, Don. **A hora da geração digital**. Rio de Janeiro: Agir, 2010.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL I: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DE INTERVENÇÃO



**ROBERTA
EDLENE
ANTUNES DE
OLIVEIRA**

Formada em Pedagogia e em Administração de Empresas, com Pós-graduação em Arte Educação e Educação Infantil.



**NICOLAS
FERNANDO
ROCHA CAMARGO**

Formado em Educação Física, com Pós-graduação em Inteligência Emocional no Ambiente Escolar, Neurociência na Aprendizagem e Educação Fundamental



**CARLA
BENEDITA
VERBEL VAZ**

Formada e em Pedagogia e Letras, com Pós-graduação em Arte, Educação e Terapia; Educação Especial; Psicopedagogia Institucional; Docência no Ensino Superior; Ludopedagogia; Pedagogia Sistêmica; Gestão e Mediação de Conflitos e Transtorno do Espectro Autista.

RESUMO

As dificuldades de aprendizagem no Ensino Fundamental I constituem um desafio significativo para o processo de ensino-aprendizagem, exigindo dos professores uma atuação pedagógica intencional, reflexiva e fundamentada teoricamente. Este artigo tem como objetivo analisar as principais dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos nessa etapa da educação básica, bem como discutir estratégias pedagógicas de intervenção que contribuam para a superação dessas dificuldades. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, com base em autores como Vygotsky, Piaget, Ferreiro, Soares e outros estudiosos da aprendizagem e alfabetização. Os resultados evidenciam que as dificuldades de aprendizagem estão relacionadas a múltiplos fatores, incluindo aspectos cognitivos, sociais, emocionais e pedagógicos. Destaca-se a importância da mediação docente, da avaliação formativa e do uso de estratégias diversificadas como elementos fundamentais para a promoção da aprendizagem. Conclui-se que a atuação do professor, aliada a práticas pedagógicas inclusivas e contextualizadas, é essencial para garantir o desenvolvimento integral dos alunos e a efetivação do direito à educação de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Dificuldades de aprendizagem; Ensino Fundamental I; Intervenção pedagógica; Mediação docente; Alfabetização.

INTRODUÇÃO

O processo de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental I é marcado por importantes avanços no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças, especialmente no que se refere à aquisição da leitura, da escrita e do pensamento lógico. No entanto, é nesse mesmo contexto que se evidenciam as dificuldades de aprendizagem, que podem comprometer o desempenho escolar e impactar significativamente a trajetória educacional dos alunos.

As dificuldades de aprendizagem manifestam-se de diferentes formas, podendo envolver aspectos relacionados à linguagem, à leitura, à escrita, à matemática, à atenção e à organização do pensamento. Tais dificuldades não devem ser compreendidas de maneira simplista ou isolada, mas sim como fenômenos complexos, resultantes da interação entre fatores biológicos, cognitivos, emocionais, sociais e pedagógicos.

É fundamental que o professor compreenda a natureza dessas dificuldades, superando concepções que atribuem o fracasso escolar exclusivamente ao aluno. Conforme aponta Vygotsky (1998), a aprendizagem ocorre por meio da interação social e da mediação, sendo o professor um elemento central nesse processo. Assim, as dificuldades de aprendizagem devem ser entendidas como um indicativo da necessidade de intervenção pedagógica, e não como um limite definitivo do aluno.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo geral analisar as dificuldades de aprendizagem no Ensino Fundamental I, bem como discutir estratégias pedagógicas de intervenção que contribuam para a superação dessas dificuldades. Como objetivos específicos, busca-se: compreender os fundamentos teóricos das dificuldades de aprendizagem; identificar os principais fatores que influenciam o processo de aprendizagem; analisar o papel do professor como mediador; e apresentar estratégias pedagógicas que favoreçam a inclusão e o desenvolvimento dos alunos.

A escolha do tema justifica-se pela relevância das dificuldades de aprendizagem no contexto escolar, uma vez que essas dificuldades podem gerar defasagens significativas, afetando não apenas o desempenho acadêmico, mas também a autoestima e a motivação dos alunos. Além disso, observa-se que muitos professores ainda enfrentam desafios para lidar com essas situações, seja pela falta de formação específica, seja pela ausência de recursos e apoio institucional.

A necessidade de promover uma educação inclusiva, que reconheça e valorize as diferenças, garantindo a todos os alunos o direito à aprendizagem, reforça a importância deste estudo. Nesse contexto, as estratégias pedagógicas de intervenção assumem papel fundamental, pois possibilitam a adaptação das práticas educativas às necessidades dos estudantes.

Este artigo pretende contribuir para a reflexão sobre as dificuldades de aprendizagem no Ensino Fundamental I, destacando a importância de práticas pedagógicas intencionais, fundamentadas e sensíveis às necessidades dos alunos, com vistas à construção de uma educação mais equitativa e de qualidade.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

As dificuldades de aprendizagem no contexto do Ensino Fundamental I constituem um fenômeno complexo e multifacetado, que não pode ser compreendido de forma isolada ou reduzido a fatores exclusivamente individuais. Ao contrário, trata-se de uma questão que envolve a interação entre aspectos cognitivos, emocionais, sociais, culturais e pedagógicos, exigindo uma análise ampla e fundamentada teoricamente.

Historicamente, as dificuldades de aprendizagem foram frequentemente associadas a déficits individuais dos alunos, o que contribuiu para a construção de práticas excludentes e rotuladoras. No entanto, as abordagens contemporâneas da educação apontam para a necessidade de superar essa visão, reconhecendo que o processo de aprendizagem é influenciado pelas condições de ensino, pelas interações sociais e pelas mediações pedagógicas.

A teoria histórico-cultural de Vygotsky (1998) oferece importantes contribuições para a compreensão das dificuldades de aprendizagem. Para o autor, o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio das interações sociais e da mediação do outro, sendo a aprendizagem um processo essencialmente social. O conceito de zona de desenvolvimento proximal evidencia que a criança é capaz de avançar em seu desenvolvimento com o auxílio de um mediador, o que reforça a importância da intervenção pedagógica. Assim, as dificuldades de aprendizagem não devem ser vistas como limitações fixas, mas como possibilidades de desenvolvimento ainda não consolidadas.

Complementando essa perspectiva, Piaget (1976) destaca que o conhecimento é construído ativamente pelo sujeito, por meio da interação com o meio. Para o autor, o erro desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem, pois revela as hipóteses que a criança elabora sobre o mundo. Dessa forma, as dificuldades de aprendizagem podem ser compreendidas como etapas do processo construtivo, que exigem do professor uma postura investigativa e não punitiva.

No campo da alfabetização, as contribuições de Ferreiro e Teberosky (1999) são fundamentais para compreender as dificuldades relacionadas à leitura e à escrita. As autoras demonstram que a criança constrói hipóteses sobre o sistema de escrita antes mesmo de ser formalmente alfabetizada, passando por diferentes níveis de desenvolvimento. As dificuldades de aprendizagem podem estar relacionadas à não compreensão dessas etapas por parte do professor, que, ao desconsiderar os processos internos da criança, pode propor atividades inadequadas ao seu nível de desenvolvimento.

Soares (2004), ao discutir os conceitos de alfabetização e letramento, amplia essa compreensão ao destacar que aprender a ler e escrever não se restringe à aquisição de habilidades técnicas, mas envolve a inserção do sujeito em práticas sociais de leitura e escrita. Dificuldades nesse processo podem estar relacionadas à falta de acesso a contextos letrados significativos, tanto na escola quanto no ambiente familiar.

Wallon (2007) contribuiu ao enfatizar a importância da afetividade no desenvolvimento infantil. Para o autor, as dimensões cognitiva e emocional são indissociáveis, sendo as emoções fundamentais para o processo de aprendizagem. Assim, as dificuldades de aprendizagem podem estar

relacionadas a fatores emocionais, como insegurança, baixa autoestima ou dificuldades de relacionamento, o que reforça a necessidade de uma abordagem pedagógica que considere o aluno em sua totalidade.

É importante considerar a influência do contexto social e cultural no processo de aprendizagem. Bourdieu (1998) aponta que as desigualdades sociais podem impactar diretamente o desempenho escolar, uma vez que nem todos os alunos têm acesso às mesmas oportunidades culturais. Dessa forma, as dificuldades de aprendizagem também podem refletir desigualdades estruturais, o que exige da escola uma postura comprometida com a equidade.

Do ponto de vista pedagógico, as dificuldades de aprendizagem também podem estar relacionadas às práticas de ensino adotadas. Metodologias pouco diversificadas, ensino descontextualizado e ausência de estratégias diferenciadas podem dificultar a aprendizagem dos alunos. Portanto, é fundamental que o professor adote práticas pedagógicas inclusivas, que considerem as diferentes formas de aprender.

A distinção entre dificuldades de aprendizagem e transtornos de aprendizagem é também relevante. Enquanto as dificuldades estão relacionadas, em grande parte, a fatores pedagógicos e contextuais, os transtornos possuem origem neurobiológica e exigem acompanhamento especializado. No entanto, é importante destacar que, mesmo nesses casos, a intervenção pedagógica é essencial para promover a aprendizagem.

Compreender os fundamentos teóricos das dificuldades de aprendizagem implica reconhecer a complexidade do fenômeno e a necessidade de uma abordagem integrada, que considere o aluno em suas múltiplas dimensões. Essa compreensão é fundamental para orientar práticas pedagógicas mais eficazes, que contribuam para a superação das dificuldades e para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes.

CARACTERIZAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL I

As dificuldades de aprendizagem no Ensino Fundamental I manifestam-se de diferentes formas e intensidades, variando de acordo com as características individuais dos alunos, o contexto em que estão inseridos e as práticas pedagógicas desenvolvidas. Compreender essas manifestações é essencial para que o professor possa identificar precocemente os obstáculos à aprendizagem e propor intervenções adequadas.

De modo geral, as dificuldades de aprendizagem podem ser observadas, principalmente, nas áreas de leitura, escrita e matemática, consideradas fundamentais nesse nível de ensino. No entanto, também podem envolver aspectos relacionados à atenção, à memória, à organização do pensamento e à interação social, evidenciando o caráter multidimensional do processo de aprendizagem.

No que se refere à leitura, é comum que alguns alunos apresentem dificuldades no reconhecimento de palavras, na fluência leitora e na compreensão de textos. Essas dificuldades podem es-

tar relacionadas à fragilidade no desenvolvimento da consciência fonológica, habilidade essencial para o processo de alfabetização. Segundo Soares (2004), a aprendizagem da leitura envolve não apenas a decodificação, mas também a compreensão e a inserção em práticas sociais de leitura, o que exige do aluno a mobilização de diferentes competências.

No campo da escrita, as dificuldades podem se manifestar por meio de trocas de letras, omissões, inversões, dificuldades na segmentação de palavras e na organização de frases e textos. Ferreiro e Teberosky (1999) destacam que essas produções fazem parte do processo de construção do sistema de escrita, refletindo hipóteses elaboradas pela criança. No entanto, quando essas dificuldades persistem sem avanços significativos, torna-se necessário investigar os fatores que podem estar interferindo no processo de aprendizagem.

Em relação à matemática, muitos alunos apresentam dificuldades na compreensão de conceitos básicos, como número, quantidade, operações e resolução de problemas. Essas dificuldades podem estar associadas à forma como os conteúdos são apresentados, muitas vezes de maneira abstrata e descontextualizada. De acordo com Piaget (1976), a construção do conhecimento lógico-matemático ocorre por meio da ação e da interação com o meio, o que reforça a importância de práticas pedagógicas concretas e significativas.

Além das áreas específicas, as dificuldades de aprendizagem também podem estar relacionadas a aspectos cognitivos, como atenção, memória e funções executivas. Alunos que apresentam dificuldades de concentração, organização e planejamento tendem a enfrentar maiores desafios no processo de aprendizagem, uma vez que essas habilidades são fundamentais para a realização das atividades escolares.

A dimensão emocional também exerce forte influência sobre a aprendizagem. Situações de insegurança, baixa autoestima, ansiedade ou dificuldades nas relações interpessoais podem impactar negativamente o desempenho escolar. Conforme destaca Wallon (2007), a afetividade está diretamente ligada ao desenvolvimento cognitivo, sendo impossível dissociar emoção e aprendizagem. Assim, o ambiente escolar deve ser acolhedor e estimulante, favorecendo o desenvolvimento integral da criança.

Os contextos familiar e social é extremamente relevante, alunos que vivem em situações de vulnerabilidade social podem ter acesso limitado a recursos culturais e educacionais, o que pode interferir em seu desempenho escolar. Além disso, a ausência de acompanhamento familiar ou dificuldades na comunicação entre escola e família também podem contribuir para o agravamento das dificuldades de aprendizagem.

É importante destacar que nem toda dificuldade de aprendizagem configura um transtorno. Muitas vezes, essas dificuldades são temporárias e podem ser superadas com intervenções pedagógicas adequadas. No entanto, quando persistem de forma significativa, podem indicar a necessidade de uma avaliação mais aprofundada por profissionais especializados.

A rotulação dos alunos merece atenção, ao identificar uma dificuldade, é fundamental que o professor evite classificações que possam estigmatizar a criança. A rotulação pode comprometer a autoestima e limitar as oportunidades de aprendizagem, reforçando o fracasso escolar. A avaliação

deve ser compreendida como um processo investigativo, que busca compreender as necessidades do aluno e orientar a prática pedagógica.

A heterogeneidade presente nas salas de aula do Ensino Fundamental I exige do professor uma postura flexível e sensível às diferenças. Cada aluno possui um ritmo e uma forma própria de aprender, o que demanda práticas pedagógicas diversificadas. A padronização do ensino, nesse contexto, tende a acentuar as dificuldades, ao não considerar as especificidades dos estudantes.

A caracterização das dificuldades de aprendizagem no Ensino Fundamental I revela a necessidade de uma abordagem ampla, que considere múltiplos fatores e evite explicações simplistas. Compreender essas dificuldades é o primeiro passo para a construção de estratégias pedagógicas eficazes, capazes de promover a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os alunos.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DE INTERVENÇÃO

Diante das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos no Ensino Fundamental I, torna-se imprescindível que o professor desenvolva estratégias pedagógicas de intervenção que sejam intencionais, planejadas e fundamentadas teoricamente. A intervenção pedagógica, nesse contexto, não deve ser compreendida como uma ação pontual, mas como um processo contínuo, articulado ao planejamento e à avaliação, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral dos alunos.

A atuação docente assume papel central nesse processo, especialmente quando se considera a aprendizagem como um fenômeno mediado socialmente. Conforme Vygotsky (1998), o desenvolvimento ocorre por meio da interação com o outro, sendo o professor responsável por criar condições que favoreçam a aprendizagem. A intervenção pedagógica deve partir da identificação das necessidades dos alunos, considerando suas potencialidades e dificuldades, a fim de propor situações de aprendizagem desafiadoras e significativas.

Uma das principais estratégias de intervenção refere-se à diferenciação pedagógica. Considerando a heterogeneidade presente na sala de aula, é fundamental que o professor adapte suas práticas, propondo atividades diversificadas que atendam aos diferentes níveis de aprendizagem. Isso pode incluir a utilização de materiais concretos, atividades em grupo, jogos pedagógicos e propostas que envolvam diferentes linguagens, como a oral, a escrita e a visual. A diferenciação não implica reduzir o conteúdo, mas adequar as estratégias para garantir o acesso de todos os alunos à aprendizagem.

No processo de alfabetização, por exemplo, é essencial considerar as hipóteses que a criança elabora sobre a escrita. Ferreiro e Teberosky (1999) demonstram que a aprendizagem da escrita ocorre por meio de construções progressivas, o que exige do professor a proposição de atividades compatíveis com o nível de desenvolvimento do aluno. Intervenções como a produção de textos coletivos, leitura compartilhada, jogos fonológicos e atividades de consciência fonológica podem contribuir significativamente para o avanço dos alunos que apresentam dificuldades nesse processo.

Outra estratégia fundamental é o uso da avaliação formativa como instrumento de intervenção. Avaliar continuamente permite ao professor identificar as dificuldades dos alunos e ajustar sua prática pedagógica. De acordo com Luckesi (2011), a avaliação deve orientar a ação docente, sendo um instrumento de tomada de decisão. A pedagógica deve estar diretamente articulada aos resultados da avaliação, possibilitando a reorganização das estratégias de ensino.

O trabalho com metodologias ativas também se apresenta como uma possibilidade eficaz de intervenção. Ao colocar o aluno como protagonista do processo de aprendizagem, essas metodologias favorecem o engajamento, a participação e a construção do conhecimento. Atividades como resolução de problemas, projetos, rodas de conversa e trabalhos colaborativos permitem que os alunos desenvolvam habilidades cognitivas e sociais, ao mesmo tempo em que superam dificuldades de aprendizagem.

O uso de jogos e atividades lúdicas é especialmente relevante no Ensino Fundamental I, pois torna a aprendizagem mais significativa e motivadora. Segundo Kishimoto (2010), o jogo possibilita a construção de conhecimentos de forma prazerosa, estimulando a criatividade, a atenção e o raciocínio. Para alunos com dificuldades de aprendizagem, o lúdico pode ser uma ferramenta importante para facilitar a compreensão de conteúdos e promover o interesse pelas atividades escolares.

A mediação individualizada também se destaca como uma estratégia importante. Em muitos casos, os alunos com dificuldades necessitam de um acompanhamento mais próximo, no qual o professor possa oferecer orientações específicas, esclarecer dúvidas e propor desafios adequados ao seu nível de desenvolvimento. Essa mediação pode ocorrer durante as atividades em sala de aula, em momentos de atendimento individual ou em pequenos grupos.

A organização do ambiente de aprendizagem exerce influência significativa no processo de intervenção. Um ambiente acolhedor, organizado e rico em estímulos favorece a participação dos alunos e contribui para o desenvolvimento da autonomia. A disposição dos materiais, a organização dos espaços e a criação de rotinas estruturadas são elementos que podem facilitar a aprendizagem, especialmente para alunos que apresentam dificuldades de atenção e organização.

A dimensão afetiva também deve ser considerada nas estratégias de intervenção. Alunos que enfrentam dificuldades de aprendizagem muitas vezes apresentam baixa autoestima e desmotivação. É fundamental que o professor adote uma postura acolhedora, valorizando os avanços dos alunos e incentivando sua participação. Conforme Wallon (2007), a afetividade desempenha papel central no desenvolvimento, sendo essencial para a construção do conhecimento.

A participação dos responsáveis no acompanhamento da aprendizagem pode contribuir significativamente para a superação das dificuldades. O diálogo entre escola e família permite compartilhar informações, alinhar estratégias e fortalecer o apoio ao aluno. Essa parceria deve ser construída de forma respeitosa e colaborativa, reconhecendo a importância do contexto familiar no desenvolvimento da criança.

Quando necessário, a articulação com outros profissionais, como psicopedagogos, fonoaudiólogos e psicólogos, também pode ser fundamental. Essa atuação interdisciplinar permite uma

compreensão mais ampla das dificuldades de aprendizagem e possibilita a construção de estratégias mais eficazes de intervenção.

É importante destacar que a intervenção pedagógica deve estar pautada em uma perspectiva inclusiva, que reconheça as diferenças como parte do processo educativo. O objetivo não é padronizar os alunos, mas garantir que todos tenham oportunidades de aprender. A escola deve ser um espaço de acolhimento, respeito e valorização da diversidade.

As estratégias pedagógicas de intervenção exigem do professor uma postura reflexiva e comprometida com a aprendizagem dos alunos. É necessário avaliar constantemente as práticas adotadas, buscando aprimorá-las e adaptá-las às necessidades dos estudantes. A intervenção pedagógica, quando realizada de forma consciente e fundamentada, constitui-se como um elemento essencial para a superação das dificuldades de aprendizagem e para a promoção de uma educação de qualidade.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA INTERVENÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

A intervenção pedagógica frente às dificuldades de aprendizagem no Ensino Fundamental I, embora amplamente discutida no campo teórico, ainda enfrenta diversos desafios no contexto das práticas escolares. Esses desafios estão relacionados tanto a fatores estruturais quanto à formação docente e às concepções pedagógicas que orientam o trabalho educativo.

A persistência de práticas pedagógicas tradicionais, que ainda predominam em muitas salas de aula é um dos principais desafios. Essas práticas, geralmente centradas na transmissão de conteúdos e na padronização do ensino, não consideram as diferenças individuais dos alunos, dificultando a implementação de estratégias que atendam à diversidade presente no contexto escolar. Como resultado, alunos com dificuldades de aprendizagem acabam sendo excluídos do processo ou acompanhando de forma superficial os conteúdos trabalhados.

Muitos docentes não se sentem suficientemente preparados para lidar com as dificuldades de aprendizagem, especialmente quando estas exigem estratégias diferenciadas e conhecimentos específicos sobre desenvolvimento infantil, alfabetização e inclusão. A ausência de formação continuada e de espaços de reflexão sobre a prática pedagógica contribui para a reprodução de métodos pouco eficazes, limitando as possibilidades de intervenção.

A sobrecarga de trabalho docente também se configura como um obstáculo significativo. O professor do Ensino Fundamental I, frequentemente responsável por diversas áreas do conhecimento e por turmas numerosas, enfrenta dificuldades para realizar um acompanhamento individualizado dos alunos. A falta de tempo para planejar, observar, registrar e refletir compromete a qualidade das intervenções pedagógicas, tornando-as, muitas vezes, superficiais ou insuficientes.

As condições estruturais das instituições escolares influenciam diretamente a eficácia das estratégias de intervenção. A ausência de recursos didáticos adequados, a limitação de espaços físicos e a falta de apoio pedagógico dificultam a implementação de práticas mais dinâmicas e in-

clusivas. Em muitos casos, o professor precisa lidar com essas limitações, buscando alternativas para garantir a aprendizagem dos alunos.

A tendência de medicalização das dificuldades de aprendizagem é um outro desafio importante. Em algumas situações, dificuldades que poderiam ser superadas por meio de intervenções pedagógicas acabam sendo atribuídas exclusivamente a fatores biológicos ou psicológicos, resultando em encaminhamentos precipitados para diagnósticos clínicos. Essa abordagem pode desconsiderar o papel da escola e do professor no processo de aprendizagem, transferindo a responsabilidade para o aluno.

A relação com a família também pode representar um desafio, especialmente quando há pouca participação ou dificuldade de comunicação. A ausência de acompanhamento familiar pode impactar o desenvolvimento do aluno, dificultando a continuidade das estratégias pedagógicas fora do ambiente escolar. Por outro lado, quando há parceria entre escola e família, as intervenções tendem a ser mais eficazes.

Apesar desses desafios, existem diversas possibilidades que podem contribuir para a superação das dificuldades de aprendizagem e para a construção de práticas pedagógicas mais eficazes. Uma das principais estratégias é o investimento na formação continuada dos professores, promovendo o desenvolvimento de competências relacionadas à avaliação, à intervenção pedagógica e à inclusão. A formação deve possibilitar ao docente refletir sobre sua prática, ressignificar concepções e ampliar seu repertório metodológico.

A adoção de práticas pedagógicas inclusivas também se apresenta como uma possibilidade fundamental. Isso implica reconhecer a diversidade como característica inerente à sala de aula e desenvolver estratégias que atendam às diferentes necessidades dos alunos. A flexibilização do ensino, o uso de metodologias ativas e a valorização das diferentes formas de aprendizagem são elementos essenciais nesse processo.

A utilização de recursos didáticos diversificados, como jogos, materiais concretos, tecnologias digitais e atividades lúdicas, pode contribuir significativamente para o engajamento dos alunos e para a superação das dificuldades. Esses recursos tornam a aprendizagem mais acessível e significativa, especialmente para aqueles que apresentam dificuldades em metodologias tradicionais.

A construção de um ambiente escolar acolhedor e estimulante é essencial, um clima positivo, baseado no respeito, na valorização das conquistas e no incentivo à participação, favorece o desenvolvimento da autoestima e da motivação dos alunos. Esses fatores são fundamentais para o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem.

A atuação interdisciplinar também se configura como uma possibilidade relevante. A parceria entre professores, equipe pedagógica e outros profissionais da área da educação e da saúde permite uma compreensão mais ampla das dificuldades dos alunos, possibilitando a construção de estratégias mais eficazes de intervenção.

A organização do trabalho pedagógico deve contemplar momentos de planejamento coletivo, nos quais os professores possam compartilhar experiências, discutir estratégias e construir

soluções conjuntas. Essa troca de saberes fortalece a prática docente e contribui para a melhoria da qualidade do ensino.

Por fim, destaca-se que a superação das dificuldades de aprendizagem exige uma mudança de postura por parte da escola e dos professores, no sentido de compreender a aprendizagem como um processo dinâmico, contínuo e acessível a todos. Isso implica abandonar práticas excludentes e adotar uma perspectiva que valorize o potencial de cada aluno, reconhecendo que todos são capazes de aprender, ainda que em ritmos e formas diferentes.

Embora os desafios sejam significativos, as possibilidades de intervenção são amplas e viáveis. Cabe ao professor, em articulação com a instituição escolar, assumir um compromisso com a aprendizagem dos alunos, desenvolvendo práticas pedagógicas que promovam a inclusão, a equidade e o desenvolvimento integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades de aprendizagem no Ensino Fundamental I constituem um desafio significativo para o contexto educacional, exigindo uma compreensão ampla e sensível por parte dos profissionais da educação. Ao longo deste estudo, foi possível evidenciar que tais dificuldades não podem ser atribuídas exclusivamente ao aluno, mas devem ser compreendidas como resultado de múltiplos fatores, envolvendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e pedagógicos.

A análise realizada permitiu reconhecer que o processo de aprendizagem é dinâmico e complexo, sendo influenciado pelas interações estabelecidas no ambiente escolar, pelas práticas pedagógicas adotadas e pelas condições em que o ensino é desenvolvido. As dificuldades de aprendizagem devem ser entendidas como indicadores da necessidade de intervenção pedagógica, e não como limitações permanentes dos alunos.

As estratégias pedagógicas de intervenção apresentadas ao longo do artigo reforçam a importância de uma atuação docente intencional, planejada e fundamentada, que considere as particularidades de cada aluno. A utilização de metodologias diversificadas, a mediação pedagógica, a avaliação formativa e a construção de um ambiente acolhedor mostram-se elementos essenciais para a promoção da aprendizagem e para a superação das dificuldades.

Entretanto, também foram evidenciados desafios que ainda permeiam a prática docente, como a permanência de metodologias tradicionais, a falta de formação específica, a sobrecarga de trabalho e as limitações estruturais das instituições escolares. Esses fatores indicam a necessidade de investimentos em formação continuada e na valorização do trabalho docente, de modo a possibilitar práticas mais eficazes e inclusivas.

Por outro lado, destacam-se diversas possibilidades para a construção de uma prática pedagógica mais significativa, baseada na inclusão, na equidade e no respeito às diferenças. A valorização das potencialidades dos alunos, o fortalecimento da parceria com as famílias e o trabalho colaborativo entre profissionais são caminhos importantes para a superação das dificuldades de

aprendizagem.

Conclui-se que a intervenção pedagógica no Ensino Fundamental I deve estar comprometida com a garantia do direito à aprendizagem, reconhecendo que todos os alunos são capazes de aprender quando lhes são oferecidas condições adequadas. A atuação do professor, é fundamental para promover uma educação de qualidade, que valorize o desenvolvimento integral e contribua para a formação de sujeitos críticos e participativos.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: MEC, 1996.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

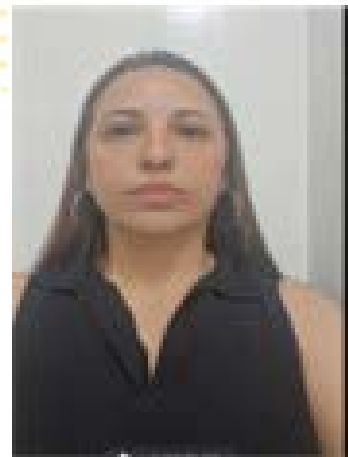
PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

A ARTE DE CONTAR HISTÓRIAS NA ERA DIGITAL: ENTRE A TRADIÇÃO E AS NOVAS FORMAS DE MEDIAÇÃO



ROSILENE DA C. SILVA SARAIVA

Graduação em Letras pela Faculdade Filosofia e Letras de Diamantina FAFIDIA (ano de 2003); Professora de Ensino Fundamental II - Língua Portuguesa - na EMEF- Milena Benedicto, Profa, na Secretaria Municipal de Educação De São Paulo(SMESP)

RESUMO

Este artigo discute a relevância da contação de histórias no desenvolvimento infantil, com ênfase na educação infantil, analisando suas contribuições para os aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança. Aborda-se o papel dos contos de fadas como instrumentos simbólicos que auxiliam na construção de significados e na formação da identidade. Além disso, examina-se a atuação do professor como mediador da leitura e as transformações dessa prática na contemporaneidade, especialmente diante da presença das tecnologias digitais. Argumenta-se que, embora novos suportes e linguagens tenham emergido, a narrativa continua sendo elemento essencial na formação de leitores críticos e sensíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura infantil; Contação de histórias; Mediação pedagógica; Desenvolvimento infantil; Cultura digital.

INTRODUÇÃO

As narrativas fazem parte da experiência humana desde tempos remotos e desempenham papel fundamental na maneira como indivíduos compreendem o mundo e a si mesmos. Na infância, esse processo ganha ainda mais relevância, pois é por meio das histórias que a criança entra em contato com valores, emoções e diferentes formas de interpretar a realidade.

Entre os diversos gêneros da literatura infantil, os contos de fadas ocupam lugar de destaque por sua estrutura simbólica e por sua capacidade de abordar conflitos universais de forma acessí-

vel. Essas narrativas contribuem não apenas para o entretenimento, mas também para o desenvolvimento da imaginação, da linguagem e do pensamento crítico.

No contexto educacional, especialmente na educação infantil, a presença da literatura deve ser compreendida como prática formativa e não apenas como recurso didático. Nesse sentido, o papel do professor como mediador torna-se central, uma vez que é ele quem possibilita a construção de sentidos a partir das histórias.

Entretanto, a realidade contemporânea apresenta novos desafios. Crianças e jovens estão cada vez mais inseridos em ambientes digitais, nos quais predominam linguagens audiovisuais e interativas. Diante desse cenário, torna-se necessário refletir sobre como a tradição da contação de histórias pode dialogar com as tecnologias, sem perder sua essência.

A IMPORTÂNCIA DOS CONTOS DE FADAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Os contos de fadas constituem um importante recurso para o desenvolvimento integral da criança, pois oferecem narrativas que articulam fantasia e realidade, permitindo a elaboração de sentimentos e experiências. Ao entrar em contato com essas histórias, a criança tem a oportunidade de vivenciar simbolicamente situações de medo, coragem, perda e superação.

Dentro desse pensamento, Faria (2008) registra uma técnica que os ilustradores fazem para explorar uma cena ilustrativa colocando o leitor hora dentro de uma casa outra fora a observar os acontecimentos de uma janela. Nas palavras do autor:

“A janela é, já que, uma técnica dos ilustradores para ampliar o espaço da narrativa, mostrando cenas diferenciadas e expressivas, ou fazendo o leitor ver de fora”. O que se passa dentro do cômodo em que acontece a história. E dá ao educador a oportunidade de conversar com as crianças sobre o que dizem esses dois espaços, ampliando a competência em leitura de imagem (FARIA 2008, p.50).

Com espontaneidade a criança vai destrinchando as ilustrações fazendo uma ligação com a oralidade do professor que é o mediador da história e as imagens, construindo uma ponte entre eles. Costa enfatiza a importância do trabalho do professor mediador quando diz que:

“Para que a literatura cumpra seu papel no imaginário do leitor, é fundamental a mediação do professor na condução dos trabalhos em sala de aula e no exemplo que ele dá a seus alunos lendo e demonstrando, sempre, o intelecto e a sensibilidade”. (Costa, 2007, p. 21)

Essas narrativas apresentam estruturas simples e personagens bem definidos, o que facilita a compreensão e favorece a identificação. A partir desse processo, a criança passa a construir referências internas que contribuem para a formação de sua identidade e para o desenvolvimento de sua autonomia.

Além disso, a literatura infantil estimula habilidades cognitivas importantes, como a interpretação, a memória e a capacidade de estabelecer relações entre diferentes elementos da narrativa. Ao contrário de conteúdos prontos e pouco interativos, a escuta e a leitura de histórias exigem participação ativa, promovendo um envolvimento mais profundo com o conhecimento.

O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR DA LEITURA

A mediação pedagógica é um dos fatores determinantes para que a literatura cumpra sua função formativa. O professor, ao atuar como mediador, não apenas apresenta o texto, mas cria condições para que os alunos interajam com ele de maneira significativa.

Essa mediação envolve a utilização da oralidade, da expressividade e da exploração de elementos visuais, como as ilustrações. Ao dialogar com as imagens e incentivar a interpretação, o educador amplia as possibilidades de leitura, permitindo que a criança desenvolva múltiplas formas de compreensão.

No entanto, essa prática exige mais do que técnicas. É fundamental que o professor tenha uma relação efetiva com a leitura, demonstrando interesse e sensibilidade diante das histórias.

Quando o educador se envolve genuinamente com o texto, ele tende a transmitir esse entusiasmo, favorecendo o engajamento dos alunos. A arte de contar histórias induz os ouvintes a enfrentar seus erros e a compreender seus próprios sentimentos.

Em vista disso, a formação do leitor deve ser pensada com base na sua relação com os aspectos culturais, ou seja, com os valores que lhe servem como referência. Para tanto,

“o contador de histórias deve ser um artífice da palavra falada, de modo a assegurar à ação artística uma eficiente comunicação” (Weschenfelder; Burlamaque, 2009, p.135).

Percebemos a importância da inclusão da arte na Lei de Diretrizes e Bases de 1971.

É nesse período que a arte é incluída no currículo escolar com o título de Educação Artística, porém é considerada uma “atividade educativa” e não uma disciplina como as demais. Evidentemente, a obrigatoriedade da educação artística veio revestida de um discurso centrado no desenvolvimento individual dos educandos, embasada num caráter técnico e científico e com um planejamento rigoroso que escamoteia a crítica e a contradição. (SUBTIL, 2012, p. 127).

De certa forma, desde a lei n. 5.692/71, a prática artística foi obrigatoriamente incluída no currículo, o que garantiu à disciplina que temos hoje o seu espaço. No entanto, a autora destaca a questão da polivalência e da ênfase na expressão e comunicação impostas, deixando de lado, segundo SUBTIL (2012), funções primordiais da arte, como a humanização por meio de experiências estéticas significativas, bem como as leituras críticas e criativas da realidade.

Os contadores ritualizam hábitos e costumes de uma comunidade, muitos deles com o intuito de constituir uma base “identitária”, ou seja, compor a subjetividade desse grupo. Esta prática sustentava o equilíbrio do grupo, evitando assim sua desagregação. Portanto, desde então, em sua ação o contador fazia o que Patrini (2005) nos dias de hoje recomenda para os novos contadores:

“convocar imagens e ideias de sua lembrança, misturando-as às convenções contextuais e verbais de seu grupo, para adaptá-las segundo o ponto de vista cultural e ideológico de sua comunidade” (PATRINI, 2005, p.106).

Assim, a contação de histórias não deve ser reduzida a um instrumento pedagógico utilitário, mas compreendida como experiência estética e afetiva, capaz de despertar o prazer pela leitura.

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA ERA DIGITAL

Com o avanço das tecnologias digitais, novas formas de acesso à informação e à cultura passaram a fazer parte do cotidiano das crianças. Recursos como vídeos, animações, jogos e livros digitais ampliaram as possibilidades de interação com as narrativas.

Nesse contexto, a contação de histórias não desaparece, mas se transforma. A tradição oral passa a dialogar com diferentes mídias, incorporando elementos multimodais que enriquecem a experiência do ouvinte/leitor. Sons, imagens e interatividade podem potencializar o envolvimento, desde que utilizados de maneira consciente.

A presença do ambiente digital também exige uma revisão das práticas pedagógicas. Mais do que competir com as tecnologias, a escola deve integrá-las de forma crítica, utilizando-as como aliadas na formação de leitores.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que a experiência da escuta presencial possui características únicas, como a interação direta entre narrador e público, a expressividade corporal e a construção coletiva de sentidos. Esses elementos continuam sendo fundamentais e não devem ser substituídos, mas complementados.

A NARRATIVA COMO EXPERIÊNCIA CULTURAL E SOCIAL

A prática de contar histórias sempre esteve associada à transmissão de saberes, valores e tradições culturais. Ao longo da história, os narradores desempenharam papel essencial na preservação da memória coletiva e na construção da identidade dos grupos sociais.

Na contemporaneidade, essa função se amplia, alcançando diferentes espaços e contextos. A contação de histórias está presente não apenas na escola, mas também em eventos culturais, ambientes familiares e espaços digitais.

Essa diversidade de contextos evidencia a capacidade de adaptação da narrativa, que se mantém relevante mesmo diante das transformações sociais e tecnológicas.

O contador de histórias contemporâneo, portanto, precisa desenvolver habilidades que vão além da oralidade, incorporando diferentes linguagens e estratégias de comunicação.

Hoje em dia os contadores de história devem estar prontos para enfrentar diversas situações, adaptando-se às mudanças radicais que o mundo apresenta. Mudanças não só na maneira de pensar, mas nos modos pelos quais o mundo é percebido.

Presente numa modernidade radicalizada, a arte de narrar sofre os efeitos dessa radicalidade e o novo contador reconhece a instabilidade. Para complementar a caracterização desse novo contador, apresentamos a palavra de Matéo:

É alguém que atua na prática da narração, o que não significa atuar especialmente em uma prática artística que supõe forçosamente a representação. O contador pode se adaptar a

diferentes espaços, diferentes atividades, diferentes experiências para recontar uma história (MATÉO, apud PATRINI, 2005, p.76).

As palavras desse autor permitem definir o perfil do novo contador, como aquele que além de adaptar-se a diferentes experiências e espaços para transpor de forma oral o texto escrito, necessita de algumas outras habilidades. Entre elas, as de poder analisar os mecanismos que entram em jogo na hora de compartilhar a história com a sua audiência, de modo a que apresenta um desempenho adequado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contação de histórias permanece como prática essencial na formação infantil, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Os contos de fadas, em especial, continuam sendo ferramentas valiosas na construção de significados e na elaboração de experiências.

O papel do professor mediador destaca-se como elemento central nesse processo, sendo responsável por criar experiências de leitura significativas e envolventes. Sua atuação exige sensibilidade, conhecimento e compromisso com a formação do leitor.

Na era digital, a narrativa assume novas formas, incorporando tecnologias e ampliando suas possibilidades de alcance. No entanto, sua essência permanece ligada à interação humana, à imaginação e ao encantamento.

Dessa forma, investir na contação de histórias é investir na formação de sujeitos mais críticos, criativos e capazes de compreender o mundo em sua complexidade.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, E. C.; MATTOS, M. S. de. **Letramento e leitura da literatura**. In: CARVALHO, M. A. F.; MENDONÇA, R. H. (orgs.). **Práticas de leitura e escrita**. Brasília: MEC, 2006.

BUSATTO, C. **Contar e encantar: pequenos grandes segredos da narrativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FARIA, M. A. **Como usar a literatura infantil na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

SISTO, C. **Textos sobre contação de histórias**. 2005.

SUBTIL, M. J. **Educação artística e formação**. 2012.

WESCHENFELDER, E. V. BURLAMAQUE, F. V. **Leitura e narrativa**. Passo Fundo: UPF, 2009.

O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM



TAYNARA LEITE DANTAS

Graduação em Pedagogia pela Universidade Bandeirante de São Paulo (2012); Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel da família no processo de ensino-aprendizagem, destacando como a participação familiar influencia diretamente o desempenho escolar e o desenvolvimento das crianças na educação infantil. Considerando que a educação é um processo compartilhado entre escola e família, torna-se essencial compreender como essa relação pode contribuir para a formação integral do aluno. A pesquisa fundamenta-se em autores que discutem a importância da parceria entre família e escola, ressaltando que o envolvimento dos responsáveis na vida escolar das crianças favorece a construção do conhecimento, o desenvolvimento emocional e a formação de valores. Nesse contexto, a família atua como agente motivador, incentivando o estudo e acompanhando o desempenho dos alunos. Além disso, são analisadas estratégias que fortalecem essa parceria, como reuniões escolares, acompanhamento das atividades e participação em projetos educativos. Também são abordados os desafios dessa relação, como a falta de tempo e o distanciamento entre escola e família. Conclui-se que a participação ativa da família no processo educativo contribui significativamente para o sucesso escolar e para o desenvolvimento integral da criança, tornando a aprendizagem mais significativa e eficaz.

PALAVRAS-CHAVE: Família; Aprendizagem; Desenvolvimento escolar.

INTRODUÇÃO

A educação é um processo complexo que envolve diferentes agentes sociais, sendo a família e a escola os principais responsáveis pela formação das crianças. Na educação infantil, essa

relação torna-se ainda mais importante, pois é nesse período que o aluno está em processo de construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades fundamentais.

A família é o primeiro espaço de socialização da criança, onde ela aprende valores, normas e comportamentos que influenciam diretamente sua vida escolar. Dessa forma, o ambiente familiar exerce um papel determinante no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos.

Nesse contexto, a participação da família na vida escolar das crianças é essencial para o sucesso educacional, pois o acompanhamento das atividades e o incentivo ao estudo contribuem para a formação de hábitos e atitudes positivas em relação à aprendizagem. A parceria entre escola e família fortalece o processo educativo.

O professor, por sua vez, desempenha um papel importante ao estabelecer essa relação com a família, promovendo a comunicação e o envolvimento dos responsáveis no cotidiano escolar. Essa interação contribui para a identificação de dificuldades e para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais eficazes.

Entretanto, ainda existem desafios nessa relação, como a falta de participação dos pais, a ausência de diálogo e as dificuldades socioeconômicas que podem interferir no acompanhamento escolar. Esses fatores evidenciam a necessidade de fortalecer a parceria entre família e escola.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar o papel da família no processo de ensino-aprendizagem, destacando sua influência no desempenho escolar e no desenvolvimento das crianças.

DESENVOLVIMENTO

A participação da família no processo de ensino-aprendizagem é um fator determinante para o desenvolvimento escolar das crianças, especialmente na educação infantil. Nesse período, os alunos ainda estão construindo hábitos de estudo e desenvolvendo habilidades básicas, o que torna o acompanhamento familiar essencial para o sucesso escolar.

A família atua como mediadora no processo educativo, incentivando a criança a valorizar a escola e o aprendizado. Esse incentivo pode ocorrer por meio de atitudes simples, como acompanhar tarefas, conversar sobre a rotina escolar e estimular a leitura. Dessa forma, a criança se sente mais motivada a aprender.

Além disso, o ambiente familiar influencia diretamente o desenvolvimento emocional da criança, o que impacta sua aprendizagem. Um ambiente acolhedor e estimulante contribui para a formação da autoestima e da confiança. Esses fatores são fundamentais para o desempenho escolar.

Outro aspecto importante é a construção de hábitos de estudo, que são desenvolvidos com o apoio da família. A organização do tempo, a disciplina e a responsabilidade são aprendidas no con-

vívio familiar. Dessa forma, o aluno se torna mais preparado para enfrentar os desafios escolares.

A comunicação entre família e escola também é essencial para o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos. Reuniões, bilhetes e conversas permitem a troca de informações importantes. Essa parceria contribui para a identificação de dificuldades e para a busca de soluções.

Entretanto, a falta de participação da família pode prejudicar o desempenho escolar, dificultando o acompanhamento das atividades e o desenvolvimento das crianças. Esse distanciamento pode estar relacionado a diversos fatores, como falta de tempo ou desconhecimento da importância dessa participação.

A continuidade da participação familiar no processo educativo contribui para o fortalecimento da aprendizagem, uma vez que o aluno percebe o interesse dos responsáveis por sua vida escolar. Esse apoio gera motivação e segurança. Dessa forma, a criança tende a se envolver mais com as atividades escolares.

Outro ponto relevante é a influência da família na formação de valores, como respeito, responsabilidade e compromisso. Esses valores são fundamentais para a convivência no ambiente escolar. Dessa forma, contribuem para o desenvolvimento social da criança.

A parceria entre escola e família deve ser construída de forma colaborativa, com diálogo e respeito mútuo. A escola deve buscar estratégias para aproximar os responsáveis, incentivando sua participação. Dessa forma, fortalece-se o processo educativo.

Além disso, a participação em eventos escolares e projetos pedagógicos contribui para o envolvimento da família. Essas ações permitem que os responsáveis conheçam melhor o ambiente escolar. Dessa forma, sentem-se mais integrados ao processo educativo.

Outro desafio refere-se às mudanças na estrutura familiar e na rotina das famílias, que podem dificultar o acompanhamento escolar. No entanto, é importante que os responsáveis busquem formas de participar. Mesmo pequenas atitudes fazem diferença.

A escola também deve estar preparada para acolher as famílias, promovendo um ambiente aberto e acessível. Essa postura contribui para o fortalecimento da parceria. Dessa forma, favorece o desenvolvimento dos alunos.

A participação ativa da família no processo de ensino-aprendizagem contribui significativamente para a construção de uma relação mais sólida entre a criança e o ambiente escolar, favorecendo o desenvolvimento de atitudes positivas em relação ao estudo. Quando os responsáveis demonstram interesse pela vida escolar dos filhos, a criança tende a se sentir valorizada e motivada a aprender. Esse envolvimento fortalece o vínculo afetivo com a aprendizagem. Dessa forma, o desempenho escolar tende a melhorar. Assim, a família se torna um elemento essencial nesse processo.

Outro aspecto relevante é o acompanhamento das atividades escolares realizadas em casa, que permite aos responsáveis identificar dificuldades e apoiar o desenvolvimento da criança. Esse acompanhamento não exige necessariamente domínio dos conteúdos, mas sim interesse e pre-

sença. A atenção dada à rotina escolar demonstra para a criança a importância da educação. Dessa forma, cria-se um ambiente favorável ao aprendizado. Assim, fortalece-se a construção do conhecimento.

Além disso, o incentivo à leitura no ambiente familiar é um fator determinante para o desenvolvimento das habilidades cognitivas e linguísticas das crianças. Quando a família estimula o contato com livros, histórias e diferentes textos, contribui para ampliar o repertório cultural do aluno. Esse hábito favorece a compreensão e a interpretação. Dessa forma, impacta diretamente o desempenho escolar. Assim, promove-se a formação de leitores.

Outro ponto importante refere-se à organização de uma rotina de estudos, que deve ser incentivada pela família desde os primeiros anos escolares. A criação de horários e espaços adequados para a realização das atividades contribui para o desenvolvimento da disciplina. Essa organização favorece a concentração e a autonomia. Dessa forma, o aluno se torna mais responsável. Assim, melhora seu desempenho.

A relação entre família e escola deve ser baseada no diálogo e na cooperação, permitindo a troca de informações sobre o desenvolvimento da criança. Essa comunicação é fundamental para o acompanhamento do processo educativo. Quando há parceria, as dificuldades podem ser identificadas mais rapidamente. Dessa forma, possibilita-se a intervenção adequada. Assim, contribui-se para o sucesso escolar.

Outro aspecto relevante é o apoio emocional oferecido pela família, que influencia diretamente o comportamento e a aprendizagem da criança. Um ambiente familiar acolhedor proporciona segurança e confiança. Esses fatores são essenciais para o desenvolvimento escolar. Dessa forma, o aluno se sente mais preparado para enfrentar desafios. Assim, fortalece-se sua autoestima.

A ausência ou a baixa participação da família pode gerar dificuldades no processo de aprendizagem, pois a criança pode se sentir desmotivada ou desamparada. Esse distanciamento pode impactar negativamente o desempenho escolar. Além disso, dificulta o acompanhamento das atividades. Dessa forma, o processo educativo pode ser prejudicado. Assim, evidencia-se a importância da participação familiar.

Outro ponto importante é a influência dos valores transmitidos pela família, que contribuem para a formação do caráter e da postura do aluno no ambiente escolar. Valores como respeito, responsabilidade e compromisso são fundamentais para a convivência. Esses aspectos refletem diretamente no comportamento em sala de aula. Dessa forma, favorecem o aprendizado. Assim, a família exerce papel formativo.

A participação em reuniões escolares é uma das formas mais comuns de envolvimento familiar, permitindo que os responsáveis acompanhem o desenvolvimento dos alunos. Essas reuniões possibilitam o diálogo com professores e gestores. Dessa forma, contribuem para a construção de estratégias educativas. Assim, fortalecem a parceria entre escola e família.

Outro aspecto relevante é a necessidade de a escola desenvolver estratégias para aproximar as famílias, criando um ambiente acolhedor e acessível. A comunicação clara e o respeito às

diferentes realidades são fundamentais. Dessa forma, os responsáveis se sentem mais motivados a participar. Assim, fortalece-se o vínculo com a escola.

A diversidade das estruturas familiares também deve ser considerada no processo educativo, respeitando as diferentes configurações existentes na sociedade. Cada família possui suas particularidades e desafios. Dessa forma, a escola deve adotar uma postura inclusiva. Assim, garante-se a participação de todos. Isso contribui para uma educação mais equitativa.

Outro ponto importante é o uso de tecnologias como meio de comunicação entre escola e família, facilitando o acompanhamento das atividades escolares. Aplicativos e plataformas digitais permitem maior interação. Dessa forma, a comunicação torna-se mais eficiente. Assim, fortalece-se o acompanhamento escolar.

A participação da família também contribui para o desenvolvimento social da criança, pois o apoio dos responsáveis fortalece sua capacidade de interação. A criança se sente mais segura para se relacionar com colegas e professores. Dessa forma, desenvolve habilidades sociais importantes. Assim, melhora sua convivência escolar.

Além disso, o incentivo à autonomia deve ser promovido pela família, permitindo que a criança desenvolva responsabilidade em relação aos estudos. Esse processo contribui para a formação de indivíduos independentes. Dessa forma, o aluno assume um papel ativo na aprendizagem. Assim, fortalece-se o desenvolvimento pessoal.

Outro aspecto relevante é a importância do exemplo familiar, pois as atitudes dos responsáveis influenciam diretamente o comportamento das crianças. Quando os pais valorizam a educação, os filhos tendem a seguir esse modelo. Dessa forma, cria-se uma cultura de valorização do estudo. Assim, contribui-se para o sucesso escolar.

A escola, por sua vez, deve reconhecer a importância da família e promover ações que incentivem sua participação no processo educativo. Projetos e eventos escolares podem aproximar os responsáveis. Dessa forma, fortalece-se a parceria. Assim, contribui-se para o desenvolvimento dos alunos.

Outro ponto importante refere-se à necessidade de compreender as dificuldades enfrentadas pelas famílias, como falta de tempo ou condições socioeconômicas. Essas questões podem impactar a participação. Dessa forma, a escola deve buscar alternativas. Assim, promove-se a inclusão de todos.

A construção de uma relação de confiança entre família e escola é essencial para o sucesso do processo educativo, pois permite uma comunicação mais aberta e eficaz. Essa confiança fortalece o trabalho pedagógico. Dessa forma, contribui para melhores resultados. Assim, promove-se uma educação de qualidade.

Além disso, o envolvimento familiar contribui para a prevenção de dificuldades de aprendizagem, pois o acompanhamento permite identificar problemas precocemente. Essa intervenção é fundamental para o desenvolvimento do aluno. Dessa forma, evita-se o agravamento das dificuldades. Assim, melhora-se o desempenho escolar.

Por fim, é possível afirmar que a participação da família no processo de ensino-aprendizagem é um fator determinante para o sucesso escolar, contribuindo para o desenvolvimento integral da criança. A parceria entre escola e família fortalece o processo educativo. Dessa forma, promove-se uma aprendizagem mais significativa.

A continuidade da participação da família no processo educativo reforça a importância de um acompanhamento constante das atividades escolares, permitindo que os responsáveis estejam atentos ao desenvolvimento acadêmico e emocional das crianças. Esse acompanhamento contribui para a identificação de dificuldades e potencialidades. Dessa forma, possibilita intervenções mais eficazes. Assim, o processo de aprendizagem torna-se mais consistente.

Além disso, o diálogo entre família e escola deve ser contínuo e baseado no respeito mútuo, garantindo que ambas as partes compartilhem responsabilidades no processo educativo. Essa comunicação fortalece o vínculo entre os envolvidos. Dessa forma, cria-se um ambiente colaborativo. Assim, favorece-se o desenvolvimento dos alunos.

Outro aspecto relevante é a participação da família em reuniões e eventos escolares, que possibilitam maior aproximação com o ambiente educativo. Essa presença demonstra interesse pela vida escolar da criança. Dessa forma, contribui para sua motivação. Assim, melhora o desempenho acadêmico.

A valorização do estudo no ambiente familiar também é fundamental para o desenvolvimento de hábitos positivos em relação à aprendizagem. Quando a família incentiva o compromisso com os estudos, a criança tende a desenvolver maior responsabilidade. Dessa forma, fortalece-se a disciplina. Assim, contribui-se para o sucesso escolar.

Outro ponto importante refere-se à organização de um ambiente adequado para os estudos em casa, garantindo condições favoráveis para a realização das atividades escolares. Um espaço tranquilo e organizado contribui para a concentração. Dessa forma, melhora-se o rendimento. Assim, favorece-se a aprendizagem.

A rotina de estudos também deve ser incentivada pela família, estabelecendo horários específicos para a realização das tarefas escolares. Essa organização contribui para o desenvolvimento da autonomia. Dessa forma, o aluno aprende a gerenciar seu tempo. Assim, fortalece-se a responsabilidade.

Além disso, o incentivo à leitura no ambiente familiar é uma prática essencial para o desenvolvimento cognitivo e linguístico das crianças. O contato com livros desde cedo estimula a imaginação. Dessa forma, amplia-se o vocabulário. Assim, melhora-se o desempenho escolar.

Outro aspecto relevante é o apoio emocional oferecido pela família, que contribui para o bem-estar da criança e influencia diretamente sua aprendizagem. Um ambiente acolhedor proporciona segurança. Dessa forma, o aluno se sente mais confiante. Assim, enfrenta melhor os desafios escolares.

A participação dos responsáveis nas atividades escolares também fortalece a autoestima da criança, pois ela percebe que seu esforço é valorizado. Esse reconhecimento é importante para o

desenvolvimento pessoal. Dessa forma, aumenta-se a motivação. Assim, melhora-se o desempenho.

Outro ponto importante é a necessidade de orientar os responsáveis sobre como podem contribuir para a educação dos filhos, mesmo sem domínio dos conteúdos escolares. A presença e o incentivo são mais importantes que o conhecimento técnico. Dessa forma, amplia-se a participação. Assim, fortalece-se o processo educativo.

A escola deve promover ações que incentivem a participação familiar, como palestras, oficinas e encontros educativos. Essas iniciativas aproximam os responsáveis. Dessa forma, fortalecem a parceria. Assim, contribuem para o desenvolvimento dos alunos.

Outro aspecto relevante é a importância de respeitar a diversidade das famílias, considerando suas diferentes realidades e contextos sociais. Cada família possui suas particularidades. Dessa forma, a escola deve adotar uma postura inclusiva. Assim, garante-se a participação de todos.

A utilização de ferramentas digitais para comunicação entre escola e família também contribui para facilitar o acompanhamento escolar. Aplicativos e plataformas permitem troca rápida de informações. Dessa forma, melhora-se a comunicação. Assim, fortalece-se o vínculo.

Outro ponto importante refere-se à necessidade de incentivar a autonomia dos alunos, permitindo que eles assumam responsabilidades em relação aos estudos. A família deve orientar sem realizar as tarefas pelos filhos. Dessa forma, promove-se a independência. Assim, fortalece-se o aprendizado.

Além disso, o acompanhamento das atividades escolares permite que os responsáveis identifiquem dificuldades e busquem apoio quando necessário. Essa intervenção precoce é fundamental. Dessa forma, evita-se o agravamento dos problemas. Assim, melhora-se o desempenho escolar.

Outro aspecto relevante é a influência do ambiente familiar na formação de valores, como respeito, disciplina e responsabilidade. Esses valores são essenciais para a convivência escolar. Dessa forma, contribuem para o desenvolvimento social. Assim, favorecem a aprendizagem.

A participação da família também contribui para a construção de uma relação mais próxima entre aluno e escola, fortalecendo o sentimento de pertencimento. Esse vínculo é importante para o engajamento. Dessa forma, aumenta-se o interesse pelos estudos. Assim, melhora-se o rendimento.

Outro ponto importante é a necessidade de promover uma educação baseada na colaboração entre escola e família, reconhecendo que ambos têm papéis complementares. Essa parceria é fundamental para o sucesso educacional. Dessa forma, fortalece-se o processo de ensino-aprendizagem. Assim, garante-se melhores resultados.

Além disso, o incentivo constante por parte da família contribui para o desenvolvimento da persistência e da dedicação nos estudos. Essas atitudes são essenciais para o sucesso escolar. Dessa forma, o aluno aprende a superar dificuldades. Assim, fortalece-se sua formação.

Outro aspecto relevante é a importância de estabelecer expectativas positivas em relação

ao desempenho escolar da criança, incentivando-a a acreditar em seu potencial. Essa confiança contribui para a autoestima. Dessa forma, melhora-se o desempenho. Assim, promove-se o desenvolvimento integral.

A participação da família também pode contribuir para a identificação de talentos e interesses da criança, permitindo que sejam estimulados de forma adequada. Esse incentivo favorece o desenvolvimento pessoal. Dessa forma, amplia-se o potencial do aluno. Assim, fortalece-se sua formação.

Outro ponto importante é a necessidade de manter uma comunicação clara e objetiva entre escola e família, evitando mal-entendidos e fortalecendo a parceria. Essa comunicação contribui para o alinhamento de expectativas. Dessa forma, melhora-se o acompanhamento. Assim, favorece-se o aprendizado.

Além disso, a presença da família na vida escolar contribui para a construção de uma educação mais humanizada, baseada no cuidado e na atenção às necessidades dos alunos. Essa abordagem fortalece o vínculo afetivo. Dessa forma, melhora-se o ambiente escolar. Assim, promove-se o bem-estar.

Outro aspecto relevante é a importância de incentivar a participação ativa da criança no processo educativo, valorizando suas opiniões e experiências. A família pode estimular esse protagonismo. Dessa forma, fortalece-se a autonomia. Assim, melhora-se a aprendizagem.

Por fim, reafirma-se que a participação da família no processo de ensino-aprendizagem é indispensável para o desenvolvimento integral da criança, sendo um elemento fundamental para a construção de uma educação de qualidade, baseada na colaboração, no respeito e no compromisso com o aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do papel da família no processo de ensino-aprendizagem evidencia sua importância para o desenvolvimento escolar e pessoal das crianças, especialmente na educação infantil. A participação familiar contribui significativamente para a construção do conhecimento e para a formação de valores essenciais.

Ao longo deste trabalho, foi possível compreender que a parceria entre família e escola é fundamental para o sucesso educacional, pois permite o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos e a identificação de dificuldades. Essa relação fortalece o processo educativo.

Além disso, o ambiente familiar exerce influência direta na motivação, na autoestima e no desempenho escolar das crianças. Um ambiente acolhedor e estimulante contribui para a formação de alunos mais confiantes e participativos.

Apesar dos desafios, como a falta de tempo e o distanciamento entre família e escola, é possível fortalecer essa relação por meio do diálogo e da colaboração. A escola deve promover ações

que incentivem a participação dos responsáveis.

Dessa forma, conclui-se que a presença ativa da família no processo educativo é essencial para o desenvolvimento integral dos alunos, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, responsáveis e preparados para os desafios da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2002.


PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder**. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TIBA, Içami. **Disciplina: limite na medida certa**. São Paulo: Gente, 1996.



+55 14 3198-4048
+55 11 4444-9014
relacionamento@facon.edu.br



FACONNECT